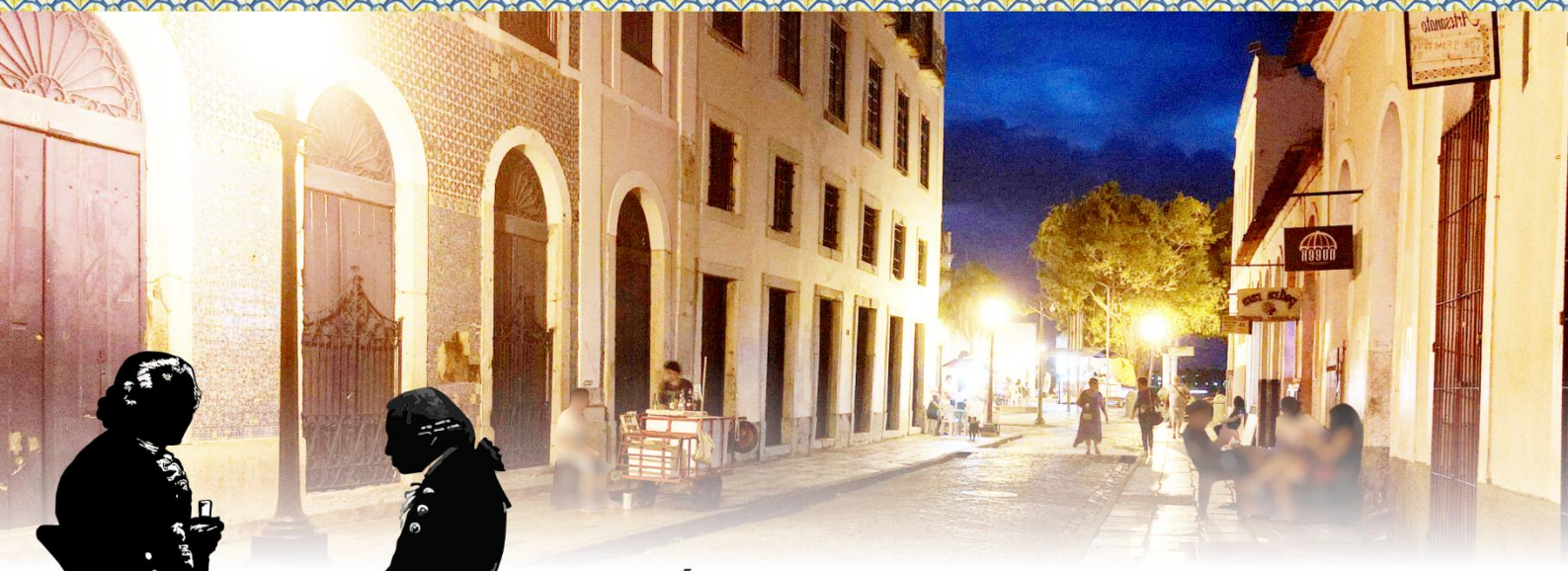


XI COLÓQUIO INTERNACIONAL ROUSSEAU
III CONGRESSO INTERNACIONAL ROUSSEAU X KANT - UFMA
V CONGRESSO NACIONAL JEAN-JACQUES ROUSSEAU - UFMA
III CONGRESSO NACIONAL KANT - UFMA

DISCURSOS E CRÍTICAS | UFMA - 2025

25, 26 E 27 | JUNHO/2025

ORGANIZADORES | LUCIANO DA SILVA FAÇANHA
ZILMARA DE JESUS VIANA DE CARVALHO

caderno de RESUMOS

EDUFMA

CADERNO DE RESUMOS

XI COLÓQUIO INTERNACIONAL ROUSSEAU, III CONGRESSO INTERNACIONAL ROUSSEAU X KANT – UFMA, V CONGRESSO NACIONAL JEAN-JACQUES ROUSSEAU – UFMA E III CONGRESSO NACIONAL KANT – UFMA:

Discursos e Críticas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva

Vice-reitor Prof. Dr. Leonardo Silva Soares

EDITORA DA UFMA

Coordenadora Dra. Suênia Oliveira Mendes

Conselho Editorial Prof. Dr. Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva
Prof. Dr. Luis Henrique Serra
Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira
Prof. Dr. Márcio José Celeri
Profa. Dra Raimunda Ramos Marinho
Profa. Dra Débora Batista Pinheiro Sousa
Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa
Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva
Prof. Dr. Carlos Delano Rodrigues
Prof. Dr. Felipe Barbosa Ribeiro
Profa. Dra. Maria Aurea Lira Feitosa
Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior
Bibliotecária Iole Costa Pinheiro

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimento 4.0.

ORGANIZADORES
Luciano da Silva Façanha
Zilmara de Jesus Viana de Carvalho

CADERNO DE RESUMOS

XI COLÓQUIO INTERNACIONAL ROUSSEAU, III CONGRESSO INTERNACIONAL ROUSSEAU X KANT – UFMA, V CONGRESSO NACIONAL JEAN-JACQUES ROUSSEAU – UFMA E III CONGRESSO NACIONAL KANT – UFMA:

Discursos e Críticas

São Luís

EDUFMA

2025

© 2024 EDUFMA – Todos os direitos reservados

Revisão Luciano da Silva Façanha

Projeto Gráfico e Diagramação Sansão Hortegal

Capa e Ilustração Yvan Viana

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

XI Colóquio Internacional Rousseau, III Congresso Internacional Rousseau x Kant – UFMA, V Congresso Nacional Jean-Jacques Rousseau – UFMA e III Congresso Nacional Kant – UFMA: Discursos e Críticas. (11º : 2025 : São Luís, MA).

Caderno de Resumos [do] 11º Colóquio Internacional Rousseau [e do] 3º Congresso Internacional Rousseau x Kant – UFMA[e do] 5º Congresso Nacional Jean-Jacques Rousseau – UFMA [e do] 3º III Congresso Nacional Kant – UFMA: discursos e críticas.; Ocorrido entre os dias 25, 26 e 27 de junho de 2025. [livro eletrônico] / Organizadores: Luciano da Silva Façanha, Zilmara de Jesus Viana de Carvalho.— São Luís: EDUFMA, 2025.

155p.:il.color.

Modo de Acesso: World Wide Web ISSN 2357-8254

1. Rousseau, Jean-Jacques Filosofia Francesa. 2.Kant, Emmanuel Filosofia Francesa. 3.Diálogos – Ambiente acadêmico. 4.Discursos. 5.Críticas. 6. Pensamento filosófico. I.Façanha, Luciano da Silva. II.Carvalho, Zilmara de Jesus Viana de. III.Título.

CDU 1:378

CDD 100

Elaborada pelo bibliotecário Wilton Cerveira Marques CRB13/567 Mat. Siape 1675653
DAU/SIBi/UFMA

Produzido no Brasil [2025]
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste e-book pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão dos autores.

EDUFMA | Editora da UFMA
Av. dos Portugueses, 1966 – Vila Bacanga
CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil
Telefone: (98) 3272-8157
www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Dra. Custódia Alexandra Almeida Martins
UnMinho (Portugal)

Profa. Dra. Clara Maria Gil Ferreira Fernandes Pereira Coutinho
UnMinho (Portugal)

Prof. Dr. Claudio Araujo Reis
UnB

Profa. Dra. Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis Boto
USP

Prof. Dr. Israel Alexandria Costa
UFAL

Prof. Dr. Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva Sahd
UFC

Prof. Dr. Edmilson Menezes Santos
UFS

Prof. Dr. Luciano da Silva Façanha
UFMA

Prof. Dr. Konrad Christoph Utz
UFC

Prof. Dr. Wilson Alves de Paiva
UFG

Profa. Dra. Zilmara de Jesus Viana de Carvalho
UFMA

APRESENTAÇÃO

Os eventos conjuntos têm por objetivo a integração de estudantes de Graduação e Pós-Graduação, bem como de professores e pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, para discutir temas e problemas filosóficos em torno das obras rousseaunianas e kantianas. Em Discurso sobre as ciências e as artes e Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, Rousseau realizou esforços para compreender criticamente a trajetória das sociedades ao longo dos tempos, seja quando promove contrastes históricos em que denuncia as relações nem sempre lineares entre os progressos do conhecimento, a política e a moral, seja quando elabora uma narrativa conjectural apta a desvendar as fontes dos principais problemas sociais decorrentes do afastamento do ser humano de sua natureza originária.

Kant, por sua vez, em Crítica da razão pura, Crítica da razão prática e Crítica da faculdade de julgar, realiza um exame profundo e abrangente do humano como ser dotado de intelecto e sensibilidade, a fim de encontrar os limites de sua capacidade de conhecer o mundo, da possibilidade de guiar seus atos por imperativos éticos universais, e da viabilidade de enunciação de seus juízos estéticos para além da mera subjetividade.

Com o tema "Discursos e Críticas", portanto, pretende-se abarcar tópicos essenciais que perpassam o cerne das ideias de Rousseau e Kant, e que têm recebido a atenção de inúmeros pensadores, dados os profícuos diálogos intelectuais que suscitaram em seus admiradores ou mesmo em seus questionadores mais acirrados.

Assim, os eventos poderão atrair a participação de pesquisadores interessados na análise das muitas problemáticas levantadas por ambos os filósofos, no debate do discurso e da crítica como gêneros de escrita filosófica/literária em si, em estudos comparativos entre os textos dos dois autores e os de outros filósofos que produziram obras nesses gêneros, bem como no debate de discursos e críticas dirigidos às ideias desses autores por seus comentadores.

Boa leitura!

Comissão Organizadora

SUMÁRIO

PROGRAMAÇÃO *20*

DIA 25 DE JUNHO DE 2025 ..... **21**

DIA 26 DE JUNHO DE 2025 ..... **22**

DIA 27 DE JUNHO DE 2025 ..... **23**

COMUNICAÇÃO ORAL *24*

EIXO 1 – ROUSSEAU – APENAS APRESENTAÇÕES SOBRE O FILÓSOFO JEAN-JACQUES ROUSSEAU **25**

A *CARTA A D'ALEMBERT* E A DEFESA DA PLURALIDADE CULTURAL: CRÍTICA DE ROUSSEAU AO ETNOCENTRISMO **26**
Irlene Veruska Batista da Silva

A DEGENERAÇÃO DA SOCIEDADE NA PERSPECTIVA DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU: ESSÊNCIA VERSUS APARÊNCIA **27**
Evilásio Barbosa da Silva
Luciano da Silva Façanha

A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA MODERNA CONSENTIDA NA POLÔNIA E A DEMOCRACIA DIRETA DO *CONTRATO SOCIAL*. **28**
Edilene Pereira Boaes

AS INFLUÊNCIAS DA PROPOSTA DA RELIGIÃO CIVIL: ROUSSEAU E AS NOVAS FORMAS DE GOVERNOS A PARTIR DO SÉCULO XVIII **29**
Joás de Jesus Ribeiro

AS RELAÇÕES ENTRE O AUMENTO DA DESIGUALDADE SOCIAL E O AVANÇO DA VIOLÊNCIA NA OBRA DE ROUSSEAU **30**
Rafael Cavalcante De Messias
Taynam Santos Luz Bueno

A AUTONOMIA HUMANA NA REDENÇÃO DO MAL EM ROUSSEAU **31**
Pedro Allan Portácio de Queiroz

COMENTÁRIO SOBRE A DESIGUALDADE NA OBRA *DISCURSO SOBRE A DESIGUALDADE* DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU **32**
Steves Dickinson Almeida Lima
Luciano da Silva Façanha

COMENTÁRIOS SOBRE A TRADUÇÃO DE *DO ESTADO DE NATUREZA*, DOS *FRAGMENTOS POLÍTICOS* DE ROUSSEAU 33
Breno Bertoldo Dalla Zen
Gabriel Telles dos Santos Burgarelli

COMPARAÇÃO DA ARTE DO ROMANCE A ARTE TEATRAL: O PROBLEMA DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA CENA NAS RESPECTIVAS ARTES 34
Mariana Zelarayán Redondano

CRÍTICA SOCIAL NO *SEGUNDO DISCURSO* DE ROUSSEAU 35
Roberto Alves da Silva
Luciano da Silva Façanha

DO DESAPARECIMENTO DA VIRTUDE À ASCENSÃO DA APARÊNCIA 36
Sandro Melo Batalha Cardoso

DO DESPRESTÍGIO À ACEITAÇÃO: A INFLUÊNCIA DE ROUSSEAU PARA A LEGITIMAÇÃO DO ROMANCE 37
Larissa Falcão Castro Reis
Luciano da Silva Façanha

ENTRE O DELÍRIO E A LUCIDEZ: *OS DEVANEIOS DE UM CAMINHANTE SOLITÁRIO* COMO FORMA DE RESISTÊNCIA SUBJETIVA 38
Leonice da Conceição Pinheiro Silva
Flávio Luiz de Castro Freitas

LIMITES E POSSIBILIDADES DA SINCERIDADE A PARTIR DO PENSAMENTO DE ROUSSEAU 39
João Aparecido Gonçalves Pereira

O SER EXPERIMENTADO EM ROUSSEAU: UM ESTUDO DAS *CONFISSÕES* 40
Lavínia Neves Moreno Silva
Luciano da Silva Façanha

REFLEXÕES ACERCA DO CONTRIBUTO DA CULTURA PARA A MORALIDADE HUMANA A PARTIR DE ROUSSEAU 41
Isnara Maria Frazão dos Santos
Zilmara de Jesus Viana de Carvalho
Flavio Luiz de Castro Freitas

ROUSSEAU E A CONCEPÇÃO DE ESTADO DE NATUREZA: UMA CRÍTICA AO PROGRESSO CIVILIZATÓRIO 43
Maria de Fátima do Nascimento Lopes
Otávio Oliveira Silva
Francinete Pereira da Costa Silva
Djavan Brito Costa 3
Watson Marcheson Barbosa Ferreira

ROUSSEAU E A CRÍTICA AO ESTADO DE SOCIEDADE: UMA ANÁLISE SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA DESIGUALDADE MORAL OU POLÍTICA ENTRE OS HOMENS **44**
Júlio Cesar Costa Leite
Otávio Oliveira Silva
Elana Vitória Borges dos Santos
Tais Borges dos Santos
Vitória Borges dos Santos

ROUSSEAU E O SENTIMENTO: GÊNESE DO ROMANCE JÚLIA NA OBRA CONFESSIONAL **46**
Luis Felipe Moreira Soares
Luciano da Silva Façanha

ROUSSEAU, ANTROPÓLOGO DE GABINETE? **47**
Elber Alves Ferreira
Luciano da Silva Façanha

ROUSSEAU: SOBRE A ORIGEM DAS PRIMEIRAS VOZES PELAS PAIXÕES **48**
Hudson Vinicius Pereira Silva
Ana Beatriz Carvalho de Sousa
Igor Emanuel Nunes Farias Pinheiro Figueiredo
Luciano da Silva Façanha

SOBRE A SOCIABILIDADE NATURAL E O DESAFIO DA ORDEM SOICAL EM ROUSSEAU **49**
Gabriel Telles dos Santos Burgarelli

UM DISCURSO FORMATIVO PARA UMA SOCIEDADE DEFORMADA: O SENTIDO DE ENSINAR EM *EMÍLIO OU DA EDUCAÇÃO* (1762), DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU **50**
Fernanda Monteiro
Clarissa Mattos

VONTADE GERAL E QUESTÃO AMBIENTAL EM ROUSSEAU **51**
Priscila de Oliveira Silva
Lussandra Barbosa de Carvalho

EIXO 2 – KANT – APENAS APRESENTAÇÕES SOBRE O FILÓSOFO IMMANUEL KANT **52**

A FUNÇÃO DO CONFLITO NA POLÍTICA KANTIANA: ENTRE ANTAGONISMO E PROGRESSO INSTITUCIONAL **53**
Álvaro Emannoel de Oliveira Costa e Freire
Zilmara de Jesus Viana de Carvalho

A MENTIRA COMO ARTIFÍCIO PARA A MANUTENÇÃO DA PAZ: UMA ANÁLISE KANTIANA 54
Bianca Malena do Nascimento Cordeiro
Ivailson Bentes de Alencar Filho
Trinne Cristine Pimentel Costa
Sandy Ellen Sousa dos Reis
Zilmara de Jesus Viana de Carvalho

A PROPENSÃO AO MAL E A DISPOSIÇÃO ORIGINÁRIA AO BEM EM KANT 55
Pedro Allan Portácio de Queiroz

AUTONOMIA E EDUCAÇÃO NA OBRA A PEDAGOGIA DE KANT 56
Manoel de Jesus Fernandes
Zilmara de Jesus Viana de Carvalho

CIVILIDADE E EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO KANTIANO 57
Sandy Ellen Sousa dos Reis
Bianca Malena do Nascimento Cordeiro

DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA AUFKLÄRUNG AO CIDADÃO DA REPÚBLICA: SOBRE OS PRESSUPOSTOS PARA A PAZ PERPÉTUA EM KANT 58
Allice Fromer Ferreira Amorim
Zilmara de Jesus Viana de Carvalho

DO ESTADO DE NATUREZA AO ESTADO JURÍDICO: A GUERRA COMO DESAFIO À PAZ PERPÉTUA 59
Álvaro Emannoel de Oliveira Costa e Freire
Zilmara de Jesus Viana de Carvalho

EPISTEMOLOGIA E METAFÍSICA EM KANT 60
Bruno Bogéa Lima
Zilmara de Jesus Viana de Carvalho

KANT E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO COMO PRESSUPOSTO PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL 61
Ediel dos Anjos Araújo
Simey Fernanda Furtado Oliveira

MAS GOSTO SE DISCUTE? O BELO COMO FONTE RESULTANTE DA CONCORDÂNCIA HARMONIOSA ENTRE A FORMA SENSÍVEL E A IDEIA EM KANT 62
Igor Emanuel Nunes Farias Pinheiro Figueiredo
Ana Beatriz Carvalho de Sousa
Hudson Vinicius Pereira Silva
Luana Kerly Alves Coelho
Luciano da Silva Façanha

O COSMOPOLITISMO KANTIANO E OS DIREITOS HUMANOS: OS DEVERES NÃO SE LIMITAM ÀS FRONTEIRAS DOS ESTADOS 63
Bianca Malena do Nascimento Cordeiro
Zilmara de Jesus Viana de Carvalho

RELIGIÃO E AUTONOMIA EM KANT: A MORAL COMO FUNDAMENTAÇÃO DE UM FÉ RACIONAL 64
Mateus Costa e Costa

EIXO 3 - ROUSSEAU X KANT – DIÁLOGOS ENTRE OS DOIS FILÓSOFOS 65

A QUESTÃO DO MAL EM KANT E ROUSSEAU 66
Pedro Allan Portácio de Queiroz

FILOSOFIA E EDUCAÇÃO, DIÁLOGO ENTRE ROUSSEAU E KANT 67
Sandy Ellen Sousa dos Reis
Elber Alves Ferreira
Luciano da Silva Façanha
Zilmara de Jesus Viana de Carvalho

LIMITES DA RAZÃO, HORIZONTES DA ÉTICA: UM DIÁLOGO (DES)ENCONTRADO ENTRE ROUSSEAU E KANT 69
Lucas Antônio Nogueira Rodrigues
Gabriel Afonso Campos

EIXO 4 - DIÁLOGOS DE OUTROS AUTORES COM ROUSSEAU 70

"OS PERIGOS DO TEATRO", UMA LEITURA DAS DRAMATURGIAS ILUMINISTAS DE ROUSSEAU E MANUEL DE FIGUEIREDO 71
Helderson Mariani Pires

A CONCEPÇÃO DE SER HUMANO NA FILOSOFIA MODERNA: HOBBES E ROUSSEAU 72
Brenda Rayanne Cardoso Neves
João Caetano Linhares

A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO EM SOCIEDADE EM ROUSSEAU E PIERRE LÉVY 73
Jean Carlos da Silva Monteiro
Francyhélia Benedita Mendes Sousa
Sansão Hortegal Neto
Luciano da Silva Façanha

A FILOSOFIA COMPOSIÇÃO DE DIDEROT 74
Gustavo de Amorim Fernandez

A FILOSOSFIA E A LITERATURA NA MODERNIDADE DA ILUSTRAÇÃO 75
Etienne Santos Costa
Luciano da Silva Façanha

A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NA VIDA POLÍTICA SEGUNDO MAQUIAVEL E ROUSSEAU 76
João Aparecido Gonçalves Pereira

A NATUREZA E O DESENCANTAMENTO: REFLEXÕES SOBRE A MODERNIDADE EM ROUSSEAU E NOVALIS 77
Pedro Allan Portácio de Queiroz

***A ORDEM DO DISCURSO* DE FOUCAULT E O *ENSAIO SOBRE A ORIGEM DAS LÍNGUAS* DE ROUSSEAU: UM DIÁLOGO ENTRE AS DUAS OBRAS 78**
Steves Dickinson Almeida Lima
Luciano da Silva Façanha

A RESPONSABILIDADE DAS NOVELAS NA FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL: UM DIÁLOGO ENTRE ROUSSEAU E UMBERTO ECO 79
Milena Carolina Cantanhede Silva
Luciano da Silva Façanha

APROXIMAÇÕES ENTRE OS DEVANEIOS DE ROUSSEAU E BACHELARD..... 80
José Antonio Pinheiro Junior
Luciano da Silva Façanha

ENTRE FRONTEIRAS E AUTONOMIA: A GEOPOLÍTICA DA LIBERDADE NOS TERRITÓRIOS 81
Suela Simone Corrêa Monteiro
Jean Carlos Assunção Aranha

ENTRE ROUSSEAU E LÉVY: REFLEXÕES SOBRE LINGUAGEM, MODERNIDADE E TIC..... 83
Jean Carlos da Silva Monteiro
Francyhélia Benedita Mendes Sousa
Sansão Hortegal Neto
Luciano da Silva Façanha

MUSEUS, CONHECIMENTO E EMANCIPAÇÃO: UMA LEITURA ROUSSEAUNIANA DO MUSEU HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO MARANHÃO 84
Lucas Mateus da Silva Nogueira
Ramisson Corrêa Ramos
Conceição de Maria Belfort Carvalho
Klebenilson Froz Silva

O ESTADO CONTRATUALISTA EM ROUSSEAU E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MODERNAS..... 86
Alice Goncalves Florencio
Kassimira Santos da Silva
Suela Simone Corrêa Monteiro
Zulimar Márita Ribeiro Rodrigues

O USO DAS TÓPICAS COMO PROPOSTA METODOLÓGICA NO CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA DA UFMA: EDUCAÇÃO, FILOSOFIA, LINGUAGEM, INTERDISCIPLINARIDADE, CULTURA E SOCIEDADE 87
Norlan Aragão Lima

ROMANCE FILOSÓFICO: A BÚSSOLA PARA A FILOSOFIA DA HISTÓRIA NO SÉCULO XVIII 88
Matheus Silva Costa
Luciano da Silva Façanha

ROUSSEAU E DEBORD: A CRÍTICA AO ESVAZIAMENTO DA VIDA PÚBLICA E A ESPETACULARIZAÇÃO DO INDIVÍDUO 89
Ana Beatriz Carvalho de Sousa
Igor Emanuel Nunes Farias Pinheiro Figueiredo
Elayne de Araújo Pereira
Hudson Vinicius Pereira Silva
Luciano da Silva Façanha

SÓ HÁ HUMANIDADE EM CERTAS LATITUDES? A FORMAÇÃO DO ARGUMENTO ETNOCÊNTRICO DE BUFFON E A CONTRAPOSIÇÃO ROUSSEAUNIANA 90
Breno Bertoldo Dalla Zen

EIXO 5 – DIÁLOGOS DE OUTROS AUTORES COM KANT 91

A APROPRIAÇÃO DO ESQUEMATISMO KANTIANO NA INDÚSTRIA CULTURAL 92
Erisvanda Campos da Costa

A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DE KANT E ARENDT: DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS 93
Lincoln Sales Serejo
Neemias Pinto Cantanheides
Thomáz Matheus Aragão Fonseca

A FRAGMENTAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA: OS PARADOXOS DA RAZÃO KANTIANA NAS REDES DIGITAIS 94
Edilson Vilaço de Lima
Mariana Correa Soares Muniz

A PAZ DURADOURA EM KANT E A VISADA ÉTICA EM PAUL RICOEUR 95
Maria Luciene Barbosa Carvalho
Francisco Valdério Pereira da Silva Junior

DO DESINTERESSE AO TRÁGICO: O BELO E A ARTE EM KANT E NIETZSCHE 96
Erica Costa Sousa

FILOSOFIA PRÁTICA E O CETICISMO MORAL EM DISCUSSÃO ENTRE KANT E HUME 97
Paulo Roberto Martins Cunha

KANT E O CONFLITO DAS FACULDADES NO CONTEXTO DA RELAÇÃO ORGÂNICA ESTADO E CAPITAL 98
Alberico Francisco do Nascimento
Sandy Ellen Sousa dos Reis
Zilmara de Jesus Viana de Carvalho

MORALIDADE E RESPONSABILIDADE: A ÉTICA DE IMMANUEL KANT E HANS JONAS 99
Patricio Sândalo de Rezende
Zilmara de Jesus Viana de Carvalho

O JULGAR COMO AÇÃO POLÍTICA: DE KANT A ARENDT 100
Thomáz Matheus Aragão Fonseca
Lincoln Sales Serejo

O KANT DE DELEUZE: O PROBLEMA DO TEMPO E A TEORIA DAS FACULDADES 101
Pedro Estevam Gemaque Chacon
Yasmim Fernanda Silva Lobato
Maria Olilia Serra

O MAL RADICAL E A DIALÉTICA DA LIBERDADE: UMA BREVE ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE KANT E SCHELLING 102
Pedro Allan Portácio de Queiroz

QUEM SOMOS NÓS HOJE? — ENTRE A CRÍTICA E A GENEALOGIA 103
David Alla Mota Serra

RENÚNCIA, EXCESSO E VONTADE DE GOZO: A ÉTICA KANTIANA E SADIANA SOB O VIÉS DA PSICANÁLISE 104
Joselle Maria Couto e Lima
Luciano da Silva Façanha

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE KANT E RICOEUR SOBRE O MAL E O PROJETO DE SOCIEDADE RICOEURIANO QUE VISA UMA VIDA BOA EM INSTITUIÇÕES JUSTAS 105
Vanessa Oliveira de Souza
Antonio Augusto de Souza Oliveira

MESA-REDONDA *106*

EIXO 1 – ROUSSEAU – APENAS APRESENTAÇÕES SOBRE O FILÓSOFO JEAN-JACQUES ROUSSEAU **107**

"AS MULHERES DE ROUSSEAU" **108**
Maria das Graças Souza

A "REVOLUÇÃO COPERNICANA" EM ROUSSEAU, O CASO DA EDUCAÇÃO NEGATIVA **109**
Maria do Socorro Gonçalves da Costa

A QUESTÃO DA NATUREZA NA *JÚLIA OU A NOVA HELOÍSA* **110**
Manoel Dionizio Neto

A VONTADE GERAL NOS *TEXTOS DE INTERVENÇÃO POLÍTICA* DE ROUSSEAU **111**
Manoel Jarbas Vasconcelos Carvalho

COMPAIXÃO E VONTADE GERAL EM ROUSSEAU **112**
Ronzelene Nazaré Souza de Lima

ÉTICA E ESTÉTICA DA ALMA NA FILOSOFIA DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU **113**
Marisa Vento

LIRICIDADE NA LINGUAGEM D'OS DEVANEIOS DO CAMINHANTE SOLITÁRIO, DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU **114**
Maria de Lourdes Dionizio Santos

NECESSIDADES BÁSICAS E JUSTIÇA: UMA LEITURA À PARTIR DO *EMÍLIO* DE ROUSSEAU **115**
Ciro Lourenço

O CARÁTER FEMININO DA ALMA COMUNITÁRIA EM ROUSSEAU **116**
Jacira de Freitas

O DESENVOLVIMENTO DA MEMÓRIA NO PROCESSO PEDAGÓGICO DA CONSCIENTIZAÇÃO SEGUNDO JEAN-JACQUES ROUSSEAU **117**
Geraldo Márcio da Silva

O POBRE E A POBREZA NO SÉCULO XVIII E EM JEAN-JACQUES ROUSSEAU **118**
Rafael de Araújo e Viana Leite

O SANTO LAICO, O EDUCADOR DESNATURADO, O DEMOCRATA AUTORITÁRIO **122**
Genildo Ferreira da Silva

ROUSSEAU E A ÉPICA DAS *CONFISSÕES*, DE SUSANNE BERNARD À PENÉLOPE: MITO HEROICO DA HERANÇA DE UM CORAÇÃO SENSÍVEL 123
Luciano da Silva Façanha

ROUSSEAU E O POPULISMO 124
Claudio Araujo Reis

TRANSFORMAÇÃO E ACEITAÇÃO: A JORNADA INTERIOR NA TERCEIRA CAMINHADA DE ROUSSEAU 125
Cacilda Bonfim

UMA PROTAGONISTA NAS SOMBRAS DO PENSAMENTO DE ROUSSEAU 126
Helena Esser dos Reis

EIXO 2 – KANT – APENAS APRESENTAÇÕES SOBRE O FILÓSOFO IMANUEL KANT 127

A REVOLUÇÃO COPERNICANA DE KANT: DO SUJEITO EPISTÊMICO AO SUJEITO ESTÉTICO 128
Maria Olilia Serra
Pedro Estevam Gemaque Chacon

KANT E O FANATISMO EM SEU PROJETO ANTROPOLÓGICO 129
Geraldo Freire de Lima

O GOSTO COMO UMA ESPÉCIE DE *SENSUS COMMUNIS* NA *CRÍTICA DA FACULDADE DE JULGAR* 130
Carolina Miranda Sena

SOBERANIA, CRÍTICA AO EXPANSIONISMO E PAZ EM KANT 131
Zilmara de Jesus Viana de Carvalho

EIXO 3 – ROUSSEAU X KANT – DIÁLOGOS ENTRE OS DOIS FILÓSOFOS 132

O LUGAR DO SENTIMENTO EM ROUSSEAU, KANT E SCHILLER 133
Ariane Santos Ribeiro Melonio
Danielton Campos Melonio
Nertan Dias Silva Maia

ROUSSEAU E A ARQUITETÔNICA DA SEGUNDA SECÇÃO DA *FUNDAMENTAÇÃO DA METAFÍSICA DOS COSTUMES*, DE KANT 135
Pedro Paulo da Costa Corôa

EIXO 4 – DIÁLOGOS DE OUTROS AUTORES COM ROUSSEAU 136

A CARTA DE ROUSSEAU A VOLTAIRE SOBRE O MAL (PARTE II): PROFISSÃO DE FÉ E DEFESA DO OTIMISMO FILOSÓFICO 137
Rodrigo Brandão

À SOMBRA DA LETRA: MADAME DUPIN, ROUSSEAU E A INVISIBILIDADE DAS VOZES FEMININAS NO SÉCULO XVIII..... 138
Barbara Rodrigues Barbosa

CIÊNCIA, MORAL E BEM PÚBLICO: REFLEXÕES SOBRE O CONHECIMENTO A SERVIÇO DA SOCIEDADE EM ROUSSEAU E MERCIER 139
Renato Moscateli

CONCEPÇÕES MUSICAIS DE ROUSSEAU EM *NOÇÕES DE MÚSICA* DE ANTONIO RAYOL (1902) 140
Kathia Salomão

CONSIDERAÇÕES INICIAIS PARA UMA LEITURA CONSTELAR DA LIBERDADE EM ROUSSEAU..... 141
Antonio Basilio Novaes Thomaz de Menezes

DA *PHILÍA* AO *AMOR PRÓPRIO*: PLATÃO E ROUSSEAU, A EDUCAÇÃO DAS PAIXÕES HUMANAS 142
José Assunção Fernandes Leite

DIÁLOGO ENTRE ROUSSEAU E OLYMPE DE GOUGES..... 143
Maria Constança Peres Pissarra

GUERRAS DE DEFESA, DE CONQUISTA E OUTRAS VIOLÊNCIAS ESTATAIS: ROUSSEAU LEITOR DE MAQUIAVEL 144
Evaldo Becker

HARRINGTON E ROUSSEAU: PROJETOS CONSTITUCIONAIS REPUBLICANOS 145
Vital Alves

JEAN-PHILIPPE RAMEAU: A TEORIA DOS CORPOS SONOROS E A FORÇA DA HARMONIA 146
Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva Sahd

O TEATRO DAS LUZES DE ROUSSEAU E MANUEL DE FIGUEIREDO, UM DIÁLOGO COM AS SUAS PROPOSTAS TEATRAIS 147
Helderson Mariani Pires

ROUSSEAU & ROUSSEAU NA EDUCAÇÃO: DO *EMÍLIO* À OBRA *A AIA VIGILANTE*, DE JOANNA ROUSSEAU DE VILLENEUVE..... 148
Wilson Alves de Paiva

ROUSSEAU E O MITO DA IMPREVIDÊNCIA DA ALMA SELVAGEM 149
Mauro Dela Bandera
Rodrigo Brandão

ROUSSEAU E O MITO DE GLAUCO: UMA REFLEXÃO EM TORNO DA ÉTICA DA INFORMAÇÃO 150
Israel Alexandria Costa

CONFERÊNCIAS 151

"KANT Y ROUSSEAU: IMÁGENES Y SEMEJANZAS SOBRE EL FIN DE LA EDUCACIÓN" 152
Luis Antonio Velasco Guzmán

MEDITACIONES ANTICARTESIANAS. OBSERVACIONES SOBRE EL "QUINTO PASEO" DE LAS ENSOÑACIONES DEL PASEANTE SOLITARIO DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU 153
Carlos Emel Rendón

O LOUVOR DA NATUREZA: ROUSSEAU E A QUESTÃO ANTROPOCÉNICA 154
Custódia Alexandra Almeida Martins

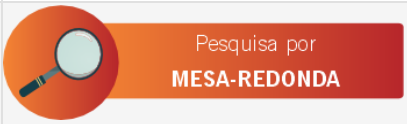
PROGRAMAÇÃO

DIA 25 DE JUNHO DE 2025

Horário	Atividade	Local
8:00 às 9:00	Credenciamento	Hall do CCH
9:00 às 11:30	Comunicações orais	Pesquisa por COMUNICAÇÃO ORAL
14:00 às 16:00	Credenciamento	Hall do CCH
14:00 às 16:00	Mesas-redondas	Pesquisa por MESA-REDONDA
16:00 às 16:15	Solenidade de Abertura	Auditório Setorial do CCH
16:15 às 16:25	Apresentação Cultural 1 **"Maranhão, Meu Canto e Encanto"** *Direção Musical:* Prof. Norlan Aragão Lima *Integrantes:* Paulo Henrique Silva Cantanhede Samuel Jafé Caldas Torres e Silva Helison Felipi Monteiro Marinho Khawan Silva e Silva Ricardo Andson Viana Garcez João Victor da Costa Estrela Valéria Cecília Silva Melo Vanessa Cristina Silva Melo Hugo Marinho Santana Joás da Silva dos Santos Gabriel Oliveira Pinheiro Marcus Vinicius Coelho Ferrer	Auditório Setorial do CCH
16:25 às 16:35	Apresentação Cultural 2 **Coro do Projeto Cápsula Musical - COLUN-UFMA** *Direção e Coordenadora do Projeto Cápsula Musical-COLUN/UFMA:* Eliza de Oliveira Rocha	Auditório Setorial do CCH

Horário	Atividade	Local
16:35 às 18:00	**Conferência de Abertura:** Meditaciones anticartesianas. Consideraciones sobre la experiencia y el fenómeno de la ensoñación en el "quinto paseo"de "las ensoñaciones del paseante solitario" de Jean Jacques Rousseau **Palestrante:** Prof. Dr. Carlos Emel Rendon - Universidade Nacional da Colômbia	Auditório Setorial do CCH
18:00	Coquetel	Hall do Auditório Setorial do CCH

DIA 26 DE JUNHO DE 2025

Horário	Atividade	Local
8:00 às 12:00	**Minicurso:** Diálogos com Rousseau: autores e ideias **Ministrante:** Profa. Dra. Custódia Martins - UMinho (Portugal)	Auditório Setorial do CCH
8:00 às 12:00	**Minicurso:** Kant e a psicanálise **Ministrante:** Prof. Dr. Daniel Omar Perez - UniCamp	Auditório B - Ribamar Caldeira
14:00 às 16:00	Mesas-redondas	
16:00 às 16:30	Apresentação Cultural 3 **Festejos do Maranhão** (Integrantes do Boi Barrica e Cabocos de Pena) *Direção Artística:* Vinicius Brito	Auditório Setorial do CCH
16:30 às 18:00	**Conferência 1:** A Sabedoria da dedução transcendental de Kant **Palestrante:** Prof. Dr. Konrad Christoph Utz - Universidade Federal do Ceará **Conferência 2:** Kant y Rousseau: Imágenes y semejanzas sobre el el fin de la educación **Palestrante:** Prof. Dr. Luis Antonio Velasco Guzmán - Universidade Nacional Autônoma do México	Auditório Setorial do CCH

DIA 27 DE JUNHO DE 2025

Horário	Atividade	Local
9:00 às 11:30	Comunicações orais	Pesquisa por COMUNICAÇÃO ORAL
14:00 às 16:00	Mesas-redondas	Pesquisa por MESA-REDONDA
16:00 às 16:15	Lançamento de Livros	Hall do Auditório Setorial do CCH
16:15 às 16:30	Apresentação Cultural 4	Auditório Setorial do CCH
16:30 às 18:00	Conferências de Encerramento **Conferência 1:** O Louvor da Natureza: Rousseau e a questão Antropocênica **Palestrante:** Profa. Dra. Custódia Alexandra Almeida Martins - Universidade do Minho **Conferência 2:** Sobre a antropologia Filosófica de Kant **Palestrante:** Prof. Dr. Daniel Omar Perez - UniCamp	Auditório Setorial do CCH

COMUNICAÇÃO ORAL

EIXO 1 – Rousseau – Apenas apresentações sobre o filósofo Jean-Jacques Rousseau

A *CARTA A D'ALEMBERT* E A DEFESA DA PLURALIDADE CULTURAL: CRÍTICA DE ROUSSEAU AO ETNOCENTRISMO

Irlene Veruska Batista da Silva
Mestra em Cultura e Sociedade – UFMA
irleneveruska305@gmail.com
Professora substituta IFMA- Grajaú
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

RESUMO: O objetiva-se realizar uma explanação sobre a crítica realizada por Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) ao etnocentrismo francês tendo por base a obra *Carta a d'Alembert sobre os espetáculos* (1758) – doravante *Carta*. A *Carta* nasceu em resposta a um verbete chamado *Genebra* escrito na *Enciclopédia* pelo filósofo Jean le Rond d'Alembert (1717-1783). Em *Genebra*, d'Alembert exaltava as qualidades do teatro e sugeria inaugurar uma companhia de comediantes na cidade homônima. Nesta obra, Rousseau defende Genebra da instalação do teatro francês, contrariando a atitude etnocêntrica dos franceses – por crerem que Genebra precise do modelo de civilidade e de progresso da França. Para o genebrino, cada lugar possui o que é suficiente e necessário culturalmente ao seu próprio povo. É isso que os tornam singulares, pertencentes às suas pátrias. Na polarização do teatro e da festa, Paris e Genebra o autor para descrever o lugar dos espetáculos na sociedade e o papel que pode ser atribuído a eles. Através desse contraponto está embutida sua posição *anti-etnocêntrica*. Em termos de perspectiva metodológica, propomos lançar um olhar sobre a obra de Rousseau a partir da perspectiva de Claude Lévi-Strauss (1908-2009) - inaugurada no texto *Rousseau, fundador das ciências do homem* (1962) – para a refletir sobre a possibilidade hipotética de um *estatuto anti-etnocêntrico* na obra do genebrino. Levi Strauss, em suas obras, utilizou e atualizou o pensamento antropológoco do genebrino para fundar bases da sua antropologia estrutural. Ele viu em Jean-Jacques Rousseau um etnólogo capaz de fazer o século XX pensar sobre formas de dominação e aniquilamento dos povos, bem como sobre o racismo. Um dos principais resultados que a nossa pesquisa permite apontar é que na *Carta* a constatação da *diversidade* dos povos deve imprimir e corresponder uma *multiplicidade* de espetáculos; a *particularidade* de cada povo choca-se com a perspectiva iluminista de *universalização* de um modelo de homem e de civilização – notadamente, europeus; e representa um rompimento *intelectual* com os *philosophes* do Iluminismo, especificamente com Denis Diderot (1713-1784) e François-Marie Arouet, conhecido como Voltaire (1694-1778).

Palavras-chave: Rousseau; Carta a d'Alembert; Crítica; Etnocentrismo; Teatro.

A DEGENERAÇÃO DA SOCIEDADE NA PERSPECTIVA DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU: ESSÊNCIA VERSUS APARÊNCIA

Evilásio Barbosa da Silva
Mestre em Cultura e Sociedade – UFMA
evilasius.filosofia@gmail.com

Luciano da Silva Façanha
Doutor em Filosofia – PUC-SP
luciano.facanha@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Se tudo degenera fora das mãos do Autor de todas as coisas, é certo que a degeneração não acontece, de modo algum, no estado de natureza, devido àquela etapa da vida não possuir as mínimas condições para que isso pudesse acontecer. Dessa forma, compreende-se que a degeneração se origina no estado de sociedade, onde o amor de si, sentimento natural de autoconservação, se degenera em amor próprio. A partir de então, o ser humano passa a insistir em parecer aquilo que não é, abrindo caminhos para o egoísmo, a hipocrisia, a mentira e a falsidade, ou seja, o declínio moral da sociedade. Percebe-se que, com o passar da história, realmente a humanidade mergulha em um caldeirão de mazelas que, provavelmente, nem mesmo Rousseau imaginaria. Portanto, percebe-se que as reflexões do genebrino, na efervescência do movimento da Ilustração, escritas na segunda metade do século XVIII, continuam bastante atuais. Assim, o objetivo principal deste trabalho é apresentar a perspectiva de Rousseau em relação à degeneração da sociedade; em seguida, refletir, à luz da filosofia rousseauniana, a situação atual de nossa sociedade, referente ao corrompimento dos povos; e, finalmente, apontar algumas possíveis contribuições que possam amenizar tal situação. A metodologia utilizada neste ensaio, será de cunho hermenêutico filosófico, por intermédio de uma pesquisa bibliográfica, obtendo como fundamentos principais, as obras de Rousseau, *Discurso sobre as ciências e as artes* e o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Espera-se que este trabalho possa incitar novas reflexões e debates acerca do presente e futuro da humanidade, referente aos inúmeros desafios a serem enfrentados, sobretudo na esfera da ética.

Palavras-chave: Rousseau; Sociedade; Degeneração; Essência; Aparência.

A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA MODERNA CONSENTIDA NA POLÔNIA E A DEMOCRACIA DIRETA DO *CONTRATO SOCIAL*.

Edilene Pereira Boaes
Mestrado Prof-Filo – UFMA
boaes2014@gmail.com
Secretaria de Educação do Estado do Maranhão

RESUMO: Este trabalho analisa a concepção de reforma e representação política em Jean-Jacques Rousseau, com base nas obras Do Contrato Social (1762) e Considerações Sobre o Governo da Polônia e sua Reforma Projetada (1771). Em Do Contrato Social, Rousseau defende a legitimidade do poder político a partir do pacto social, da liberdade e da igualdade, enfatizando a democracia direta e rejeitando a representação política. A obra sugere a viabilidade dessas ideias principalmente em pequenos Estados, como Genebra e Córsega. Já nas Considerações, Rousseau admite a representação política como necessária em contextos específicos, como o da Polônia — um Estado extenso, descentralizado e sob ameaça externa — desde que não comprometa a soberania e os direitos dos cidadãos. O autor investiga, assim, os limites e possibilidades da legislação e da representação para a construção de um Estado voltado ao bem comum.

Palavras-chave: Rousseau. Política. Representação. Polônia.

AS INFLUÊNCIAS DA PROPOSTA DA RELIGIÃO CIVIL: ROUSSEAU E AS NOVAS FORMAS DE GOVERNOS A PARTIR DO SÉCULO XVIII

Joás de Jesus Ribeiro
Licenciatura em Filosofia – UFMA
Bacharel em Direito – UNIP
Mestre em Cultura e Sociedade – UFMA
academfilosofo@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A religião civil, do Contrato Social, é um assunto importante ao tratar sobre política em Rousseau, ao abordar as influências dessa tese na política do pensador, é necessário refletir acerca dos elementos essenciais a essa religião, por exemplo, o dever à pátria, podendo-se afirmar que apenas a pátria e sua força para a organização do Estado é o suficiente para a proposta de religião do filósofo, contudo, há outros aspectos que não podem ser ignorados, como a educação. O iluminista foi capaz de reformular um modelo de religião para os cidadãos através da participação e colaboração, contribuindo com a funcionalidade das províncias. Ainda que historicamente não houvesse a concretização dessas ideias, fatores presentes nessa proposta foram aproveitados por governos que passaram por transformações religiosas, as quais se utilizaram do Estado para tentar a tutela dessa "fé" voltada ao bem coletivo, na tentativa de respeitar uma proposta da vontade geral dos cidadãos. Diferente da devoção a pátria sem nenhuma reflexão, como pode ser observado em regimes totalitários, essa devoção junto com a vontade geral é reflexiva e participativa. Por isso a educação deve fazer parte dessa boa formação, que não seja tomada por sentimentos corrompidos que exaltam apenas os interesses próprios. Esse pensamento rousseauniano, torna-se revolucionário, mudando a relação entre o Estado e a religião, que passam a ter outros elementos significativos resultando no surgimento de novas instituições reguladoras desses espaços, ainda que sobre o risco da mera formalidade institucional baseado nas garantias dos governos que passam a legitimar as crenças, ainda que dentro de um estado laico. O que Rousseau provocou foi e descentralização do poder da fé sob do domínio dos antigos modelos religiosos. Ele foi a representação do que o Iluminismo propôs de mudanças ao pacto civilizatório tanto nas metrópoles quanto nas novas colônias que passam a adotar a distinção entre Igreja e Estado.

Palavras-chave: Cidadãos; Estado; Pátria; Política; Religião.

AS RELAÇÕES ENTRE O AUMENTO DA DESIGUALDADE SOCIAL E O AVANÇO DA VIOLÊNCIA NA OBRA DE ROUSSEAU

Rafael Cavalcante De Messias
Bacharel em Ciências Sociais – UFAL
rafachla@gmail.com
Universidade Federal de Alagoas

Taynam Santos Luz Bueno
Doutora em Filosofia – Universidade de São Paulo
taynam.bueno@ichca.ufal.br
Universidade Federal de Alagoas

RESUMO: O objetivo deste projeto é compreender a origem e os fundamentos da violência gerada pelas desigualdades sociais, a partir da perspectiva de Jean-Jacques Rousseau, um dos principais filósofos do Iluminismo. Para isso, será feita uma revisão bibliográfica das obras de Rousseau, especialmente o Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, publicado em 1755. Nessa obra, Rousseau defende que o homem, no estado de natureza, era livre, feliz e dotado de um amor de si, que consistia na preservação de sua existência e na compaixão pelos outros seres. Porém, com o advento da sociedade civil, o homem passou a desenvolver um amor próprio, que o levou a buscar a estima e o reconhecimento dos outros, gerando vaidade, inveja e competição. Além disso, a instituição da propriedade privada criou uma desigualdade artificial entre os homens, que se tornaram dependentes uns dos outros e sujeitos à violência e à opressão. Assim, Rousseau propõe um contrato social que restabeleça a liberdade e a igualdade naturais dos homens, mediante a renúncia à propriedade particular e à submissão à vontade geral. A hipótese deste projeto é que a violência produzida pelas desigualdades sociais é uma consequência da alienação do homem em relação à sua natureza e à sua liberdade, e que a mitigação para esse problema passa pela reforma das instituições sociais e pela educação moral dos indivíduos.

Palavras-chave: Desigualdade Social; Violência; Estado de Natureza; Contrato Social; Propriedade Privada

A AUTONOMIA HUMANA NA REDENÇÃO DO MAL EM ROUSSEAU

Pedro Allan Portácio de Queiroz
Mestre em Filosofia – UFC
pedrofilosofiaufc@gmail.com
Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará

RESUMO: O pensamento de Jean-Jacques Rousseau acerca da autonomia humana na redenção do mal apresenta um ponto central de sua polêmica com o Arcebispo de Beaumont. Em seu embate, Rousseau rejeita o dogma da perversidade intrínseca da natureza humana, sustentado pelas instituições religiosas do século XVIII. Segundo Cassirer, essa crítica rousseauniana marca uma reconfiguração no tratamento filosófico do problema do mal, conferindo-lhe um papel estratégico na compreensão do pensamento religioso de Rousseau. Este trabalho visa analisar a defesa da autonomia humana na redenção do mal, conforme proposta por Rousseau. Pretende-se investigar como essa tese se contrapõe à perspectiva de Beaumont e de que maneira Rousseau redefine a o tema da queda humana por meio de uma abordagem própria, isto é, empírico-antropológica. Para elucidar a oposição entre Rousseau e Beaumont, traçamos um paralelo entre duas exegeses da queda humana. A interpretação beaumontiana enfatiza a origem exógena do mal, enquanto a leitura rousseauniana atribui sua origem a forças endógenas, garantindo a autonomia humana na redenção. A análise baseia-se na leitura crítica das fontes primárias e no diálogo com comentadores como Cassirer e outros. A tese rousseauniana da bondade natural do homem desafia o dogma cristão da perversidade da natureza humana. Rousseau argumenta que, se o homem fosse inerentemente mau, não poderia ser livre, pois sua ação moral dependeria de um agente externo. Assim, ao rejeitar essa concepção, Rousseau propõe uma visão em que a redenção do mal ocorre por meio da própria humanidade, sem necessidade de intervenção divina. Essa perspectiva reformula o problema do mal dentro do pensamento filosófico e religioso do Iluminismo, reafirmando a autonomia humana e sua responsabilidade ética.

Palavras-chave: Rousseau; autonomia; redenção; mal; natureza.

COMENTÁRIO SOBRE A DESIGUALDADE NA OBRA *DISCURSO SOBRE A DESIGUALDADE* DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU

Steves Dickinson Almeida Lima
Graduado em Filosofia – UFMA
sda.lima@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Luciano da Silva Façanha
Pós-Doutor em Filosofia – PUC-SP
lucianosfacanha@hotmail.com
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: No ano 1754, ao divulgar o seu *Discurso* sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, também conhecido como segundo *Discurso*, Jean-Jacques Rousseau apresenta algumas hipóteses daquilo que pode ser a causa primeira ou a "origem" das desigualdades, como o próprio título indica, como resposta a um concurso da Academia de Dijon. Logo no início da obra encontramos uma distinção importante feita pelo autor, quando ele destaca a desigualdade "natural ou física" da desigualdade moral ou política, sendo a última uma consequência das convenções, ou seja, do aprimoramento da linguagem. É certo que para ler Rousseau, é muito importante ter em mente a interrelação entre seus conceitos, pois para falar sobre a questão da desigualdade devemos ter em mente a linguagem, observando o esforço do genebrino para tratar sobre as origens, tendo como consequência ideias e conceitos presentes em outras de suas obras, como é o caso do *Ensaio sobre a origem das línguas* e o *Emílio*. Neste breve comentário, que surge como uma análise crítica, temos por objetivo focar na especificidade da desigualdade moral ou política, e a partir disso estabelecer uma relação entre esse conceito e os outros tipos de desigualdade que surgem a partir dele, em paralelo com os desdobramentos e interpretações que esta obra, que aqui será lida como um "diagnóstico", pode apresentar e contribuir para uma análise filosófica interdisciplinar para além do século dezoito. Nosso método consiste basicamente em fazer uma análise crítica com base na bibliografia de Rousseau, conceituando a desigualdade tal como ele escreve na obra em questão, e tomá-lo como base para uma análise contextualizada sobre a desigualdade na contemporaneidade. Uma constatação acerca do objetivo proposto, é que ao se analisar dentro da literatura do genebrino o desenvolvimento da desigualdade como uma das consequências do aprimoramento da linguagem, certamente se encontra um nexo argumentativo para aquilo que o autor defendeu em seu *Discurso*, e por mais que ela seja indicada como uma análise filosófica, a conexão com outras áreas do conhecimento poderá ser observada de tempos em tempos de modo a verificar a conexão entre as ideias sobre a desigualdade em Rousseau, tanto para a filosofia quanto para a sociedade.

Palavras-chave: Rousseau; Desigualdade moral; Desigualdade política; Iluminismo; Sociedade.

COMENTÁRIOS SOBRE A TRADUÇÃO DE *DO ESTADO DE NATUREZA*, DOS *FRAGMENTOS POLÍTICOS* DE ROUSSEAU

Breno Bertoldo Dalla Zen
Mestre em Filosofia – UCS
bbdzen@ucs.br

Gabriel Telles dos Santos Burgarelli
Doutorando em Filosofia – UFG
gabtelles@live.com

RESUMO: Os fragmentos da obra rousseauniana já receberam tratamentos bastante diversos. As empreitadas editoriais que estiveram catalogando e organizando tais textos o fizeram a partir de abordagens distintas, uma vez que este não é um material de fácil organização, nem permite que sejam dispostos por meio de uma divisão lógica ou sistemática. Nesta comunicação, tentaremos apresentar pontos importantes levantados pela oportunidade da tradução do texto *Do Estado de Natureza*, de Rousseau, reunido e disposto entre os *Fragmentos Políticos* na edição das *Œuvres complètes de Jean-Jacques Rousseau* da Gallimard-Pléiade – edição na qual baseamos nossa tradução. Além dos problemas próprios de qualquer trabalho tradutor – principalmente vinculados ao viés interpretativo que qualquer tradução porta –, destacamos questões específicas da lida com o texto rousseauniano, especialmente um que o autor não intentou propriamente publicar, e que mais tem caráter de anotação. Buscaremos, aqui, suscitar um debate sobre as decisões editoriais que levaram ao estabelecimento desse texto, bem como sobre seu posicionamento, importância e relação com o todo da obra de Rousseau. Faremos também breves menções à organização editorial de outras publicações em que os mesmos textos haviam aparecido anteriormente, sob modelos distintos de compilação, devidamente justificada por cada um dos editores, como Streckeisen-Moultou (*Correspondace inédites*) e Charles Vaughan (*The political writings*), e também posteriormente, como é o caso de Eigeldinger (*Œuvres complètes* da Slatkine). Com esse debate, pensamos poder contribuir para o compartilhamento de ideias sobre a abordagem e interpretação dessa obra, apostando que o uso de um texto não tão citado ou debatido proporcione ambiente para comentários inéditos e particulares dos pares presentes que podem ter grande relevância e fomentar um aprendizado mútuo.

Palavras-chave: Estado de natureza; Fragmentos Políticos; Tradução; Rousseau.

COMPARAÇÃO DA ARTE DO ROMANCE A ARTE TEATRAL: O PROBLEMA DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA CENA NAS RESPECTIVAS ARTES

Mariana Zelarayán Redondano
Graduanda em Filosofia – UFMA
m.redondano@discente.ufma.br

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar um estudo comparativo sobre o problema da individualização da cena na arte do romance, bem como na arte teatral, abordando como essas formas artísticas representam e refletem a subjetividade humana no contexto do século das luzes, para, assim, aprofundar a análise sobre as perspectivas éticas e estéticas de Jean-Jacques Rousseau. É viável avaliar que, a partir de uma análise teórica de algumas obras do filósofo genebrino, procura-se entender a possibilidade de utilizar o romance como forma de análise para o mundo moderno, uma vez rejeitado o caráter romanesco presente na escrita, em contraste com sua visão sobre a arte teatral da época, que representava as emoções de forma artificial e exagerada, características as quais Jean-Jacques compreendia como corruptoras da moral, e, portanto, negativas para os espectadores. Este estudo pretende contribuir para o aprofundamento filosófico das obras de Rousseau, centrando-se na questão artística e moral de seu tempo.

Palavras-chave: Iluminismo. Rousseau. Estética. Teatro. Filosofia e Literatura.

CRÍTICA SOCIAL NO *SEGUNDO DISCURSO* DE ROUSSEAU

Roberto Alves da Silva
Graduado em Filosofia – UFMA
roberto.alves@ufma.br

Luciano da Silva Façanha
Doutor em Filosofia – PUC-SP
luciano.facanha@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A comunicação visa divulgar uma versão resumida do trabalho de conclusão de curso, a qual apresentou uma análise da crítica social presente na obra *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (também conhecida como *Segundo Discurso)*, de Jean-Jacques Rousseau, para identificar os elementos apontados como responsáveis pela decadência do homem com o desenvolvimento da sociedade civil, diante do progresso científico e da técnica, tão cultuados na modernidade. A filosofia de Rousseau remonta ao movimento iluminista predominante nos séculos XVII e XVIII, difundido na Europa e que buscou a consolidação do conhecimento centrado na razão e a crença na racionalidade humana para promover o progresso dos homens, em termos materiais e morais. De forma contrária, Rousseau desenvolveu a tese de que a razão e as leis não levam o homem ao progresso, mas conduzem a degradação de seu estado natural, caracterizando uma crítica social. Essa tese foi defendida no seu *Segundo Discurso*, no ano de 1754, em resposta a um concurso da Academia de Dijon, contendo elementos críticos às estruturas sociais vigentes. É realizada a análise da primeira parte da obra, cujo ponto central consiste na teoria hipotética desenvolvida por Rousseau para tratar sobre o estado natural. Nesta primeira parte do *Segundo Discurso*, Rousseau buscou isolar no homem tudo o que de social existe nele, para descrever o estado natural, visando identificar hipoteticamente como o homem poderia ser em seu estado puro, em uma época anterior a qualquer corrupção. Ao caracterizar o homem em seu estado natural, Rousseau buscou identificar como a desigualdade não tem fundamentos naturais, mas é resultado de um progresso social. Em seguida, apresenta-se um estudo sobre a segunda parte do *Segundo Discurso*, no qual Rousseau aponta como a propriedade é o elemento central da formação da sociedade civil, como a propriedade levou à formação das famílias e as consequências das associações humanas, como os homens passaram a depender uns dos outros para atender às suas necessidades e se organizaram em torno da agricultura e metalurgia. E ainda, como a herança, a magistratura e o despotismo apresentam-se como fontes de desigualdades. Rousseau buscou identificar como os homens constituíram o estado social numa ideia de evolução do mais simples (homem) ao mais complexo (sociedade), no intuito de que se perceba o quanto degeneramos.

Palavras-chaves: Rousseau; Desigualdade; Crítica social; Estado natural; Estado civil.

DO DESAPARECIMENTO DA VIRTUDE À ASCENSÃO DA APARÊNCIA

Sandro Melo Batalha Cardoso
Mestre em Filosofia – UFPA
smbcardoso7@gmail.com
Centro Universitário do Pará

RESUMO: No *Discurso sobre as ciências e as artes*, Rousseau assumiu um ponto de vista diferente do adotado pelos "ilustradores" expressando um pensamento intempestivo sobre as ciências, as letras e as artes, no entanto, este posicionamento diante da confiança desfreada no conhecimento científico e artístico não significou que nosso autor considerou as luzes como algo totalmente nocivo. Ao responder negativamente ao tema proposto pela academia de Dijon - "Se o progresso das ciências e das artes tinha contribuído para corromper ou para apurar os costumes?", Rousseau procurou desvendar uma verdade dissimulada sob o fulguroso véu do progresso. Para o filósofo genebrino, no apogeu de suas trajetórias, as ciências, as letras e as artes, acabam com o estado de harmonia, equilíbrio e felicidade humana na vida social, assim como são responsáveis pela corrupção dos costumes e da alma humana. Conforme seus argumentos, abre-se um espaço ao livre curso dos vícios por meio do estímulo das ciências e das artes, resultando numa profunda mudança na natureza humana. Partindo desse horizonte, o objetivo geral de nossa pesquisa é demonstrar as implicações dessa transformação na vida em sociedade a partir do movimento que provoca o desaparecimento da virtude e anima a ascensão da aparência. Para realização desse objetivo geral delimitamos dois objetivos específicos: primeiramente, tencionamos esclarecer como a virtude se transfigura em polidez nos costumes; em seguida, buscamos explicar por que nesse cenário no qual vem sobrepor-se as virtudes das aparências transfigurada na valorização dos refinamentos e mentiras, o ambiente tornar-se propício para o livre curso dos vícios. Nossa metodologia será direcionada por meio de uma breve pesquisa teórico-filosófica com abordagem qualitativa de cunho bibliográfico. Nesta nossa breve pesquisa, o tratamento sobre as informações referentes a abordagem qualitativa de natureza bibliográfica resultam em dados, e o procedimento para isso é diretamente ligado a leitura de textos selecionados do filósofo Jean-Jacques Rousseau, assim como da literatura crítica especializada, que deve ter condicionado a natureza das perguntas formuladas que, por sua vez, delimitaram o tipo de informação a ser obtido. Apontamos como síntese dos resultados de nosso trabalho a premissa de que na visão de Rousseau, a sorte dos costumes, no horizonte da vida em sociedade, está subordinada aos progressos das ciências, das letras, e das artes, e os avanços proporcionados por estas, que, no decurso das épocas, afastam definitivamente a simplicidade natural dos seres humanos, resultando no desaparecimento tanto da transparência nas relações quanto da virtude no novo cenário da vida em sociedade.

Palavras-chave: desaparecimento; virtude; transformação; ascensão; aparência.

DO DESPRESTÍGIO À ACEITAÇÃO: A INFLUÊNCIA DE ROUSSEAU PARA A LEGITIMAÇÃO DO ROMANCE

Larissa Falcão Castro Reis
Graduanda em Filosofia – UFMA
larissa.falcao@discente.ufma.br

Luciano da Silva Façanha
Doutor em Filosofia – PUC-SP
luciano.facanha@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: De gênese duvidosa, inicialmente o romance era visto com reprovação pelos intelectuais dos séculos XVII e XVIII. Suas características literárias despertavam certa desconfiança entre os críticos, pois seu objetivo era retratar a sociedade a partir de aspectos subjetivos afetados pelas normas sociais. Além disso, seu caráter marginal e inferior era fruto da corrupção dos costumes tradicionais erguidos pelo classicismo, afinal, o que além do teatro conseguiria representar a bela natureza preservando ainda a verossimilhança? O sentimentalismo rompe tal representação ao tentar se encaixar nas formas da tradição clássica, por priorizar a subjetividade e sempre resultar em um ‘‘realismo’’, sendo um traço característico do novo e marginalizado gênero. O processo para a aceitação do romance não se deu sem obstáculos e resistências, marcado pelo embate entre a tradição clássica e a nova forma literária. Jean-Jacques Rousseau, contemporâneo a sua realidade, também enxergava com desconfiança, afirmando o caráter potencialmente corruptivo sobre a moral e os costumes. No entanto, o mesmo que inicialmente rejeitou, acabou por influenciar o processo de legitimação do novo gênero, sem negar suas raízes sensíveis e sentimentais mais subjetivas desde sua infância. Este artigo tem como objetivo analisar a influência de Rousseau para a legitimação do romance, ampliando sua aceitação e redefinindo seu papel na cultura, marcando a transição de uma forma literária marginal para um gênero respeitado.

Palavras-chave: Jean-Jacques Rousseau; Romance; Legitimação literária; Classicismo; Sentimentalismo.

ENTRE O DELÍRIO E A LUCIDEZ: *OS DEVANEIOS DE UM CAMINHANTE SOLITÁRIO* COMO FORMA DE RESISTÊNCIA SUBJETIVA

Leonice da Conceição Pinheiro Silva
Doutoranda em Cultura e Sociedade – UFMA
leonice.pinheiro@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Isnara Maria Frazão dos Santos
Mestranda em Cultura e Sociedade – UFMA
isnara.frazao@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Flávio Luiz de Castro Freitas
Doutor em Filosofia – UFSCar
flavio.luiz@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Este trabalho propõe uma análise de *Os devaneios do caminhante solitário* (1782), escritos no final da vida de Jean-Jacques Rousseau, frequentemente lidos como autobiografia tardia, expressão de misantropia ou elaboração poética do sofrimento. No entanto, partimos da hipótese de que é possível interpretá-los como a invenção de uma forma de resistência subjetiva frente à exclusão, à difamação pública e à violência simbólica de uma sociedade que nega lugar ao indivíduo não conforme. Outrossim, longe de representar um mero retraimento melancólico ou exercício de autojustificação, os *Devaneios* operam como um espaço de elaboração de si, no qual Rousseau constrói um modo de existir fundado na sensibilidade, na errância e na contemplação. O caminhar solitário, a atenção ao presente e a escrita fragmentária são compreendidos aqui como práticas através das quais o autor reinscreve sua subjetividade fora das amarras da razão normativa e das formas convencionais de sociabilidade. Entre o delírio atribuído a ele por seus contemporâneos e a lucidez que sustenta sua recusa ao mundo social, Rousseau elabora um discurso que afirma a potência da interioridade como gesto de criação e resistência. Ao invés de recorrer a categorias sociológicas ou psicologizantes, esta leitura privilegia uma abordagem filosófica, ressaltando a dimensão existencial dos *Devaneios* como manifestação de um pensamento que se faz experiência vivida, sensível e poética. Com efeito, essa abordagem possibilita um deslocamento metodológico: da analise das ideias políticas e morais de Rousseau para uma forma de subjetivação em processo.

Palavras-chave: Rousseau; Devaneios; Subjetividade; Filosofia; Literatura.

LIMITES E POSSIBILIDADES DA SINCERIDADE A PARTIR DO PENSAMENTO DE ROUSSEAU

João Aparecido Gonçalves Pereira
Mestre em Filosofia – UFG
joao.pereira@ifpa.edu.br
Instituto Federal do Pará

RESUMO: A busca por ser absolutamente sincero foi uma pretensão adotada pelo filósofo Jean-Jacques Rousseau em seus escritos autobiográficos. Estes revelam que a sinceridade total e o conhecimento de si mesmo, ambos foram problemáticos para este autor ao longo da sua escrita autobiográfica. Esta proposta de comunicação visa analisar algumas ideias e relato de experiências de Rousseau concernentes à sinceridade. A partir daí, propor-se-á pensar os limites e possibilidades de ser sincero em meio às convenções sociais de acordo com a perspectiva rousseauneana. A questão é: em que medida e por quais maneiras as convenções sociais limitam a sinceridade? De igual modo, em que medida é possível alcançar a sinceridade? O exame da problemática levantada será dividido em três partes. A primeira consiste em investigar se as situações constrangedoras constituem uma maneira de as convenções sociais limitarem a sinceridade. Para tanto, será abordado o episódio do roubo da fita, narrado no final do Livro II das *Confissões*, no qual Rousseau, mesmo não querendo mentir, teria sido constrangido a isso. Neste contexto, será destacado o quanto as convenções sociais provocam um distanciamento das pessoas do seu ser original[1]. Também serão analisadas algumas passagens do *Discurso sobre a ciência e as artes,* nas quais Rousseau mostra que a polidez dos costumes provocada pela ciência e pelas artes induziu as pessoas a não agirem conforme elas mesmas, mas a viverem de aparências segundo um padrão de comportamento estabelecido. A segunda parte deste trabalho tem por objetivo investigar se as convenções sociais também podem limitar a sinceridade pela via da vaidade, do luxo e da busca por agradar. Dessa forma, serão analisados alguns trechos da obra *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens,* nos quais Rousseau aborda as transformações dos homens a partir do distanciamento do estado de natureza. Igualmente, serão analisados alguns exemplos que Rousseau aborda em sua obra *A Nova Heloísa,* para ilustrar que as mulheres de Paris eram tomadas pelo desejo de viver apenas para serem bem vistas pelos outros, tornando a aparência pessoal a primeira ocupação. Também serão examinados alguns excertos das obras *Discurso sobre as ciências e as artes* e *Prefácio de narciso,* para entender se a busca por ser agradável pode ser ou não um meio pelo qual as convenções sociais limitam a sinceridade. Diante de todas as questões apresentadas, a terceira parte do trabalho consiste em analisar de que maneira Rousseau transita da sinceridade absoluta para os graus de sinceridade nos *Devaneios*? Quando e como se deve a outrem a verdade? Existem casos em que se pode enganar inocentemente? Nas considerações finais, serão retomadas as ideias principais no sentido de responder à problemática levantada, reunindo a questão do reconhecimento e a da sinceridade.

Palavras-chave: Rousseau; sinceridade; estado de natureza; convenções sociais; uniformização dos costumes.

[1] Este ser original diz respeito a ser natural. Estar em conformidade com a natureza.

O SER EXPERIMENTADO EM ROUSSEAU: UM ESTUDO DAS *CONFISSÕES*

Lavínia Neves Moreno Silva
Mestranda Filosofia – UFMA
Especialização em Ciências Humanas e Sociais Aplicada
Licenciada em Filosofia – UFMA
lavinia.moreno@discente.ufma.br
Secretaria de Educação do Estado do Maranhão

Luciano da Silva Façanha
Pós-Doutor em Filosofia Estética do Séc. XVIII – PUC-SP
Doutor e Mestre em Filosofia – PUC-SP
Docente do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade – UFMA
luciano.facanha@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O presente trabalho discute a subjetividade sob o prisma do gênero filosófico-literário da autobiografia, conforme explanado na obra *As Confissões* de Jean-Jacques Rousseau. Nessa direção, se partirá de uma análise cuidadosa do texto autobiográfico, procurando identificar os traços da experiência que emergem na escrita de Rousseau, recorrendo a interseção entre as esferas filosófica e literária. Rousseau, ao narrar suas vivências e refletir sobre suas escolhas e pensamentos, tece uma trama rica que permite discutir como a experiência vivida é transcrita em palavras. Argumenta-se que a autobiografia serve não apenas como uma demonstração da clareira da alma do autor, mas também como um espaço para o diálogo entre a vivência e a teoria, estabelecendo uma profunda conexão entre o sujeito e seus textos. Esta abordagem busca esclarecer como o gênero autobiográfico contém uma perspectiva única sobre a constituição do eu que colabora significativamente para as discussões contemporâneas sobre subjetividade e identidade. Objetiva-se de maneira geral proporcionar um melhor entendimento na abordagem da escrita de Rousseau, que converge em um outro modo de escrita. Problematiza-se inicialmente uma investigação do lugar da centralidade da compreensão da subjetividade humana nos estudos filosóficos e literários. Dessa forma, Jean-Jacques Rousseau, em sua obra *As Confissões*, oferece um terreno fecundo para explorar essa temática através do gênero autobiográfico, que se situa na interseção entre filosofia e literatura. Assim, este artigo pretende especificamente investigar como a escrita autobiográfica de Rousseau revela os traços de sua experiência pessoal, articulando com precisão o conceito de subjetividade. A hipótese da pesquisa volta-se para identificar como Rousseau inaugura uma nova forma de se pensar o "eu", expandindo os limites da introspecção através de sua narrativa pessoal, sabendo-se que a busca pela compreensão da subjetividade humana sempre ocupou um lugar central nos estudos filosóficos e literários favorecendo a exploração da temática no autor supracitado.

Palavras-chave: Rousseau. Filosofia e Literatura. Autobiografia; Vivência e Teoria.

REFLEXÕES ACERCA DO CONTRIBUTO DA CULTURA PARA A MORALIDADE HUMANA A PARTIR DE ROUSSEAU

Isnara Maria Frazão dos Santos
Pós-graduanda em Cultura e Sociedade – PGCult
isnara.frazao@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Leonice da Conçeição Pinheiro Silva
Doutoranda em Cultura e Sociedade – PGCult
leonice.pinheiro@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Zilmara de Jesus Viana de Carvalho
Doutora em Filosofia – USP
zilmara.jvc@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Flavio Luiz de Castro Freitas
Doutor em Filosofia – UFSCar
flavio.luiz@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O objetivo do presente trabalho consiste em refletir acerca da relação entre cultura e moralidade a partir de Rousseau. Para o aprimoramento deste trabalho o método utilizado é a análise da obra *O discurso sobre as ciências e as artes* (1750), este discurso foi escrito em resposta a um concurso promovido pela Academia de Dijon. A questão proposta era a seguinte: O restabelecimento das ciências e das artes contribuiu para purificar os costumes? Para Rousseau o progresso intelectual e técnico não aprimorou a moralidade humana, mas sim a corrompeu. Embora a ciência tenha sido tradicionalmente vista como sinônimo de progresso e verdade, em seu discurso Rousseau argumenta que o avanço do conhecimento não necessariamente leva à moralidade e ao bem-estar social, visto que, as ciências e as artes trouxeram uma aparência de evolução moral e civilidade, mas não houve nenhum ganho moral, na verdade só acentuou as paixões que são encobertas com o refinamento científico e artístico. Assim, o refinamento das ciências e das artes produziu uma sociedade de aparências, onde a busca por reconhecimento social substitui os genuínos valores morais. Portanto, a cultura ao invés de tornar os homens mais virtuosos, os tornou mais artificiais e propensos a paixões. Considerando tais ideias do autor, buscaremos inicialmente, apresentar o contexto da obra, destacando sua oposição à visão iluminista sobre o progresso. Em seguida, analisaremos a relação entre cultura, ciência, arte e moralidade, com base na perspectiva de Rousseau. Por fim, partindo da tese rousseauniana de que o progresso cultural e científico leva à corrupção dos costumes, buscamos analisar em que medida essa crítica permanece relevante para refletir acerca do contributo dos avanços tecnológicos para a moralidade na contemporaneidade. Assim, visamos contribuir para o debate filosófico sobre o contributo das ciências e das artes na formação moral da humanidade através da leitura crítica do pensamento de Rousseau frente aos desafios éticos e epistemológicos.

Palavras-chave: Rousseau; Cultura; Moralidade; Ciência; Arte.

ROUSSEAU E A CONCEPÇÃO DE ESTADO DE NATUREZA: UMA CRÍTICA AO PROGRESSO CIVILIZATÓRIO

Maria de Fátima do Nascimento Lopes
Graduanda em licenciatura em Filosofia – UEMA
mariadefatimanl@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Otávio Oliveira Silva
Mestre em Cultura e Sociedade – UFMA
otavio.ufma@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Francinete Pereira da Costa Silva
Graduanda em Filosofia – UEMA
fpereiradacostasilva@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Djavan Brito Costa 3
Graduando em Filosofia – UEMA
djavanbrito25@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Watson Marcheson Barbosa Ferreira
Graduando em Filosofia – UEMA
wmarcheson@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

RESUMO: Os escritos e as ideias rousseaunianas oferecem críticas e reflexões contundentes sobre diversos temas que atravessam o tempo e a vida em sociedade como a desigualdade, a legitimidade do poder político e o papel da liberdade humana, dentre outros. Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo explicitar a noção de estado de natureza em Rousseau conforme apresentada na obra *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. Para isso, parte-se da seguinte questão: de que maneira Rousseau concebe o estado de natureza e quais suas implicações para a compreensão da desigualdade social entre os homens? Partindo da caracterização do modo de vida simples do homem selvagem, livre e satisfeito em sua condição original, Rousseau busca problematizar o processo civilizatório pelo qual o povo foi convencido a renunciar à própria liberdade natural, sendo assim conduzido à opressão e à desigualdade em razão da criação da propriedade privada e do direito à terra. Para fins de consideração, entende-se que Rousseau, foi um dos maiores escritores e filósofos de seu tempo, defendia uma concepção filosófica de volta à natureza, como condição necessária para a felicidade do gênero humano, assim a reflexão rousseauniana sobre o estado de natureza não apenas fundamenta sua crítica à sociedade civil e as desigualdades instituídas, mas também oferecem uma base teórica para a compreensão da origem da injustiça social, apontando para uma necessidade de luta e de acesso à direitos básicos.

Palavras-chave: Rousseau; Estado de natureza; Liberdade; Progresso; Desigualdade.

ROUSSEAU E A CRÍTICA AO ESTADO DE SOCIEDADE: UMA ANÁLISE SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA DESIGUALDADE MORAL OU POLÍTICA ENTRE OS HOMENS

Júlio Cesar Costa Leite
Graduando em Licenciatura em Filosofia – UEMA
julioleite333@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Otávio Oliveira Silva
Mestre em Cultura e Sociedade – UFMA
otavio.ufma@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Elana Vitória Borges dos Santos
Graduanda em Filosofia – UEMA
elanavitoria112@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Tais Borges dos Santos
Graduando em Filosofia – UEMA
taisborges121@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Vitória Borges dos Santos
Graduando em Filosofia – UEMA
E-mail: vitoriaborges02019@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão- Uema

RESUMO: O *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens,* escrito por Jean Jacques Rousseau, constitui uma crítica incisiva ao ideal civilizatório moderno, ao mesmo tempo em que problematiza o estabelecimento da desigualdade social como base estrutural das sociedades humanas. Tal crítica permanece relevante e atual, sobretudo, diante de uma realidade em que uma minoria concentra grande parte da riqueza, enquanto a maioria enfrenta condições precárias de vida e trabalho. Diante disso, este estudo tem como objetivo explicitar a crítica rousseauniana ao estado de sociedade e suas implicações na convivência humana, conforme apresentada na obra *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. Para tanto, parte-se da seguinte questão: de que maneira Rousseau constitui uma crítica as implicações da desigualdade moral ou política, compreendida como um instrumento de perpetuação e naturalização das relações de dominação e exclusão social entre os homens? O estudo propõe uma reflexão crítica sobre as condições de transição do estado de natureza para o estado civil, problematizando a construção social do modo de vida civilizatório pelo qual o povo foi convencido a renunciar à própria liberdade natural. Tal renúncia, apresentada como necessária à vida em sociedade acaba por favorecer o estabelecimento das relações de desigualdade e opressão entre os homens. Para fins de consideração, compreende-se que, ao expor a origem e o problema da desigualdade entre os homens, Rousseau propõe uma reflexão crítica sobre a constituição do poder e da dominação nas sociedades políticas, mas também aponta para uma necessidade de resistência, luta por emancipação, pela defesa de direitos humanos, e pelos interesses sociais de povos e sujeitos historicamente oprimidos.

Palavras-chave: Rousseau; Estado de sociedade; Desigualdade; Opressão; Resistência;

ROUSSEAU E O SENTIMENTO: GÊNESE DO ROMANCE JÚLIA NA OBRA CONFESSIONAL

Luis Felipe Moreira Soares
Licenciatura em Filosofia – UFMA
lfm.soares@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Luciano da Silva Façanha
Doutor em Filosofia – USP
lucianofaçanha@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Objetiva-se, nesta pesquisa, analisar o percurso e as teias de motivações que levaram Jean-Jacques Rousseau de crítico severo das belas letras a se converter no universo de grande romancista. A presente pesquisa está no âmbito das fronteiras nem sempre precisas entre a Filosofia e a Literatura, pois Rousseau, filósofo da ilustração e crítico do período iluminado, principalmente com seus dois *Discursos* iniciais, sofreu uma grande influência da arte do romance ainda na infância. Nesse período o romance chega às mãos de Rousseau por meio de uma herança materna. Nem imaginava que esses romances se tornariam a chave de leitura para enxergar o mundo. Foi quando em 1750, lança a sua primeira obra célebre que o inseriu no mundo das Letras, *Discurso sobre as ciências e as artes*. Dessa forma, inaugurando um novo olhar e uma nova forma de descrever o mundo, diferentemente dos seus contemporâneos. Ao enxergar uma sociedade da aparência, totalmente degenerada, Rousseau começa a acusar as Belas Letras, as Belas Artes de serem as responsáveis pela degeneração humana, principalmente porque são elas que policiam os homens e destroem todo tipo de virtude. Seguindo os mesmos princípios, do início ao fim, Rousseau traça uma linha histórica (teórica) hipotética, para analisar em que momento o homem começou a se corromper e perder seus traços naturais, no *Discurso sobre as desigualdades*. Então, em dois *Discursos,* Jean-Jacques aponta vários sintomas que ilustram o nível de corrupção daquela sociedade, sendo uma delas a utilização de uma linguagem convencional, na qual está inserida a ficção clássica e a arte do romance. E, é por essa razão, que surge um romance entre seus escritos. Escritos feitos para povos corrompidos, em que a última instrução poderia ser a arte romanesca. Portanto, publica *Júlia ou A Nova Heloísa*, um *best-seller* encarado de forma paradoxal pois está no âmbito da razão e da sensibilidade, desde o ponto de vista do espelhamento à sociedade vigente bem como a possibilidade pedagógica aos povos corrompidos.

Palavras-chave: Rousseau. Sensibilidade. Literatura.Belas Letras e Belas Artes.

ROUSSEAU, ANTROPÓLOGO DE GABINETE?

Elber Alves Ferreira
Mestrando em Cultura e Sociedade – UFMA
elber.alves@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Luciano da Silva Façanha
Doutor em Filosofia – USP
luciano.facanha@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O trabalho do etnógrafo consiste em, através das pesquisas de campo, entender e interpretar as variações dos grupos sociais. Nesta relação intersubjetiva, tem-se abertura para um melhor entendimento com base nos dados que serão coletados. Embora o "pesquisador" tenha a sua própria história individual e cultural, na pesquisa etnológica é necessário que haja uma recusa de si (um des-centramento da egocêntrica *consciência*) para a compreensão do novo "objeto" experimentado. Em meados do século XVIII, ainda não existiam áreas do saber denominadas de "etnografia" ou "antropologia". Mas as considerações de Claude Lévi-Strauss, antropólogo do século XX, sobre "Jean-Jacques Rousseau, fundador das ciências do homem" se dão pelo fato de que em suas observações etnológicas, o genebrino priorizava observar as diferenças dos "homens" para, então, compreender o "homem" em sua natureza. Do ponto de vista do estudo desenvolvido por Rousseau no Século das Luzes, caberia afirmar que o seu trabalho seria um tipo de *antropologia de gabinete*? Em 1934, a antropóloga Ruth Benedict, em *Padrões de Cultura*, apresenta esse conceito para designar os estudos antropológicos acerca dos povos parcialmente desconhecidos, desenvolvidos sob os relatos de missionários e mercadores viajantes na era das "Grandes Navegações". Isto é, modo abstrato e especulativo, o estudo dos outros povos era realizado sem o contato empírico ou observações diretas. Distante de ser um erudito de gabinete, os relatos dos viajantes não se mostram mais importantes, para Rousseau, do que as observações feitas do povo europeu durante as suas peregrinações. Em crítica aos "teóricos de gabinete", designada aos *philosophes* franceses, o objetivo de Rousseau não foi tratar sobre os povos ameríndios, mas senão descrever sobre o próprio povo europeu, onde estava inserido. Especificamente, sobre os franceses da Paris que, como percebeu Rousseau, estavam perdidos em seus vícios e entregues às falsas aparências geradas da polidez dos costumes. Ao entender que a *reflexão* leva o homem a um elevado grau de depravação, o filósofo confessa que preferiu fechar os livros para, então, caminhar, sentir, ouvir e observar o agir dos homens em sua diversidade. Eis, então, o objeto da Antropologia.

Palavras-chave: Jean-Jacques Rousseau; Filosofia; Antropologia; Cultura; Sociedade.

ROUSSEAU: SOBRE A ORIGEM DAS PRIMEIRAS VOZES PELAS PAIXÕES

Hudson Vinicius Pereira Silva
Mestrando em Cultura e sociedade – UFMA
hudson.silva@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Ana Beatriz Carvalho de Sousa
Mestrando em Cultura e sociedade – UFMA
abc.sousa@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Igor Emanuel Nunes Farias Pinheiro Figueiredo
Mestrando em Cultura e sociedade – UFMA
igor.farias@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Luciano da Silva Façanha
Doutor em Filosofia – USP
luciano.facanha@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A presente pesquisa tem por intuito adentrar a temática sobra a origem da linguagem, a luz do pensamento do filosofo genebrino Jean-Jacques Rousseau, utilizando como referência teórica a obra *Ensaio sobre a origem das línguas*. As necessidades podem ditar os primeiros gestos, mas as primeiras vozes são arrancadas pelas paixões humanas. Dentro dos escritos sobre a linguagem, de Jean-Jacques Rousseau, a língua antecede tudo, pois ela é da natureza, já a linguagem tem origem nas paixões, pois as primeiras vozes foram arrancadas dos seres humanos, sendo assim, o homem inicialmente sente, somente após sentir, ele vai raciocinar. As primeiras vozes foram arrancadas pelas paixões, pelo amor, ódio, piedade, a cólera, é onde a linguagem tem início. Segundo o genebrino "para comover um jovem coração, para repelir um agressor injusto, a natureza dita acenos, gritos, gemidos", sendo assim, essas são as mais antigas palavras que o ser humano inventou, levando a intuir que as primeiras línguas foram cantantes, apaixonadas, antes mesmo de serem simples e metódica. A linguagem se desenvolve através das paixões, tem suas origens nas abstrações, devido a isso, a linguagem figurada foi a primeira a nascer, somente depois o sentido próprio foi encontrado, fazendo assim com que inicialmente só se falasse poeticamente, somente depois se tratou de raciocinar. O ser humano parte de uma linguagem cuja origem são as paixões, sofistica ela com o tempo, até resultar na linguagem como nos é apresentada atualmente, metódica e racionalizada. Há um movimento dentro da linguagem, manuseado pelos seres humanos, que a leva de uma extremidade a outra, de sensações, paixões e abstrações, a racionalidade e método. Neste cenário apresentado, notemos que ocorre um importante movimento dentro da linguagem, na medida em que ela se sofistica, se racionaliza, apresentado assim o foco desta pesquisa, que tem por finalidade abordar esse movimento interno que acontece dentro da linguagem, a luz dos escritos de Jean-Jacques Rousseau como suporte teórico para o desenvolvimento desta pesquisa.

Palavras-chave: Rousseau; Linguagem; Paixões; Desenvolvimento; Racionalização.

SOBRE A SOCIABILIDADE NATURAL E O DESAFIO DA ORDEM SOICAL EM ROUSSEAU

Gabriel Telles dos Santos Burgarelli
Doutorando – PPGFIL-UFG
gabtelles@live.com
Universidade Federal de Goiás

RESUMO: A presente leitura é uma reunião de observações sobre a questão da sociabilidade natural em Rousseau, e tem o objetivo de identificar alguns contextos nos quais o autor trata dessa ideia vinculando seu posicionamento com a teoria construída na obra *Do Contrato Social*. Essa abordagem se faz importante no contexto de uma pesquisa maior em andamento, que tem por objeto o estudo da noção de diferença no pensamento político de Jean-Jacques Rousseau. Considerando a antropologia do autor como um campo indissociável de sua análise política, percebemos como a construção de um estado de natureza humana idiossincraticamente marcado pela ausência de relações sociais duradouras é paralela ao desafio complexo a que se propõe o *Contrato Social*, que toma a ordem social como "direito sagrado" que não se origina da natureza, mas sim é fundado em convenções. Observamos, ao longo dos textos do genebrino, as marcas de seu distanciamento de uma concepção de sociedade natural, desde o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* aos *Princípios do direito de guerra e paz*, o *Discurso sobre a Economia Política* e, de forma mais sistemática, a versão inicial do contrato social, conhecida como *Manuscrito de Genebra*. Já em sua versão final, a obra política refere-se constantemente a dificuldades que compõem a empresa de incutir no ser humano disposições que ele não possui naturalmente para que a ordem social seja possível e viável. A partir da leitura de Robert Derathé, trato, então, de analisar, como potencial raiz (mesmo que não exclusiva) dessas dificuldades, a relutância de Rousseau na assunção da ideia de sociabilidade natural nos moldes dos esforços de outros pensadores de seu tempo, como Diderot, Pufendorf e Grotius. Parto da ideia de que, do reconhecimento dessas dificuldades e suas origens, não decorre o reconhecimento da inviabilidade do pacto social – o que, no caso de Rousseau, beiraria o absurdo –, mas, pelo contrário, a necessidade de bem mensurá-las e considerá-las para se compreender a voluptuosidade da empreita que é esse pacto.

Palavras-chave: Sociabilidade natural; Ordem social; Rousseau; Política; Antropologia.

UM DISCURSO FORMATIVO PARA UMA SOCIEDADE DEFORMADA: O SENTIDO DE ENSINAR EM *EMÍLIO OU DA EDUCAÇÃO* (1762), DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU

Fernanda Monteiro
Mestranda em História Social – UFRJ
fernanda.moonteirop@gmail.com
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Clarissa Mattos
Pós-doutoranda em História Social – UFRJ
clamfarias@gmail.com
Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO: O presente trabalho compõe parte da pesquisa que desenvolvo no Programa de Pós-graduação em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pretende-se analisar como Jean-Jacques Rousseau pensa a educação como o artifício mais adequado para formar o homem idealizado em *Emílio ou Da Educação* (1762), seu tratado filosófico. Nele, o pensador apresenta críticas ao sistema educativo existente, propondo um projeto pedagógico que visa à formação de um homem que preserva parte de sua natureza em meio à sociedade civil desnaturada. Publicado poucos meses após o *Do Contrato Social* (1762), *Emílio* compõe as produções filosóficas rousseaunianas que tentaram compreender a verdade da natureza humana e os seus processos históricos, como o *Discurso sobre as Ciências e as Artes* (1750) e o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755). Nesses escritos, de formas distintas, é mobilizada uma mesma tese: a ordem civil era viciosa, desigual e seus membros estavam distantes do estado de natureza que, em comparação ao atual, era melhor. Em *Emílio*, Rousseau defende um ideal de educação e formação que, a seu ver, mais se aproxima da preservação possível do estado de natureza em meio à sociedade civil corrompida, ao mesmo tempo em que propõe reflexões e metodologias que podem "remediar" a realidade social contraditória existente e nociva ao homem. Com características singulares em sua composição, sendo um tratado com elementos romanescos, ficcionais e autobiográficos, essa obra se insere num campo de produção intelectual agitado nos setecentos: escritos pedagógicos que mobilizaram as ideias de *formation* (formação), *façonné* (moldagem), *civilization* (civilização), *infância* (enfance) etc. Analisamos o *Emílio ou Da Educação* como discurso pedagógico no qual Rousseau estabelece diálogos e debates com determinada tradição intelectual, mobilizando conceitos comuns da literatura pedagógica e utilizando o estilo tratadista para apresentar não meras práticas educativas, mas intervenções no mundo a partir de suas verdades filosóficas, ideias que impactaram profundamente o pensamento e as práticas ocidentais até os dias atuais. Em nosso estudo sobre a inserção de Rousseau no debate intelectual pedagógico, fundamentamo-nos na orientação de Quentin Skinner, em *Significado e interpretação na História das Ideias*, acerca de como um historiador deve analisar as condições necessárias que podem levar um autor remeter-se a outro (2001, p. 383). Também será de suma importância a perspectiva teórica que Dominick LaCapra em *Rethinking Intellectual History and Reading Texts* (1983) desenvolveu sobre a relação da cultura com o texto, uma vez que a pesquisa também se propõe a analisar a circulação das ideias de Rousseau na sociedade setecentista e suas contribuições nos diálogos existentes na tradição intelectual europeia sobre a educação e formação humana; e também as circulações intelectuais que já vinham ocorrendo antes da publicação de *Emílio*.

Palavras-chave: Formação; Emílio ou Da Educação; Rousseau; História Intelectual; Educação.

VONTADE GERAL E QUESTÃO AMBIENTAL EM ROUSSEAU

Priscila de Oliveira Silva
Mestra em Cultura e Sociedade – UFMA
silva.priscilaoliveira@gmail.com
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Lussandra Barbosa de Carvalho
Mestra em Cultura e Sociedade – UFMA
lus.barbosa@hotmail.com
Freie Universität – Berlin

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo propor reflexões acerca da possibilidade de associar o conceito de *vontade geral* presente no *Contrato Social* de Jean-Jacques Rousseau com os desafios ecológicos atuais, pensando de que maneira esse conceito rousseauniano pode fundamentar práticas coletivas voltadas ao bem comum e à preservação ambiental. Em *O Contrato Social*, a vontade geral é definida pelo filósofo genebrino como a expressão do bem comum, diferente da soma de vontades individuais. A vontade geral é guiada pelo bem coletivo, não podendo ser reduzido a particularidades dos indivíduos. Dessa forma, essa noção tem como pressuposto a participação ativa dos cidadãos na formulação do corpo político em que cada sujeito deve abrir mão de interesses privados para o bem comum. Nesse sentido, trazer a questão ambiental à luz da vontade geral é pensar uma racionalidade pública que inclua a pauta ambiental cujo efeito é a tomada de decisões que garantam não apenas os interesses imediatos da geração presente, mas também de gerações futuras. Mais do que isso, é trazer também a noção de "valor intrínseco" de não-humanos, subvertendo a base antropocêntrica que buscar justificar a exploração desenfreada da natureza, e que orienta decisões políticas e econômicas que ignoram seus impactos destrutivos. Assim, pretende-se analisar a amplitude da vontade geral, bem como seus limites, de aplicabilidade nos dias atuais como uma alternativa à lógica individualista e consumistas predominante, abrindo novos caminhos para uma ética que englobe humanos e não-humanos.

Palavras-chave: Rousseau; Vontade geral; Questão ambiental; Bem comum; Ética.

EIXO 2 – Kant – Apenas apresentações sobre o filósofo Immanuel Kant

A FUNÇÃO DO CONFLITO NA POLÍTICA KANTIANA: ENTRE ANTAGONISMO E PROGRESSO INSTITUCIONAL

Álvaro Emannoel de Oliveira Costa e Freire
Graduando em Filosofia Licenciatura – UFMA
alvaro.emannoel@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Zilmara de Jesus Viana de Carvalho
Doutora em Filosofia – USP
zilmara.jvc@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O presente trabalho investiga o papel do conflito na filosofia política de Immanuel Kant, com ênfase na forma como o antagonismo entre os seres humanos, longe de ser meramente destrutivo, pode funcionar como motor para o progresso histórico e institucional. Partindo da noção de insociável sociabilidade, o estudo busca compreender como a tensão entre a inclinação humana ao convívio e, ao mesmo tempo, à resistência a ele, pode gerar condições para o aperfeiçoamento racional das estruturas da sociedade civil. Nesse contexto, o conflito adquire uma função normativa e histórica, articulando liberdade, coação e a constituição de uma ordem jurídico-política mais estável e justa. O objetivo é examinar de que modo, em Kant, o antagonismo se converte em princípio dinâmico de desenvolvimento das disposições naturais da espécie para o uso público da Razão, contribuindo para a formação de instituições jurídicas mais conformes à moralidade. A guerra, enquanto manifestação do pendor humano para o mal, será analisada não apenas como ruptura da ordem civil, mas também como fenômeno funcional, no âmbito da teleologia da razão na história, impulsionando a espécie em direção ao estabelecimento de uma sociedade civil plenamente jurídica. Trata-se, assim, de pensar a possibilidade de sua superação à luz de sua própria função histórico-natural. A metodologia é teórico-analítica, com base em obras como Ideia de uma História Universal com Um Propósito Cosmopolita (1784), À Paz Perpétua (1795). A pesquisa se articula à investigação sobre a relação entre natureza humana e instituições, enfatizando o papel do mal na constituição da ordem jurídica da sociedade civil. Conclui-se que, para Kant, o conflito, quando submetido à razão jurídica e institucional, torna-se uma via de progresso. Assim, o antagonismo não anula a política: é precisamente ele que a torna possível.

Palavras-chave: Kant; Conflito; Antagonismo; Progresso; Política.

A MENTIRA COMO ARTIFÍCIO PARA A MANUTENÇÃO DA PAZ: UMA ANÁLISE KANTIANA

Bianca Malena do Nascimento Cordeiro
Mestranda em Cultura e Sociedade – UFMA
biah.malena10@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Ivailson Bentes de Alencar Filho
Graduando em Filosofia – UFMA
Ivailson.alencar@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Trinne Cristine Pimentel Costa
Graduanda em Filosofia – UFMA
trinne.cp@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Sandy Ellen Sousa dos Reis
Mestranda em Cultura e Sociedade – UFMA
sandyellen0209@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Zilmara de Jesus Viana de Carvalho
Doutora em Filosofia – USP
zilmara.jvc@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: As discussões acerca da mentira estão presentes em diversos momentos da filosofia kantiana, perpassando por obras como *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785), na qual Kant expõe o conceito de imperativo categórico, fundamental para compreender a proibição moral da mentira. Em *À paz perpétua* (1795), o tema é abordado em relação à política, ao direito e à moralidade pública – o mesmo ocorre em *A Metafísica dos Costumes* (1797). Além disso, é possível mencionar o célebre debate entre Kant e Benjamin Constant, presente no escrito kantiano *Sobre um suposto Direito de Mentir por amor à Humanidade*, no qual o autor argumenta que a verdade é um dever formal, enquanto a mentira representa sempre um dano que prejudica o fundamento essencial do Direito. Isso porque, a mentira corrompe a confiabilidade das declarações em geral, tornando-as indignas e, consequentemente, enfraquece todos os direitos baseados em acordos e contratos – o que configura uma injustiça que prejudica outrem, bem como a humanidade em sua totalidade. Essa perspectiva demonstra que a mentira, enquanto artifício para a manutenção da paz, teria o efeito oposto: a destruição da confiança social, princípio basilar para a coexistência pacífica. Diante de tais apontamentos, a análise adotada nesta pesquisa revela que, para Kant, a paz duradoura defendida, por exemplo, em *À paz perpétua* e na *Metafísica*, não pode ser construída sobre artifícios enganosos como a mentira. Uma vez que rompida a confiança, principalmente no que tange as relações entre Estados, quaisquer hostilidades podem tornar-se uma guerra de extermínio, ao mesmo tempo que a possibilidade de paz é aniquilada. Portanto, a confiança mútua (entre nações e/ou indivíduos) sempre deve ser mantida.

Palavras-chave: Kant; Mentira; Paz; Dever; Direito.

A PROPENSÃO AO MAL E A DISPOSIÇÃO ORIGINÁRIA AO BEM EM KANT

Pedro Allan Portácio de Queiroz
Mestre em Filosofia – UFC
pedrofilosofiaufc@gmail.com

RESUMO: Immanuel Kant, em *A Religião nos Limites da Simples Razão* (1793), discute a tensão entre a propensão ao mal e a disposição originária ao bem na natureza humana. Seu objetivo é compreender como o mal pode coexistir com a liberdade, sem recorrer a explicações metafísicas ou teológicas tradicionais. Para Kant, o ser humano nasce com uma disposição originária ao bem, fundamentada na razão prática e na liberdade. No entanto, ele também carrega uma propensão ao mal, que surge da subordinação da lei moral aos interesses sensíveis. Essa inclinação não é uma necessidade metafísica, mas uma escolha livre do agente racional, tornando o mal uma corrupção possível, mas não inevitável. O problema central é entender como a liberdade moral pode levar tanto ao bem quanto ao mal. Kant propõe que, apesar da inclinação ao mal, a liberdade possibilita a regeneração moral. O homem pode reverter essa tendência ao reafirmar a supremacia da lei moral sobre seus desejos egoístas. Sua abordagem é hermenêutica e conceitual, baseada na análise de textos kantianos e de comentadores da filosofia prática kantiana. Em sua ética, Kant reconhece que há uma queda moral na humanidade, mas sem eliminar sua responsabilidade pelo esforço contínuo de superação do mal. A possibilidade de uma conversão ética e moral mostra que a liberdade não apenas permite a corrupção, mas também torna viável um aperfeiçoamento moral genuíno. Essas questões dialogam não somente com a antropologia kantiana, mas também terão implicações em sua filosofia da religião e da história.

Palavras-chave: Kant; propensão ao mal; disposição ao bem; liberdade; moralidade.

AUTONOMIA E EDUCAÇÃO NA OBRA A PEDAGOGIA DE KANT

Manoel de Jesus Fernandes
Mestre em Filosofia – UFMA
manoel.fernandes@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Zilmara de Jesus Viana de Carvalho
Doutora em Filosofia – USP
zilmara.jvc@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Pretende-se analisar de forma crítica a relação entre a ideia de autonomia e o conceito de educação na obra *A Pedagogia* de Kant, verificando os principais aspectos da filosofia moral kantiana. Em sua obra A Pedagogia, ele afirma que o homem não é nada além daquilo que a educação faz dele. A pergunta norteadora neste estudo é: como a educação, segundo Kant, contribui para o desenvolvimento da autonomia moral? Por isso, propõe-se examinar a ideia de autonomia em conexão com a educação, entendida por Kant como instrumento de formação de sujeitos livres e racionais. O objetivo é analisar o conceito de autonomia na perspectiva kantiana, compreendendo de que forma a educação é estruturada para promover o desenvolvimento moral do indivíduo, conforme os princípios desenvolvidos por Kant na filosofia crítica. Então, a partir da concepção de educação para a formação do ser humano como sujeito moral, desenvolveu-se assim, os fundamentos do papel formativo da razão, da disciplina e do esclarecimento. A bibliográfica foi a metodologia utilizada na pesquisa, com foco na análise conceitual da obra de Kant, bem como alguns comentadores, a fim de interpretar os conceitos-chave e estabelecer conexões entre educação e autonomia no contexto iluminista. Conclui-se que, para Kant, a educação é o meio pelo qual o ser humano é conduzido da animalidade à humanidade, possibilitando-lhe alcançar a autonomia moral por meio da educação. Com isso, a autonomia, em Kant, é a capacidade do indivíduo de legislar para si mesmo, isto é, de agir segundo princípios racionais que ele reconhece como válidos universalmente. A educação, por sua vez, é o caminho para alcançar essa capacidade, pois sem formação racional e moral, o indivíduo continua no seu estado natural.

Palavras-chave: Kant; Autonomia; Educação; Moralidade; Filosofia Crítica.

CIVILIDADE E EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO KANTIANO

Sandy Ellen Sousa dos Reis
Pós-graduanda – UFMA
sandyellen0209@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Bianca Malena do Nascimento Cordeiro
Pós-graduanda – UFMA
biah.malena10@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A presente pesquisa trata da relação entre civilidade, esclarecimento e educação na perspectiva de Immanuel Kant, tendo como ponto central a educação como projeto pedagógico que vislumbra o aperfeiçoamento da humanidade, que se dá através do esclarecimento das gerações futuras. Para tanto, se este demonstra ser o uso público da razão um passo imprescindível para instigar um mundo erudito a pensar por si, portanto, a reeducar- se, de forma muito mais incisiva aponta em sua obra Sobre a Pedagogia a importância e urgência da promoção de uma educação das crianças e jovens voltada para uma formação integral que vise a autonomia, portanto, que invista no desenvolvimento de talentos, mas também de seres cidadãos e éticos. Na obra Sobre a Pedagogia, Kant destaca a relevância da reflexão para o exercício de um pensar autônomo, mostrando quais as contribuições significativas da autonomia para a formação do caráter do indivíduo, e para o seu convívio social. A reflexão trazida pelo mesmo aborda o progresso do homem de sua animalidade à humanidade, a importância deste de se valer não do instinto, mas do exercício de sua razão para desenvolver a partir de si próprio todas as disposições naturais que possui. Pois, segundo Kant, o homem só poderá vir a ser verdadeiramente homem através da educação, e isso começa pela educação das crianças que devem desde cedo aprender a pensar, o que implicaria numa modificação na própria concepção de educação a ser ofertada. Kant defendia que os educadores devem se concentrar em cultivar virtudes como a honestidade, a justiça, o respeito pelos outros e a responsabilidade pessoal. Através do desenvolvimento dessas virtudes, os indivíduos se tornam mais capazes de tomar decisões éticas e agir de acordo com o dever moral. Dessa forma busca-se demonstrar também a importância da primeira etapa da educação proposta por Kant, ou seja, a educação do cuidado, também conhecida como educação física, que inclui a disciplina, educação que ajuda a desenvolver a capacidade humana de se autodeterminar sobre sua vontade, o que implicará no exercício saudável de sua liberdade, bem como na capacidade de agir segundo normas, aspectos vitais para um convívio social civilizado, imprescindível, por sua vez, para o estabelecimento de uma sociedade esclarecida, sociedade de sujeitos autônomos, portanto, capazes de examinar com base nos princípios a priori da razão as leis sob as quais vivem no Estado civil, além de se comportarem eticamente.

Palavras-chave: Educação, Filosofia, Civilidade, Kant

DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA AUFKLÄRUNG AO CIDADÃO DA REPÚBLICA: SOBRE OS PRESSUPOSTOS PARA A PAZ PERPÉTUA EM KANT

Allice Fromer Ferreira Amorim
Graduanda em Filosofia – UFMA
allice.fromer@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Zilmara de Jesus Viana de Carvalho
Doutora em Filosofia – USP
zilmara.jvc@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A presente pesquisa objetivou demonstrar que cidadãos esclarecidos podem incentivar governos a fazerem reformas promotoras da paz. Nos escritos de I. Kant, filósofo do séc. XVIII, sobre política, o tema do Esclarecimento (*Aufklärung*) de forma recorrente vem à lume, pois o esclarecimento significando pensar por si, é uma condição que depende de um princípio de autodeterminação que não se dá senão por um esforço do indivíduo nessa direção, de certo que pessoas já esclarecidas, portanto, livres das tutelas de outros, fazendo uso público de sua razão, ao expressar livremente o que pensam, podem denunciar que a condição de ser menor, tutelado, não é uma determinação inscrita na natureza humana, mas algo que se dá pelo assentimento de cada um, através de mecanismos que visam exatamente esse estado de dependência e embotamento do pensar, tanto quanto a manutenção disso, e que criam acomodações, indisposição, covardias e medos que fortalecem um apego a esse estado, impossibilitando, assim, que o assentimento possa ser rompido, revogado. O texto *Resposta à pergunta: que é "Esclarecimento"?*, aponta para a importância de se fazer uso do próprio entendimento no espaço público, onde se pode travar um diálogo com outros. Nesse opúsculo, ocorre um exercício daquilo que se convoca um século a fazer, isto é, *ousar saber*, haja vista que ele mesmo demonstra como a necessária coerção civil, estabelecida por meio das leis, para a obediência, pode e deve deixar, para o próprio bem da sociedade e da humanidade, coexistir com o direito natural de raciocinar, e os prejuízos quando um avança as fronteiras contra o outro. Em conformidade com isto no *Que significa orientar-se no pensamento?*, a liberdade de expressão, que equivale a comunicar ao outro aquilo que pensamos, é defendida, sendo criticada a coação civil que visa impedí-la, como também, repudia-se a razão que recusa submeter-se às leis que ela dá si própria, curvando-se ao jugo das leis de outrem. Kant (2009, p. 62) constata que esse tipo de educação que está comprometida com o esclarecimento de uma época é penosa, pois em parte ela é proibida, em parte é dificultada, ainda assim, assume na *Ideia de uma história universal* , que "este Iluminismo, e com ele também um certo interesse do coração que o homem esclarecido (*aufgeklärt*) não pode deixar de ter em relação ao bem, que ele concebe perfeitamente, precisa aos poucos ascender até os tronos e ter influência mesmo sobre os princípios de governo." (2003, p. 18).

Palavras - chave: Liberdade. Esclarecimento. Paz

DO ESTADO DE NATUREZA AO ESTADO JURÍDICO: A GUERRA COMO DESAFIO À PAZ PERPÉTUA

Álvaro Emannoel de Oliveira Costa e Freire
Graduando em Filosofia Licenciatura – UFMA
alvaro.emannoel@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Zilmara de Jesus Viana de Carvalho
Doutora em Filosofia – USP
zilmara.jvc@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O presente trabalho propõe uma análise da guerra, no contexto da filosofia política de Immanuel Kant, como desafio à constituição de uma ordem jurídica internacional orientada pela ideia de paz perpétua. Embora os indivíduos, no interior dos Estados, já tenham superado o estado de natureza por meio do contrato civil, as relações entre os Estados ainda permanecem regidas por uma lógica que permite o uso da força, evidenciando a permanência parcial daquele estado originário. Nesse sentido, o fenômeno da guerra será examinado como expressão do pendor do homem para o mal em sua dimensão coletiva, mesmo no interior do estado de civilização, ressaltando sua oposição à realização do direito e da moralidade no plano das relações internacionais. O objetivo é demonstrar como, em Kant, a guerra evidencia a resistência humana à plena submissão à razão prática, o que exige a ampliação do contrato jurídico à esfera das relações entre os povos. Essa ampliação pressupõe, por sua vez, um processo de aperfeiçoamento da espécie humana, conduzido pela própria razão e orientado pela finalidade da paz, articulando o direito das gentes e o direito cosmopolita como instâncias capazes de restringir o uso ilegítimo da força e fundar as condições racionais de uma paz duradoura. A metodologia adotada é teórico-analítica, centrada na leitura de textos como À Paz Perpétua (1795) e a Doutrina do Direito (1797). Conclui-se que a superação da guerra, para Kant, não se realiza pela negação do conflito, mas por sua institucionalização jurídica. A paz perpétua, longe de uma utopia, representa o ideal regulativo de uma razão prática que reconhece o mal, mas não renuncia à sua possível contenção pelo direito.

Palavras-chave: Kant; Estado de Natureza; Política; Paz Perpétua; Direito Cosmopolita.

EPISTEMOLOGIA E METAFÍSICA EM KANT

Bruno Bogéa Lima
Doutorando – UFMA
bruno.bogea@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Zilmara de Jesus Viana de Carvalho
Doutora em Filosofia – USP
zilmara.jvc@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A Crítica da Razão Pura fora o maior projeto crítico de Immanuel Kant, pois com ela foi possível projetar um novo horizonte para uma metafísica outrora descredibilizada, sobretudo pelas críticas de um empirismo cético à um idealismo subjetivo, que, por sua vez, se arvorava em provar os objetos da metafísica pela via especulativa. À vista disso, pretende-se apontar as contradições e devaneios que se perpetuaram até então em suas bases, conduzindo-a, por consequência ao seu suposto fim, e, em contrapartida, demonstrar, do ponto de vista teórico a sua possibilidade sobre um novo horizonte. Immanuel Kant, filósofo alemão do século XVIII, submeteu a metafísica da tradição (metafísica Leibniz-Wolffiana) ao tribunal da crítica, portanto, a um procedimento metodologicamente crítico em função de depurá-la, e, consequentemente garantir a sua possibilidade. Para tanto, o filósofo abandonou à maneira dogmática de se conceber a metafísica, uma vez que segundo ele era ineficaz e imprecisa, para pensá-la de outra forma, ou seja, para investigar a metafísica a partir de uma nova perspectiva, alterando a maneira de abordar os temas clássicos da metafísica. Nesse sentido, uma pergunta fora imprescindível para que se pudesse problematizar tal questão, a saber: Qual é o estatuto da metafisica na crítica da razão pura?

Palavras-chave: Metafísica; Razão; Kant; Transcendentalismo; Ideia.

KANT E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO COMO PRESSUPOSTO PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

Ediel dos Anjos Araújo
Mestre em Filosofia – UFMA
araujo_ediel@yahoo.com.br
Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Luís

Simey Fernanda Furtado Oliveira
Mestra em Filosofia – UFMA
simeyfurtado@hotmail.com
Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Luís

RESUMO: Este trabalho investiga a relação entre o pensamento de Immanuel Kant e a construção do discurso como fundamento para o desenvolvimento educacional, partindo do pressuposto de que a filosofia kantiana oferece bases epistemológicas essenciais para a formação crítica e autônoma do sujeito. O objetivo central é analisar como a teoria do discurso em Kant, especialmente sua concepção de razão pública e esclarecimento, pode servir de alicerce para uma educação emancipatória, capaz de promover o exercício da reflexão e da comunicação racional. O problema que orienta a pesquisa questiona de que maneira os princípios kantianos, como a autonomia da razão e o imperativo categórico, podem ser aplicados ao contexto educacional contemporâneo para superar dogmatismos e fomentar um diálogo intersubjetivo produtivo. A metodologia adotada é de caráter teórico-bibliográfico, baseada na análise de obras como *Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento?* e *Crítica da Razão Pura*, articuladas com estudos contemporâneos sobre filosofia da educação. Discute-se a noção de "maioridade intelectual" em Kant, vinculando-a à capacidade discursiva do indivíduo de se libertar de tutelas externas, bem como a importância do espaço público para o debate racional, elementos cruciais para uma pedagogia centrada na autonomia e na responsabilidade ética. As referências incluem, além dos textos kantianos, autores como Habermas, que desenvolve a teoria do agir comunicativo a partir de bases kantianas, e estudiosos da educação como Paulo Freire, cuja ênfase no diálogo dialético ecoa aspectos da filosofia moral kantiana. Conclui-se que a articulação entre o discurso racional e a prática educacional, inspirada em Kant, pode contribuir para a formação de cidadãos críticos, capazes de participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e esclarecida.

Palavras-chave: Kant; Discurso racional; Educação emancipatória; Autonomia; Esclarecimento.

MAS GOSTO SE DISCUTE? O BELO COMO FONTE RESULTANTE DA CONCORDÂNCIA HARMONIOSA ENTRE A FORMA SENSÍVEL E A IDEIA EM KANT

Igor Emanuel Nunes Farias Pinheiro Figueiredo
Mestrando em Cultura e Sociedade – UFMA
igor.farias@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Ana Beatriz Carvalho de Sousa
Mestranda em Cultura e Sociedade – UFMA
abc.sousa@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Hudson Vinicius Pereira Silva
Mestrando em Cultura e Sociedade – UFMA
hudson.silva@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Luana Kerly Alves Coelho
Mestranda em Cultura e Sociedade – UFMA
luana.kerly@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Luciano da Silva Façanha
Doutor em Filosofia – PUC-SP
lucianofacanha@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a concepção de belo como fonte resultante da concordância harmoniosa entre a forma sensível e a ideia, segundo Immanuel Kant. Em *Crítica da Faculdade do Juíz*o, Kant (1790) examina marcadamente o conceito de beleza e sua correlação com a subjetividade e objetividade, tecendo o conceito do belo não como uma questão meramente de gosto pessoal, mas como algo que transcende preferências individuais. O pensamento kantiano apresenta uma visão única do belo, que não se reduz a uma simples reação subjetiva, mas envolve uma profícua relação entre a forma e a ideia de que esta é transmitida, ou seja, uma finalidade imaginativa, livre e sem fim. Primando por uma consideração sistemática da argumentação kantiana, dividimos o trabalho em três momentos. Em primeiro momento, conceituamos o termo belo como superação da dualidade no que diz respeito à objetividade e à subjetividade. No segundo, estabelecemos as diferenças entre o belo e o sublime, sendo o belo entendido como harmonioso que julgamos algum conhecimento de forma subjetiva e universal. O sublime, por sua vez, é posto como o sentimento do destino do homem, já que a destinação está contida apenas nas ideias da razão. No terceiro, analisamos como se constitui a formação do julgamento estético do sujeito e, sobretudo, como os próprios juízos do gosto se baseiam em um sentimento de prazer desinteressado. Por fim, a finalidade da problemática kantiana na crítica do juízo estético, há o propósito da reflexão em um sujeito, o homem, sendo sua filosofia representativa e alicerçante para a modernidade e de forte fundamentação da construção do conhecimento filosófico e humano. Quanto à metodologia, o artigo é de cunho qualitativo de base bibliográfica.

Palavras-chave: Kant; Belo; Forma sensível; Ideia; Juízo estético.

O COSMOPOLITISMO KANTIANO E OS DIREITOS HUMANOS: OS DEVERES NÃO SE LIMITAM ÀS FRONTEIRAS DOS ESTADOS

Bianca Malena do Nascimento Cordeiro
Mestranda em Cultura e Sociedade – UFMA
biah.malena10@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Zilmara de Jesus Viana de Carvalho
Doutora em Filosofia – USP
zilmara.jvc@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Partindo da filosofia de Immanuel Kant, é possível analisar o direito cosmopolita tendo como base o princípio da hospitalidade. Todavia, o pensamento kantiano não assume um caráter utópico, poético ou filantrópico, pois trata-se, antes de tudo, de um princípio jurídico. Por esta razão, pode-se examinar sua aplicação às crises humanitárias contemporâneas, em especial à situação dos refugiados. Para tanto, o filósofo apresenta uma estrutura tripartida do direito público: o direito interno dos Estados, o direito internacional entre nações e o direito cosmopolita, que regula as relações entre indivíduos e Estados estrangeiros. Este último fundamenta-se na noção de que a coexistência em um planeta finito exige o reconhecimento de que todos têm um direito de posse originária comum à superfície do planeta Terra. Assim, a hospitalidade do direito cosmopolita assegura que estrangeiros não sejam tratados com hostilidade por ocasião de sua chegada em novos territórios. Nesse sentido, o presente artigo explora a relação entre o cosmopolitismo kantiano e os direitos humanos, enfatizando a ideia de que os deveres éticos e jurídicos transcendem as fronteiras estatais. A pesquisa examina a construção histórica dos direitos humanos como resposta a guerras e violências, evidenciando suas lacunas frente aos deslocamentos forçados causados por conflitos recorrentes. Argumenta-se, ainda, que, embora avanços tenham sido alcançados em relação a construção e implementação dos direitos humanos, sua efetividade depende da adoção de uma perspectiva cosmopolita – que reconheça a posição do homem enquanto cidadão do mundo e afirma o dever de proteção a indivíduos para além das fronteiras estatais. A análise desenvolvida neste estudo demonstra que o cosmopolitismo kantiano oferece um fundamento ético-jurídico para enfrentar desafios como o acolhimento de refugiados, sublinhando a necessidade de políticas que traduzam a hospitalidade universal em práticas concretas. Ora, o *corpus* filosófico kantiano configura, assim, um arcabouço imprescindível para investigar a questão antropológica da coexistência humana e da posição do homem em um espaço finito marcado por barreiras territoriais. Para tanto, este pensamento revela-se essencial para enfrentar crises marcadas por desigualdades geopolíticas, reafirmando que o homem existe como um fim em si mesmo e nunca como um meio arbitrário. Logo, a dignidade humana deve prevalecer sobre interesses estatais restritos, em consonância com os ideais kantianos de liberdade e autonomia.

Palavras-chave: Kant; Cosmopolitismo; Direitos Humanos; Hospitalidade Universal.

RELIGIÃO E AUTONOMIA EM KANT: A MORAL COMO FUNDAMENTAÇÃO DE UM FÉ RACIONAL

Mateus Costa e Costa
Bacharel em Teologia – FABAT
Licenciado em Filosofia – UFMA
Mestre em Cultura e Sociedade – PGCult-UFMA
math.2costa@gmail.com

Zilmara de Jesus Viana de Carvalho
Doutora em Filosofia – USP
zilmara.jvc@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A presente comunicação propõe-se a refletir sobre a concepção de religião no pensamento de Immanuel Kant, com foco na conexão entre autonomia moral e experiência religiosa. Partindo da obra *A religião nos limites da simples razão*, busca-se evidenciar como, para Kant, a essência da religião não está em prescrições dogmáticas ou instituições eclesiásticas, mas na submissão livre e racional à lei moral que o sujeito dá a si mesmo. Trata-se de compreender a religião não como um sistema de mandamentos exteriores, mas como um desdobramento da razão prática, expressão de uma fé esclarecida. Kant estabelece uma crítica rigorosa à religião de caráter tutelar, denunciando como "pseudo-serviço" toda forma de religiosidade que anule a liberdade interior e impeça o uso público da razão. A análise se desenvolve a partir dos conceitos de menoridade, esclarecimento e heteronomia, defendendo que a verdadeira religião, longe de ser um obstáculo à razão, pode ser sua aliada, desde que se conforme aos limites do pensar autônomo. Ao abordar esse modelo de fé que tem por base a razão e se orienta pela moral, esta pesquisa propõe uma reflexão sobre a pertinência do pensamento kantiano no enfrentamento das formas de religiosidade que, ao desconsiderarem a autonomia do sujeito, operam como obstáculos ao esclarecimento. Destaca-se, assim, a possibilidade de uma experiência religiosa que seja compatível com a razão e com princípios de uma moralidade compartilhável, sem recorrer a fundamentos dogmáticos, autoritários ou à negação do pensamento crítico.

Palavras-chave: Kant; autonomia; religião moral; esclarecimento; fé racional.

EIXO 3 - Rousseau x Kant – Diálogos entre os dois filósofos

A QUESTÃO DO MAL EM KANT E ROUSSEAU

Pedro Allan Portácio de Queiroz
Mestre em Filosofia – UFC
pedrofilosofiaufc@gmail.com

RESUMO: Immanuel Kant e Jean-Jacques Rousseau apresentam abordagens distintas sobre a questão do mal, embora compartilhem a ideia de que a liberdade desempenha um papel central na moralidade. Rousseau, especialmente em *O Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens* (1755), argumenta que o ser humano é naturalmente bom, mas a sociedade e suas instituições corrompem sua natureza. Para ele, o mal surge da comparação, da vaidade e da busca por superioridade, que emergem em um contexto social competitivo. Já Kant, em *A Religião nos Limites da Simples Razão* (1793), sustenta que o ser humano possui tanto uma disposição originária ao bem quanto uma propensão ao mal. O mal, para Kant, não é propriamente colocado pela sociedade, embora seja bastante visível nela, mas resulta de uma escolha livre do agente racional, que subordina a lei moral aos seus interesses sensíveis. O objetivo deste estudo é analisar como cada filósofo compreende a origem e a natureza do mal, investigando suas implicações para a moralidade e a liberdade. A metodologia empregada é hermenêutica e conceitual, com base na análise dos textos dos autores e de seus comentadores. Enquanto Rousseau vê o mal como um problema social e histórico, Kant o enxerga como uma condição inerente à liberdade humana. No entanto, ambos reconhecem a possibilidade de superação do mal: Rousseau aposta na reforma das instituições, e Kant na regeneração moral do indivíduo. Assim, suas perspectivas dialogam e contrastam na tentativa de compreender o papel da liberdade na origem do mal e na possibilidade de sua superação.

Palavras-chave: Mal; Liberdade; Moralidade; Sociedade; Regeneração.

FILOSOFIA E EDUCAÇÃO, DIÁLOGO ENTRE ROUSSEAU E KANT

Sandy Ellen Sousa dos Reis
Mestranda em Cultura e Sociedade – UFMA
sandyellen0209@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Elber Alves Ferreira
Mestrando em Cultura e Sociedade – UFMA
elber.alves@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Luciano da Silva Façanha
Doutor em Filosofia – PUC-SP
luciano.facanha@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Zilmara de Jesus Viana de Carvalho
Doutora em Filosofia – USP
zilmara.jvc@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O presente trabalho propõe uma análise comparativa entre as concepções de educação elaboradas por Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant, dois pensadores fundamentais do Iluminismo europeu. A partir da obra *Emílio ou da Educação*, de Rousseau, e do opúsculo *Sobre a Pedagogia*, de Kant, buscou-se estabelecer um diálogo entre os fundamentos filosófico-pedagógicos de ambos os autores, com especial atenção aos pontos de convergência e divergência no que se refere à formação moral, à natureza humana e ao papel da educação no desenvolvimento da autonomia. Em suas críticas, Rousseau considera que os homens, quando estão submetidos aos métodos do Iluminismo, baseiam sua própria existência apenas nos juízos de outros. Implicando, então, que os jovens permanecessem pequenos, fracos e malfeitos. Na ocasião, a voz da consciência e do coração dos homens, em virtude das aparências, são abafadas pelas vestes da polidez dos costumes. Em contrapartida, supõe-se que na educação negativa é preciso "segurar a criança e arrastá-la no sentido contrário à torrente de preconceitos". Assim, é necessário que o *sentimento*, de onde provêm todas as paixões naturais, segure a *imaginação*; e a *razão*, uma vez respaldada na sinceridade dos sentimentos, silencie a *opinião* dos homens. O genebrino deixa claro que, embora este seja o princípio deste método, os pormenores das regras não fazem parte de seu assunto. Pois, é a natureza que ordena as paixões, e não os homens. Desse modo, Rousseau defende uma pedagogia centrada no respeito ao ritmo natural da criança, entendendo que a sociedade é a principal responsável pela degeneração do homem. Sua proposta educativa visa preservar a liberdade natural, permitindo que o indivíduo desenvolva suas potencialidades sem interferências prematuras. Já Kant concebe a educação como processo de disciplinamento e cultivo da razão. Para ele, o ser humano não nasce pronto, mas precisa ser formado para alcançar a autonomia moral e a maioridade intelectual. Enquanto Rousseau privilegia uma educação negativa, que protege a criança da influência social até que ela esteja pronta para escolher, Kant advoga uma ação educativa ativa, racional e sistemática, que possibilite a passagem do homem do estado de natureza para o estado de cultura e moralidade. Apesar das diferenças metodológicas e antropológicas, ambos compartilham o ideal iluminista de que a educação é condição necessária para a realização plena da liberdade humana. O trabalho argumenta que, embora partam de premissas distintas sobre a origem do homem e o papel da sociedade, Rousseau e Kant convergem ao reconhecer a centralidade da educação na

constituição ética do sujeito e na construção de uma sociedade mais justa. Este diálogo entre suas filosofias permite refletir criticamente sobre o papel formativo da educação, suas finalidades e os desafios da pedagogia contemporânea.

Palavras-chave: Jean-Jacques Rousseau; Immanuel Kant; Iluminismo; Filosofia; Educação.

LIMITES DA RAZÃO, HORIZONTES DA ÉTICA: UM DIÁLOGO (DES)ENCONTRADO ENTRE ROUSSEAU E KANT

Lucas Antônio Nogueira Rodrigues
Mestrando em Direito – UFMG
lucasantonio10@live.com
Universidade Federal de Minas Gerais

Gabriel Afonso Campos
Mestre e Doutorando em Direito - UFMG
gabriel-afonso@ufmg.br
Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO: Jean-Jacques Rousseau, em contraste com uma significativa corrente iluminista, não eleva a razão a um lugar de supremacia em sua filosofia. Para ele, a compreensão da natureza humana exige equilibrar a racionalidade com dimensões igualmente fundamentais: os sentimentos, os instintos, as necessidades e a dualidade entre corrupção e perfectibilidade. Essa visão complexa do ser humano — simultaneamente vulnerável e capaz de evolução — leva Rousseau a propor um caminho epistemológico singular. Seu projeto de sociedade ideal não se sustenta no progresso técnico-científico ou nas artes, mas em uma transformação moral guiada por elementos não-racionais, como a piedade e o amor-de-si. A ética rousseauniana, assim, emerge de uma evolução interior orientada mais pela sensibilidade do que pela lógica formal. Essa desconfiança em relação à onipotência da razão e a ênfase na natureza humana imperfeita impactaram profundamente Immanuel Kant. No entanto, embora partilhem desses pontos em comum, seus sistemas filosóficos divergem radicalmente. Kant, ao reconhecer os limites da razão no campo ontológico (como na crítica à metafísica tradicional), resgata-a como pilar central da moralidade. Para ele, mesmo que a razão teórica seja incapaz de desvendar os "noumena", a razão prática sustenta-se como o único meio legítimo para fundar uma ética universal, como demonstra o imperativo categórico. Enquanto Rousseau vê no sentimento de piedade e na educação emocional (*Emílio*) a semente da virtude, Kant insiste que a ação moral só é autêntica quando derivada do dever racional, livre de inclinações sensíveis. A divergência epistemológica entre os dois pensadores reflete-se, portanto, em projetos éticos antagônicos: Rousseau aposta na sensibilização do indivíduo como via para uma sociedade justa, enquanto Kant busca essa sociedade na autonomia da razão. A partir de revisão bibliográfica, este trabalho busca analisar como essas distintas epistemologias — uma centrada na subjetividade afetiva e outra que caminha pela subjetividade até a objetividade racional — explicam suas distintas concepções de progresso.

Palavras-chave: Kant; Rousseau; Epistemologia; Progresso.

EIXO 4 - Diálogos de outros autores com Rousseau

"OS PERIGOS DO TEATRO", UMA LEITURA DAS DRAMATURGIAS ILUMINISTAS DE ROUSSEAU E MANUEL DE FIGUEIREDO

Helderson Mariani Pires
Mestre e Doutor em Filosofia – PUC-SP
Pós-doutorando em Literatura Portuguesa – USP
heldermariani@usp.br
Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação

RESUMO: No Iluminismo francês, o teatro era um dos principais temas discutidos entre os *philosophes*, que expressavam de forma acirrada suas ideias sobre o fenômeno da representação teatral e sua possível eficácia pedagógica, bem como acerca de suas implicações sociais e políticas. Jean-Jacques Rousseau, na sua visão sobre o teatro, encontrou a metáfora do dilaceramento humano, que se deu na passagem do homem do estado de natureza para aquele da vida em sociedade, o conflito entre o *ser* e o *parecer*. As ideias de Rousseau - com sua crítica feroz ao teatro francês e sua possível função pedagógica – teve em Portugal, como leitor, Manuel de Figueiredo, considerado pelos mais próximos, o "Molière de Portugal"; ele que foi autor de uma obra teatral de treze volumes. Mas, pelo que se tem notícia, somente sua peça "Os Perigos da Educação" foi montada quando seu autor ainda vivia; e, com o passar do tempo, se tornou desconhecido. Sua dramaturgia traz elementos de um Portugal setecentista que, aos poucos, começou a se abrir para o Iluminismo que fervilhava por boa parte da Europa. O dramaturgo português encontrou em Rousseau um interlocutor e uma inspiração para as suas propostas teatrais portuguesas. A partir da análise das comédias "Narciso ou o amante de si mesmo", de Rousseau, e "Os Perigos da Educação", de Manuel de Figueiredo, é possível encontrar várias questões discutidas na filosofia do século XVIII e que continuam pertinentes na estética teatral contemporânea, nas artes e na política. Para os dois dramaturgos, cada sociedade tem sua própria cultura e o que pode ser salutar para um determinado povo, pode ser extremamente maléfico para outro. A busca dos dois era "formar bem a juventude", formar um homem livre, capaz de se defender de todos os artifícios da vida em sociedade; e sim, os dois escritores buscaram esse objetivo com a escrita de uma dramaturgia, mesmo tendo claro que o teatro é um mal em si mesmo, é artificial e mentiroso; o remédio contra o mal era usar o seu próprio veneno.

Palavras-chave: Iluminismo; Teatro; Artificialidade; Rousseau; Manuel de Figueiredo.

A CONCEPÇÃO DE SER HUMANO NA FILOSOFIA MODERNA: HOBBES E ROUSSEAU

Brenda Rayanne Cardoso Neves
Mestranda em Filosofia – UFMA
nevesbrenda57@gmail
Universidade Federal do Maranhão

João Caetano Linhares
Doutorado em Filosofia – UFMS
joao.caetano@ufma,br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Esta pesquisa investiga a relação entre antropologia e política nas filosofias de Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau, à partir de suas concepções sobre o estado de natureza. Trata-se de uma pesquisa introdutória, que não pretende esgotar a complexidade dos sistemas filosóficos abordados. Pensar a relação entre natureza humana e a convivência em sociedade, regimentada, constitui uma das preocupações filosóficas mais importantes desses autores, que marcaram seus nomes no chamado contratualismo clássico. Os autores, em linhas gerais, contrapõem-se em duas máximas: a "submissão pela segurança" e a "liberdade natural corrompida". Apesar das divergências em seus respectivos sistemas, ambos reconhecem que não se pode pensar em leis, governo ou contrato social sem uma ideia clara de quem são os humanos que os criaram. Por isso, estudar a antropologia filosófica em Hobbes e Rousseau é um passo necessário para compreender as bases de suas propostas políticas, já que, em ambos, a política é inseparável da antropologia filosófica que cada autor constroi. A comunicação pretende, portanto, retomar os contrastes e as possíveis aproximações entre as antropologias de Hobbes e Rousseau, destacando que, enquanto Hobbes concebe o estado de natureza como uma arena de paixões belicosas e fonte de conflito permanente, Rousseau o entende como uma condição simples e pacífica, na qual a maioria das paixões violentas às quais Hobbes se refere são produtos artificiais da vida em sociedade. A investigação parte da hipótese de que as diferentes descrições do estado de natureza influenciam decisivamente as propostas de organização da sociedade civil, pois apesar de ambos partirem de diagnósticos antropológicos, suas soluções políticas são radicalmente distintas. Este trabalho, ainda em fase inicial, busca identificar pontos de tensão e divergência que possam servir de base para estudos mais aprofundados no contexto de uma pesquisa em Filosofia Política.

Palavras-chave: Antropologia filosófica; Estado de natureza; Contrato; Thomas Hobbes; Jean-Jacques Rousseau.

A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO EM SOCIEDADE EM ROUSSEAU E PIERRE LÉVY

Jean Carlos da Silva Monteiro
Doutorando em Cultura e Sociedade – UFMA
Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Cultura e Comunicação Multimídia
falecomjeanmonteiro@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Francyhélia Benedita Mendes Sousa
Doutoranda em Cultura e Sociedade – UFMA
Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar Jean-Jacques Rousseau
francyhelia_sousa@outlook.com
Universidade Federal do Maranhão

Sansão Hortegal Neto
Doutorando em Cultura e Sociedade – UFMA
Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar Jean-Jacques Rousseau
sansao.hortegal@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Luciano da Silva Façanha
Doutor em Filosofia – PUC-SP
Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar Jean-Jacques Rousseau
luciano.facanha@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Ao longo da história da filosofia, a educação sempre se revelou como um dos pilares fundamentais para a constituição do sujeito e para a organização da vida em sociedade. Jean-Jacques Rousseau, no século XVIII, em sua obra *Emílio, ou Da Educação*, concebe a educação como um processo natural e integral de formação do homem em consonância com a liberdade e os valores morais, colocando a infância como uma etapa decisiva para o florescimento da autonomia e da razão. Já Pierre Lévy, no final do século XX, em *As Tecnologias da Inteligência*, propõe uma reconfiguração da aprendizagem e da cognição no cenário das tecnologias digitais, destacando a emergência de novas formas de pensar, conhecer e interagir a partir da virtualização e da inteligência coletiva. Nesse contexto, os filósofos, embora separados por séculos e contextos socioculturais distintos, oferecem reflexões sobre a natureza da educação, suas finalidades e os modos de construção do conhecimento. Este trabalho visa apresentar, sob uma abordagem teórico-crítica, os fundamentos das propostas educacionais e sociais desses pensadores, não com o intuito de compará-los, mas de compreender como, cada qual a seu modo, concebe a formação do sujeito em uma sociedade em transformação. A partir da leitura dessas obras, percebe-se que tanto Rousseau quanto Lévy contribuem, de forma singular, para a problematização dos vínculos entre educação, conhecimento, subjetividade e organização social.

Palavras-chave: Educação; Sociedade; Rousseau; Pierre Lévy.

A FILOSOFIA COMPOSIÇÃO DE DIDEROT

Gustavo de Amorim Fernandez
Graduado em Filosofia – Unifesp
Mestrando em Filosofia – Unifesp
amorim.fernandez@unifesp.br
Universidade Federal de São Paulo

RESUMO: A presente comunicação propõe analisar a composição textual do pensamento diderotiano, partindo da premissa de que, em Denis Diderot, a filosofia está intrinsecamente ligada à escrita. A forma como o filósofo expressa suas ideias não é meramente acessória, mas constitui um aspecto essencial de seu pensamento. Diderot distingue-se de outros pensadores de seu tempo — e mesmo de períodos posteriores — por adotar múltiplas formas literárias: romances, diálogos, peças de teatro, ensaios e verbetes enciclopédicos. Essa diversidade formal corresponde a uma variedade temática igualmente notável, uma vez que o filósofo se dedicou a uma ampla gama de assuntos relevantes em sua época. Tal multiplicidade contribuiu, por um lado, para a singularidade de sua obra, mas, por outro, fez com que muitas vezes fosse marginalizado em relação a seus contemporâneos mais sistemáticos. Contudo, é justamente nessa variedade de formas e temas que reside a riqueza do pensamento de Diderot. Sua filosofia recusa a rigidez dos tratados tradicionais e se manifesta por meio de textos vívidos, nos quais a forma literária reforça o conteúdo filosófico. Essa escolha formal revela-se coerente com o materialismo diderotiano: a matéria, enquanto fundamento de sua epistemologia, orienta uma escrita voltada para a materialidade das relações humanas, evitando abstrações e privilegiando a complexidade das experiências cotidianas. Nesse contexto, as ideias filosóficas de Diderot não são apenas expostas, mas encenadas. Diderot defende que o leitor deve ser afetado para além da razão, sendo, ao mesmo tempo, intérprete e espectador do texto. A recepção filosófica, portanto, não se limita à compreensão racional, mas envolve um campo sensível e experiencial mais amplo. Assim, torna-se possível identificar, em sua obra, uma verdadeira filosofia da composição, na qual a forma textual é fundamental para a plena apreensão de seu pensamento. Apenas por meio de uma estrutura literária capaz de abarcar dimensões que extrapolam a racionalidade é que a filosofia de Diderot pode ser compreendida em sua totalidade.

Palavras-chave: Diderot; Romance; Sensibilidade; Teatro; Composição.

A FILOSOSFIA E A LITERATURA NA MODERNIDADE DA ILUSTRAÇÃO

Etienne Santos Costa
Graduanda de Filosofia – UFMA
etienne.santos@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Luciano da Silva Façanha
Doutor em Filosofia – PUC/SP
luciano.facanha@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Jean-Jacques Rousseau foi um pensador iluminista da Modernidade e, paradoxalmente, um dos maiores críticos da filosofia de sua época: a filosofia iluminista. Com a ascensão do Iluminismo na Modernidade, a Europa do século XVIII chegava ao auge da cultura iniciada na Renascença, cuja principal característica é a supervalorização do conhecimento racional como instrumento de entender a ordem natural observada no cosmo. No século XVIII, há uma multiplicidade de gêneros literários em que os filósofos recorreram como meio de divulgação de suas ideais, tais como, tratados de filosofia, política, religião, verbetes, dicionários, sátiras, poesias, peças de teatro, romances, contos, fábulas e autobiografia. O teatro é a principal arte praticada no século XVIII e, embora não havendo problema com a aproximação entre a filosofia e a literatura, há um conflito entre os autores da Ilustração com o aparecimento do romance. Nesse sentido, objetiva-se neste trabalho investigar o percurso histórico da relação paradoxal entre a filosofia e a literatura na Modernidade da Ilustração. A metodologia utilizada para desenvolver este trabalho pautou-se a partir da análise teórica interdisciplinar e interpretação hermenêutica bibliográfica.

Palavras-chave: Rousseau; Filosofia; Literatura; Ilustração; Romance.

A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NA VIDA POLÍTICA SEGUNDO MAQUIAVEL E ROUSSEAU

João Aparecido Gonçalves Pereira
Mestre em Filosofia – UFG
joao.pereira@ifpa.edu.br
Instituto Federal do Pará

RESUMO: A relação entre política e religião sempre foi analisada ao longo da história da filosofia política. Em meio aos pensadores que abordaram este assunto, merecem destaque Maquiavel e Rousseau. Ambos ressaltaram, em seus respectivos pensamentos políticos, que a religião é um elemento bastante influenciador na constituição e manutenção de uma ordem cívica. O secretário florentino exorta aqueles que se propõem a fundar e/ou conservar uma ordem política, que se atentem para alguns elementos que são muito úteis para modificar o comportamento social dos homens. Dentre tais elementos, um deles é a religião, a qual para o nosso autor tem um enorme poder de influência dentro de um corpo político, desde que usada adequadamente. Em sua obra Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio, Maquiavel mostra que entre os homens que mais merecem louvores estão os fundadores de religiões. Porém, apesar de elogiar o ato de fundar uma religião, Maquiavel não associa diretamente o valor dela à fama do seu fundador, ao conteúdo dos seus ensinamentos e nem ao fato de ela ser ou não revelada, e sim ao poder que ela possui para persuadir e/ou constranger as pessoas a viverem determinadas virtudes cívicas e/ou adotarem condutas adequadas à estabilidade da ordem política. Neste contexto, segundo a perspectiva maquiaveliana, os governantes e legisladores que souberem fazer uso adequado da religião tendem a obter êxito em seus objetivos. Por sua vez, o filósofo genebrino Jean-Jacques-Rousseau em sua obra, *Do Contrato Social*, também propõe que o uso instrumental da religião é de suma importância para a fundação e a preservação de um determinado corpo político, dando às leis e ao pacto social uma força maior do que eles teriam apenas por si mesmos. Posto isto, esta comunicação visa suscitar algumas reflexões sobre as semelhanças e diferenças desses dois pensadores republicanos no tocante às suas análises referentes a influência da religião na vida política. Após abordar os pontos convergentes nas ideias de ambos os autores concernentes ao papel cívico da religião, bem como suas divergências acerca dessa temática, as considerações finais buscarão mostrar que eles compreendiam a religião como um liame essencial para os valores necessários à vida política em qualquer república bem ordenada.

Palavras-chave: Maquiavel; Rousseau; Política; Religião; Poder de influência.

A NATUREZA E O DESENCANTAMENTO: REFLEXÕES SOBRE A MODERNIDADE EM ROUSSEAU E NOVALIS

Pedro Allan Portácio de Queiroz
Mestre em Filosofia – UFC
pedrofilosofiaufc@gmail.com
Universidade Federal do Ceará

RESUMO: Novalis e Rousseau compartilham uma crítica contundente à modernidade, ambos argumentando que o progresso civilizatório e o racionalismo afastam o homem de sua verdadeira essência e da harmonia com a natureza. Rousseau, em sua obra *O Discurso sobre a Origem da Desigualdade (1754)*, denuncia a civilização como um processo de corrupção, onde o avanço social e tecnológico gera desigualdade e alienação, desconectando o ser humano de sua pureza original. Para Rousseau, a natureza representa um estado de simplicidade e bondade que é perdido à medida que as convenções sociais e a busca por status corrompem a autenticidade do ser humano. Já Novalis, influenciado pelo romantismo e pelo idealismo filosófico, vê o mundo moderno como um processo de desencantamento, onde o racionalismo e o materialismo distorcem a percepção do homem sobre o mundo e sua relação com o sagrado. Em sua obra *Os Discípulos em Saïs (1801)*, a narrativa de Jacinto simboliza essa perda de conexão com a natureza e o retorno necessário a ela. Jacinto, inicialmente em harmonia com o mundo natural, se perde ao se embrenhar em pensamentos e conhecimentos abstratos, distantes da realidade sensível e da conexão afetiva com o mundo. O afastamento da natureza e a imersão no racionalismo causam-lhe sofrimento, pois ele se vê incapaz de compreender a verdadeira essência das coisas ao se distanciar de sua percepção sensorial. No entanto, ao reencontrar o diálogo com a natureza, Jacinto restaura sua paz interior e reconquista o amor genuíno por Botãozinho de Rosa. Essa história ilustra a visão de Novalis de que, para reencontrar a verdade, é necessário transcender a racionalidade e a busca intelectual, reconectando-se com o mundo sensível e místico através da poesia e da imaginação. Enquanto Rousseau propõe um retorno à simplicidade da natureza como solução para a alienação, Novalis sugere que a verdadeira reconciliação com o ser está na elevação espiritual através da arte e da experiência estética. Ambos, portanto, criticam a modernidade, mas suas respostas são diferentes: Rousseau busca uma volta à pureza natural, enquanto Novalis aposta na transfiguração da realidade por meio da imaginação e da poesia.

Palavras-chave: Rousseau; natureza; desencantamento; modernidade; Novalis.

A ORDEM DO DISCURSO DE FOUCAULT E O *ENSAIO SOBRE A ORIGEM DAS LÍNGUAS* DE ROUSSEAU: UM DIÁLOGO ENTRE AS DUAS OBRAS

Steves Dickinson Almeida Lima
Graduado em Filosofia – UFMA
sda.lima@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Luciano da Silva Façanha
Doutor em Filosofia – PUC-SP
lucianosfacanha@hotmail.com
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo estabelecer um diálogo entre Rousseau e Foucault partindo da obra "*A Ordem do Discurso"* de Michel Foucault, na qual temos um exame sobre os mecanismos que regulam a produção dos discursos na sociedade, em que o autor aponta procedimentos de exclusão, como a interdição de certos temas e a distinção entre razão e loucura, além de mecanismos internos de controle, como a função do autor e a disciplina acadêmica, argumentando que o discurso não é apenas um meio de comunicação, mas também um instrumento de poder usado para reforçar ou contestar estruturas sociais. Observa-se um questionamento sobre a ideia de que os discursos são livres e espontâneos, mostrando que na verdade são condicionados por forças externas e internas. Por outro lado, no *Ensaio sobre a Origem das Línguas*, Rousseau investiga a evolução da linguagem e sua relação com as emoções humanas, de modo que a origem das línguas perpassa pelas paixões bem como da necessidade de comunicação, sendo inicialmente musical e expressiva. Ele também explora a relação entre linguagem e música, sugerindo que a linguagem primitiva era mais próxima do canto do que da fala racional. Ambas as obras destacam que, de alguma forma, a linguagem e o discurso são moldados por fatores sociais e políticos. Em Foucault temos uma análise de como o discurso é regulado por instituições e normas, enquanto em Rousseau investiga-se como a linguagem evoluiu conforme as necessidades da sociedade. Em conjunto, essas reflexões oferecem uma compreensão profunda sobre a relação entre comunicação, poder e cultura. Os dois autores convergem na ideia de que a linguagem e o discurso não são neutros, mas sim moldados por estruturas sociais e políticas. Foucault demonstra como o discurso é condicionado por instituições que determinam o que pode ser dito e por quem, enquanto Rousseau argumenta que a linguagem evoluiu conforme as necessidades da sociedade, tornando-se um instrumento de organização e controle.

Palavras-chave: Discurso; Linguagem; Foucault; Rousseau; Sociedade.

A RESPONSABILIDADE DAS NOVELAS NA FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL: UM DIÁLOGO ENTRE ROUSSEAU E UMBERTO ECO

Milena Carolina Cantanhede Silva
Graduanda em Filosofia - UFMA
milena.carolina@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Luciano da Silva Façanha
Doutor em Filosofia – PUC-SP
luciano.facanha@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Este trabalho propõe uma análise crítica sobre o papel das novelas na formação do conhecimento e construção de imaginário social brasileiro. Considerando o alcance dessas produções audiovisuais, que conquistam e influenciam milhões de telespectadores diariamente, em suas percepções de comportamento, identidade, moralidade e pertencimento, investiga-se de que modo suas narrativas atuam como veículos de hegemonia cultural. A metodologia adotada estende-se por pesquisas bibliográficas com análise conceitual das obras *Discurso sobre a ciência e as artes* de Jean-Jacques Rousseau (1749) e *Apocalípticos e Integrados* de Umberto Eco (1964). Partindo das críticas de J.-J. Rousseau às aparências sociais e à corrupção moral pelas artes, aliadas à leitura de Umberto Eco sobre os meios de comunicação de massa como produtores de textos fechados e transmissão de ideais, o objetivo central é refletir sobre a responsabilidade ética das novelas para com aqueles que as consomem como fonte de informação e modelo de vida. Conclui-se, porém, que apesar do recente aprimoramento das novelas ao trabalharem questões sociais latentes, ainda há uma ausência de comprometimento com uma representação crítica e responsável da realidade brasileira.

Palavras-chave: Novelas; Responsabilidade ética; Narrativa; Representatividade; Cultura.

APROXIMAÇÕES ENTRE OS DEVANEIOS DE ROUSSEAU E BACHELARD

José Antonio Pinheiro Junior
Mestre em Cultura e Sociedade – UFMA
pinjunior@yahoo.com
Universidade Federal do Maranhão

Luciano da Silva Façanha
Doutor em Filosofia – PUC-SP
luciano.facanha@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo central fazer uma análise comparativa entre o uso do termo **Devaneio** realizado por Rousseau em sua última obra em vida, *Devaneios do caminhante solitário*, como também na obra *Poética do Devaneio* de Bachelard. Buscou-se através do método comparativo verificar como o termo Devaneio foi usado por ambos filósofos, de forma separada, tanto no tempo histórico, quanto nos objetivos distintos de suas respectivas Filosofias. Chegamos a conclusão que apesar de algumas diferenças fundamentais no uso do termo Devaneio em suas obras, existem sim momentos em que podemos comparar um uso sinônimo do ato de devanear tanto em Rousseau como em Bachelard. Em linhas gerais, para os dois, o ato de devanear que remete ao Devaneio só será possível em primeiro lugar se o sujeito existencial romper os laços sociais com a sociedade. Devanear é sobretudo tanto em Rousseau como em Bachelard um ato da alma solitária. Pois, será em contato solitário do eu do sujeito existencial com o mundo, cosmo ou universo que ele poderá criar seus próprios devaneios. Uma vez solitário e ao entrar em contato direito com a natureza: água, plantas, lago, céu, árvores, etc., é que poderá o sujeito existencial devaneador libertar sua alma. No caso de Rousseau essa libertação será abrir mão de todo laço social, da luxúria, da materialidade e dos prazeres mundanos. Já para Bachelard essa liberdade da alma para a produção de devaneios que podem ser expressos em imagens poéticas ou artísticas só será possível a partir da ruptura com a sociedade positivista que vive no regime diurno das imagens. Devanear para Bachelard será sobretudo um ato da alma que ao romper com a vida cotidiana será capaz – em contato com os elementos arquetípicos: água, terra, ar e fogo, etc., – de libertação total. Para os dois filósofos atingir o estágio do devanear gera um ato de libertação e êxtase total da alma, agora livre de todas as correntes da vida social. Devanear significa liberta-se, criar e recriar o mundo que através do devaneio é um mundo só e somente do sujeito existencial. Por fim o mais importante em nossa reflexão foi demonstrar que mesmo que os dois filósofos tenham filosofias distantes no tempo histórico e com objetivos diferentes, ainda assim através do uso do termo Devaneio podemos fazer uma rica ligação entre Rousseau e Bachelard.

Palavras-chave: Rousseau. Bachelard. Devaneios

ENTRE FRONTEIRAS E AUTONOMIA: A GEOPOLÍTICA DA LIBERDADE NOS TERRITÓRIOS

Suela Simone Corrêa Monteiro
Graduanda em Geografia – UFMA
suela.simone@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Jean Carlos Assunção Aranha
Graduando em Geografia – UFMA
jean.assuncao@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Sávio José Dias Rodrigues
Doutor em Geografia – UFC
savio.jose@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Este trabalho busca entender o movimento de fronteira agropecuária na realidade brasileira enquanto parte do que estamos chamando de uma "geopolítica da liberdade", em que a busca de grupos camponeses por terras livres, assim como o movimento de expansão do capital por novas áreas se configura como um contexto de disputa e assimilação pelo Estado-nação, em que autonomia dos povos se coloca como antagônico ao movimento do Estado de tornar "nacional" novas áreas. Assim, o problema central deste artigo é compreender como, a partir da ótica Do Contrato Social, de Jean-Jacques Rousseau, se entende a liberdade na expansão da fronteira. O objetivo do trabalho é interpretar o conceito de contrato social e analisar de que modo suas implicações sobre a liberdade se manifestam (ou são negadas) nos contextos de reestruturação do território promovidos pela lógica capitalista de expansão territorial. A leitura Do Contrato Social oferece um ponto de partida para pensar a liberdade como pacto social seguido pela vontade geral. No entanto, nas práticas espaciais atuais, marcadas por desigualdade e concentração fundiária, esse pacto é frequentemente corrompido, gerando exclusão do direito ao território e intensificação de conflitos. Milton Santos é central na análise ao oferecer os conceitos de globalização perversa, espaço banalizado, além de tratar conceitos importantes sobre o território "território usado e praticado", sendo este o espaço que é moldado pelas práticas cotidianas das pessoas, que atribuem significados e funções ao espaço, indo além de sua definição física. Outro ponto a ser discutido é a ideia de "Espaço não nacional", como parte da lógica do Estado de organizar o espaço a partir das atividades produtivas e de sua política desenvolvimentista, em que se trata de uma forma de organização do território que transcende os limites do Estado-nação e impõe uma lógica espacial subordinada às redes do capital global, ou seja, o capital avançando sobre o território. Nesse contexto, a expansão territorial opera por meio da aglutinação de espaços para fins econômicos, desconsiderando as territorialidades já presentes. Assim, operando o que David Harvey trata de acumulação por despossessão, evidenciando como o capital se apropria de territórios através de mecanismos políticos, econômicos e jurídicos, muitas vezes legitimados pelo Estado. Isso intensifica disputas em áreas ocupadas por comunidades tradicionais. José de Souza Martins contribui ao abordar os processos de marginalização e invisibilização dos sujeitos do campo, mostrando como a modernização agrária destrói modos de vida enraizados e produz novas formas de exclusão social e simbólica. Exemplificado a comunidade quilombola de Santa Maria dos Moreiras (Codó-MA), que mesmo reconhecida desde 2008, sofreu em 2024 com invasão e desmatamento por "correntão", evidenciando a violação de direitos pelo avanço do capital. Conclui-se que, nos territórios em disputa,

a liberdade deve ser entendida não apenas como um direito abstrato, mas como prática concreta ligada à experiência territorial e à autonomia das pessoas. Assim, a geopolítica da liberdade exige considerar os conflitos, as resistências e as possibilidades de reorganização do espaço a partir de lógicas não hegemônicas e a favor do capital que busca não considerar a lógica camponesa.

Palavras-chave: Território; Liberdade; Rousseau; Capital Disputa.

ENTRE ROUSSEAU E LÉVY: REFLEXÕES SOBRE LINGUAGEM, MODERNIDADE E TIC

Jean Carlos da Silva Monteiro
Doutorando em Cultura e Sociedade – UFMA
Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Cultura e Comunicação Multimídia
falecomjeanmonteiro@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Francyhélia Benedita Mendes Sousa
Doutoranda em Cultura e Sociedade – UFMA
Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar Jean-Jacques Rousseau
francyhelia_sousa@outlook.com
Universidade Federal do Maranhão

Sansão Hortegal Neto
Doutorando em Cultura e Sociedade – UFMA
Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar Jean-Jacques Rousseau
sansao.hortegal@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Luciano da Silva Façanha
Doutor em Filosofia – PUC-SP
Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar Jean-Jacques Rousseau
luciano.facanha@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A linguagem é uma das mais complexas e marcantes expressões da experiência humana, e seu desenvolvimento acompanha a transformação das sociedades ao longo do tempo. Partindo de reflexões filosóficas e teóricas, é possível perceber que esse processo não ocorreu de forma neutra, mas carregado de significados que revelam tanto ganhos quanto perdas. Algumas correntes críticas, como a de Jean-Jacques Rousseau, apontam para um distanciamento das origens instintivas e sensíveis do ser humano com o advento da linguagem estruturada. Em contrapartida, outros pensadores contemporâneos, como Pierre Lévy, observam na evolução da linguagem - especialmente na era digital - um salto na capacidade de interação e disseminação do conhecimento. Nesse contexto, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) passam a reconfigurar as formas de expressão e de troca simbólica entre os indivíduos, trazendo à tona questionamentos sobre os efeitos dessa transformação na qualidade e profundidade dos discursos atuais. Este artigo tem como objetivo analisar, à luz de diferentes perspectivas teóricas, os impactos do desenvolvimento da linguagem nas formas de comunicação humana, com ênfase nas mudanças provocadas pelas tecnologias digitais. Para isso, por meio de revisão bibliográfica, reúne-se discussões acerca da linguagem nos seus mais diferentes aspectos: de filosóficos, socioculturais e até os tecnológicos. A partir dessa investigação, busca-se refletir sobre os sentidos atribuídos à linguagem ao longo da história e os desafios atuais impostos pela comunicação mediada pelas TIC.

Palavras-chave: Linguagem; Comunicação; Rousseau; Pierre Lévy.

MUSEUS, CONHECIMENTO E EMANCIPAÇÃO: UMA LEITURA ROUSSEAUNIANA DO MUSEU HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO MARANHÃO

Lucas Mateus da Silva Nogueira
Doutorando em Cultura e Sociedade –UFMA
lucas.mateus@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Ramisson Corrêa Ramos
Mestre em Cultura e Sociedade – UFMA
ramisson.cr@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Conceição de Maria Belfort Carvalho
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa – UESP
conbelfort@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Klebenilson Froz Silva
Graduando em Filosofia – UFMA
klebenilson.froz@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O presente estudo propõe uma análise crítica sobre a função dos museus como espaços de preservação da memória e do patrimônio cultural, com ênfase na democratização do conhecimento e na aplicação de discursos decoloniais. Pierre Nora (1993) aponta que os museus são lugares de memória institucionalizada, mas nem sempre contemplam as experiências dos grupos marginalizados. Nesse contexto, o trabalho analisa o Museu Histórico e Artístico do Maranhão (MHAM) à luz do pensamento de Jean-Jacques Rousseau, especialmente a partir das obras *Discurso sobre as Ciências e as Artes* (1750) e *Emílio, ou Da Educação* (1762). No primeiro texto, Rousseau critica o efeito corruptor da cultura elitista, que promove desigualdades e valoriza aparências e status em detrimento da virtude e da simplicidade. Essa crítica se aplica ao universo museológico, uma vez que os museus foram historicamente concebidos para as elites, restringindo o acesso da população em geral aos bens culturais (BOURDIEU; DARBEL, 2003). Uma abordagem mais plural e humanística pode romper com a hegemonia dos "vencedores" e promover a cultura como direito humano. Fundado em 1973, o MHAM está sediado em um casarão colonial do século XIX e abriga um acervo que valoriza a história da aristocracia maranhense, o que levanta questionamentos sobre a exclusão de outras narrativas. Em *Emílio*, Rousseau defende uma educação baseada na experiência direta e no contato sensível com o objeto de estudo, o que convida à reflexão: o MHAM proporciona um acesso democrático ao conhecimento ou reforça uma visão elitizada da história maranhense? Segundo Hooper-Greenhill (2000), a função educativa dos museus deve ir além da mera transmissão de informações, promovendo interação e participação. A mediação cultural surge, assim, como ferramenta essencial para tornar o museu um espaço de emancipação e não apenas de consumo passivo. No entanto, o MHAM ainda apresenta predomínio de narrativas centradas na elite colonial, com pouca representação das histórias indígenas, quilombolas e populares. Para evitar que o museu perpetue exclusões, é necessário repensar suas práticas curatoriais, adotando metodologias participativas como a curadoria compartilhada (GONÇALVES, 2007). A inserção de narrativas afro-indígenas, de trabalhadores urbanos e rurais e de movimentos sociais amplia a legitimidade do museu como espaço de memória coletiva. É urgente também rever o conceito de patrimônio, incluindo expressões culturais fora da tradição eurocêntrica (CHAGAS, 2003). Assim, a análise do MHAM sob a

perspectiva rousseauniana revela as tensões entre o modelo museal tradicional e a necessidade de democratização do conhecimento, apontando para a urgência de transformações institucionais que permitam ao museu atuar como agente de mudança social.

Palavras-chave: Museus; Conhecimento; Emancipação; Rousseau; Maranhão.

O ESTADO CONTRATUALISTA EM ROUSSEAU E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MODERNAS

Alice Goncalves Florencio
Graduanda em Geografia – UFMA
alice.goncalves@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Kassimira Santos da Silva
Graduanda em Geografia – UFMA
kassimira.santos@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Suela Simone Corrêa Monteiro
Graduanda em Geografia – UFMA
suela.simone@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Zulimar Márita Ribeiro Rodrigues
Doutora em Geografia – USP
zulimar.marita@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A teoria contratualista de Jean-Jacques Rousseau propôs que o Estado nasce de um acordo entre os indivíduos, com o objetivo de garantir a liberdade, a igualdade e o bem comum almejado pela sociedade. Vale ressaltar que o problema central deste trabalho é como o Estado atua em territórios marcados por conflitos e resistência, e em que medida suas políticas públicas refletem os ideais do contrato social proposto por Rousseau? Este artigo adota o método teórico-conceitual da dialética fundamentado em levantamentos bibliográficos de autores clássicos e contemporâneos. Parte-se da teoria contratualista de Jean-Jacques Rousseau para analisar criticamente a atuação do Estado em territórios marcados por conflitos, desigualdades, lutas e resistências. O diálogo é estabelecido também com teóricos da geografia como Bertha Becker (2005) e Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), que contribuem para a compreensão do território enquanto espaço de poder, identidade e disputa. Utiliza-se ainda exemplos concretos, como os conflitos na Amazônia, apresentados nas obras dos autores da geografia estudados, para evidenciar as contradições entre a teoria do contrato social e a prática política do Estado em contextos territoriais específicos. Pela abordagem geográfica, na relação entre o Estado, as políticas públicas e o controle do território; essa última categoria não pode ser interpretada apenas como um espaço físico, mas vivido, de identidade e resistência. Objetiva-se então entender como essa concepção de Estado Contratualista é fundamentada e como se concretiza na prática territorial, sobretudo na implementação de políticas públicas nos contextos territoriais marcados por conflitos, desigualdades e disputas de poder, frequentemente impulsionadas pelo próprio Governo. Rousseau nos faz pensar em um Estado que cuida das pessoas, garantindo o direito de todos, assegurando liberdade e o bem comum. No entanto, Bertha Becker demonstra que essa concepção não se concretiza na prática. A autora utiliza a Amazônia como exemplo de um território onde o Estado muitas vezes age sem ouvir a população local, gerando conflitos e exclusão territoriais, onde aqueles que possuem mais poder, tendem a se beneficiar. Carlos Walter reforça que o território é mais do que espaço físico, mas também de cultura e resistência. Dessa maneira, é necessário refletir sobre o contrato social de Rosseau, questionando se o Estado está, de fato, cumprindo seu papel de promover justiça, inclusão, e respeito às diversidades territorais, através, por exemplo, das políticas públicas.

Palavras-chave: Estado; Contrato Social; Políticas Públicas; Território;

O USO DAS TÓPICAS COMO PROPOSTA METODOLÓGICA NO CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA DA UFMA: EDUCAÇÃO, FILOSOFIA, LINGUAGEM, INTERDISCIPLINARIDADE, CULTURA E SOCIEDADE

Norlan Aragão Lima
Mestre em Artes – UFMA
norlanlima@hotmail.com
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Este trabalho propõe uma reflexão filosófica e pedagógica sobre o uso da Teoria das Tópicas Musicais como proposta metodológica no Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com ênfase nos aspectos culturais, afetivos e sociais que envolvem a formação do educador musical. A partir de uma análise dialógica entre os pensamentos de Jean-Jacques Rousseau e Aristóteles, o estudo defende a música como linguagem simbólica, afetiva e retórica, capaz de articular emoção, razão e identidade cultural no contexto educacional. O objetivo geral é investigar como a Teoria das Tópicas Musicais pode ser aplicada ao ensino de música, promovendo práticas pedagógicas situadas, críticas e sensíveis à diversidade. Os objetivos específicos envolvem: compreender a concepção rousseauniana sobre música e educação; analisar os fundamentos das tópicas musicais; refletir sobre o papel da escuta e da afetividade no ensino-aprendizagem; propor caminhos metodológicos interdisciplinares e contribuir para a construção de um currículo musical conectado às vivências dos alunos da UFMA. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise interpretativa. São abordadas as contribuições de Rousseau, especialmente a obra *Emílio, ou Da Educação*, com ênfase nas fases do desenvolvimento humano e no papel da música como linguagem afetiva. Em diálogo, destaca-se a teoria aristotélica da *Retórica*, que compreende o discurso eficaz a partir do equilíbrio entre pathos, logos e ethos. A música, nesse contexto, é analisada como uma forma de discurso que expressa afetos, estrutura ideias e carrega um ethos cultural. A conclusão aponta que a integração entre os pensamentos de Rousseau e Aristóteles proporciona uma visão ampliada da música como prática formativa e transformadora. Ao unir sensibilidade, racionalidade e pertencimento cultural, a proposta metodológica baseada nas tópicas musicais revela-se uma estratégia potente para uma educação musical significativa. A valorização da escuta, das experiências afetivas e dos repertórios locais possibilita a construção de uma pedagogia musical mais humana, crítica e enraizada na realidade maranhense.

Palavras-chave: Educação Musical; Tópicas Musicais; Rousseau; Aristóteles; Formação Docente.

ROMANCE FILOSÓFICO: A BÚSSOLA PARA A FILOSOFIA DA HISTÓRIA NO SÉCULO XVIII

Matheus Silva Costa
Graduando em filosofia - UFMA
matheus.sc1@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Luciano da Silva Façanha
Doutor em Filosofia – USP
luciano.facanha@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A ideia de um sentido para a história permeia o período iluminista do século XVIII, difundida por filósofos como Voltaire e seu otimismo, e Rousseau e a ideia de história de um ponto de vista da degeneração do homem, exacerbando seu pessimismo. Além disso, é importante destacar o papel do Romantismo, na qual teve como afirmação o caráter a-histórico do século XVIII. Nessa perspectiva, o mundo histórico utilizado pelos românticos contra os iluministas foi descoberto graças à eficácia dos pressupostos intelectuais do iluminismo. Foi este quem colocou a autêntica questão filosófica da História. Sobre o gênero do romance, destaca-se o brilhantismo de Rousseau, o genebrino alcançou prestígio em 1761 com um romance epistolar *Júlia ou a Nova Heloísa*, cujo principal tema é a virtude, diferente de tudo que fora produzido antes, Jean-Jacques mostra ao povo de sua época um novo modo de entendimento em relação a sociedade e os modos de vida na qual estavam alterando-se com a modernidade, mas que também eram mascarados pela hipocrisia da sociedade burguesa do século XVIII. Ademais, é o romance de Rousseau que coloca em pauta temas importantes para a história, como os direitos humanos. O romance filosófico é sem dúvidas uma bússola para a história no século XVIII, é a influência que faltava para os movimentos revolucionários que só aconteceram mediante a influência de grandes autores do movimento do romantismo, na qual afloraram no povo o desejo por mudanças e vitórias. Desse modo, é no iluminismo que ocorre o uso da razão em todos os campos do conhecimento, não limitar a capacidade e o desejo de crescimento do progresso da humanidade à felicidade, mas fazer com que o homem seja sujeito da sua própria história.

Palavras-chave: História; Romance; Voltaire; Rousseau; Iluminismo.

ROUSSEAU E DEBORD: A CRÍTICA AO ESVAZIAMENTO DA VIDA PÚBLICA E A ESPETACULARIZAÇÃO DO INDIVÍDUO

Ana Beatriz Carvalho de Sousa
Mestranda em Cultura e Sociedade – UFMA
abc.sousa@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Igor Emanuel Nunes Farias Pinheiro Figueiredo
Mestrando em Cultura e Sociedade – UFMA
igor.farias@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Elayne de Araújo Pereira
Mestra em Cultura e Sociedade – UFMA
elayneapereira@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Hudson Vinicius Pereira Silva
Mestrando em Cultura e Sociedade – UFMA
hudson.silva@discente.ufma
Universidade Federal do Maranhão

Luciano da Silva Façanha
Doutor em Filosofia – PUC-SP
lucianofacanha@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar as críticas de Jean-Jacques Rousseau e Guy Debord à sociedade, especialmente no que tange à vida pública como espetáculo. A partir da comparação entre suas abordagens, busca-se entender como ambos percebem a alienação e a transformação das relações sociais em uma representação mediada, com foco nas aparências e no consumo. O principal objetivo é investigar a convergência entre as críticas de Rousseau à sociedade moderna e a teoria do espetáculo de Debord. O estudo se propõe a comparar como ambos veem a distorção da realidade social e o impacto das representações artificiais nas ações individuais, além de analisar o papel da mídia e das artes na manutenção dessas distorções. A metodologia adotada consiste em uma análise comparativa das principais obras de Rousseau e Debord, com foco nos conceitos de representação e espetáculo. Embora a filosofia de Rousseau ainda seja pertinente, especialmente ao criticar as distorções sociais, a evolução da mídia e da tecnologia limita sua aplicação direta. A representação e a espetacularização, antes vistas como problemáticas, se tornaram meios comuns na construção da realidade. Contudo, esses elementos também podem ser usados de maneira crítica, como evidenciado por manifestações artísticas. As reflexões de Rousseau e Debord continuam essenciais para a análise da sociedade moderna, especialmente no que se refere à alienação e manipulação das aparências.

Palavras-chave: Rousseau, espetáculo, Debord, sociedade, aparência.

SÓ HÁ HUMANIDADE EM CERTAS LATITUDES? A FORMAÇÃO DO ARGUMENTO ETNOCÊNTRICO DE BUFFON E A CONTRAPOSIÇÃO ROUSSEAUNIANA

Breno Bertoldo Dalla Zen
Mestre em Filosofia – UCS
bbdzen@ucs.br
Universidade de Caxias do Sul

RESUMO: Que potenciais a natureza humana poderia reservar? De acordo com a *História natural* de Buffon, difunde-se uma noção propriamente etnocêntrica, bastante revisitada no pensamento dezoitista: a ideia de que o ser humano só teria oportunidade de alcançar sua plenitude civilizatória em certas regiões do planeta, estas, as únicas que poderiam lhe garantir as condições ideais no que se refere ao clima e à alimentação, e para aquilo que se presumira como o pleno desenvolvimento dos costumes humanos, o caminho da civilização. Nesta visão de mundo, somente na região ocidental da Europa o ser humano estaria apto a desenvolver-se plenamente, tanto a nível intelectual quanto estético; segundo o autor, o clima temperado dessas regiões poderia garantir que tais indivíduos estivessem mais próximos do verdadeiro e do belo. Nativos de outros territórios são, nesta perspectiva, menos aptos à produção intelectual e também desprovidos de beleza; além disso, não são vistos como verdadeiros portadores da dignidade humana, pois estariam mais próximos das bestas. Tais noções, muito influentes no que se refere ao pensamento antropológico da modernidade, são derivadas da leitura dos relatos de viagens, os quais são amplamente referenciados na obra de Buffon. Rousseau, por sua vez, apesar de prestar tributo aos escritos do naturalista, também abre espaço para a discordância, especialmente em relação ao argumento etnocêntrico escalado por Buffon. Primeiramente, por considerar que os relatos de viagens seriam parciais e duvidosos, não podendo servir como referência para a descrição de costumes, uma vez que os missionários, viajantes e mercadores que haviam os escrito não gozariam das competências mínimas para realizar tais descrições, considerando ainda que tal tarefa não era o objetivo central de suas incursões entre os povos nativos de outras regiões. Em segundo lugar, por julgar que Buffon também estaria equivocado ao sugerir que teríamos critérios seguros para julgar quem são os seres humanos e que a partir disso poderíamos traçar definições científicas a respeito de um padrão ao qual suas variações teriam derivado. O objetivo de nossa exposição está em analisar os comentários de Buffon sobre as supostas variações humanas em regiões distintas do globo terrestre, e expôr os contrapontos rousseaunianos.

Palavras-chave: Rousseau; Buffon; Etnocentrismo; Civilização; Humanidade.

EIXO 5 – Diálogos de outros autores com Kant

A APROPRIAÇÃO DO ESQUEMATISMO KANTIANO NA INDÚSTRIA CULTURAL

Erisvanda Campos da Costa
Licenciatura plena em Filosofia – UESPI
Mestre em Filosofia – UECE
erisvandacamposcst@gmail.com
Universidade Estadual do Ceará

RESUMO: O artigo investiga como o esquematismo kantiano, mecanismo mediador entre o entendimento e a sensibilidade na *Crítica da Razão Pura,* é apropriada e corrompida no contexto da Indústria Cultural. Conceito citado por Adorno e Horkheimer na *Dialética do esclarecimento*. Evidenciando uma discussão acerca do *Juízo Estético* Kantiano e suas implicações nesse contexto. Em Kant, os esquemas são formas mediadoras que possibilitam a experiência e a objetividade, que estruturam o modo como o sujeito apreende o mundo. Porém, no contexto da Indústria Cultural, essa mediação racional é transformada em padronização. A discussão faz uma análise crítica a respeito da cultura e da sociedade, esta, concentrada por uma racionalidade instrumental e técnica. Constituída pela objetividade e construída por um sistema que tem como prioridade fundamental manter uma estrutura padronizada. Interferindo diretamente no entendimento cognitivo do sujeito e na subjetividade. O esquematismo é estruturado e instrumentalizado não para emancipação ou para constituir a experiência sensível, mas para moldar a modelos pré-estabelecidos, impossibilitando o pensamento crítico e autocrítico do sujeito. A pesquisa pretende analisar como essa apropriação resulta na repetição de fórmulas, na redução da obra de arte a mercadoria e na incapacidade da sensibilidade estética, promovendo uma forma de regressão do esclarecimento. Portanto, a leitura crítica da dialética entre Kant e Adorno, propõe-se compreender os riscos e possibilidades de resistência estética no contexto da cultura de massa.

Palavras-chave: Esquematismo; Indústria Cultural; Padronização; Entendimento; Esquemas.

A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DE KANT E ARENDT: DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS

Lincoln Sales Serejo
Doutor em Filosofia – Unisinos
lincolnserejo13@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Neemias Pinto Cantanheides
Graduando em Licenciatura em Filosofia – UEMA
neemiascantanheides_academico@hormail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Thomáz Matheus Aragão Fonseca
Graduando em Licenciatura em Filosofia – UEMA
thomazmaaf@outlook.com
Universidade Estadual do Maranhão

RESUMO: A concepção de educação de Immanuel Kant e Hannah Arendt, embora com abordagens e ênfases diferentes, compartilha a preocupação com a formação de seres humanos racionais, responsáveis e capazes de viver em sociedade de forma autônoma. Kant vê a educação como um processo de desenvolvimento da razão e da autonomia, enquanto Arendt enfatiza a educação como um processo de inserção do indivíduo no mundo e na experiência. Kant se preocupa com a falta de autonomia e a necessidade de desenvolver a razão prática, Arendt analisa a crise da educação como resultado da perda de sentido. A pesquisa visa investigar as concepções de educação em Immanuel Kant e Hannah Arendt a partir da análise das obras *Sobre a Pedagogia* (1803) e *Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?* (1783) de Kant e dos artigos: *A crise da educação* (1957) e *Responsabilidade coletiva* (1968) de Hannah Arendt. O estudo bibliográfico será desenvolvido através do método comparativo dos conceitos, liberdade, responsabilidade, autoridade, tradição e ação política. Kant enfatiza a autonomia individual e a razão como fundamentos da educação, Arendt destaca a importância da ação, da responsabilidade e da participação na vida pública. Ambos, contudo, reconhecem a importância da educação para o desenvolvimento do ser humano e para a construção de uma sociedade mais justa e livre.

Palavras-chave: Liberdade; Responsabilidade; Autoridade; Tradição e Ação política.

A FRAGMENTAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA: OS PARADOXOS DA RAZÃO KANTIANA NAS REDES DIGITAIS

Edilson Vilaço de Lima
Doutorando – UFMA
ev.lima@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Mariana Correa Soares Muniz
Doutoranda – UFMA
mariana.soares@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Este trabalho investiga a atualidade do conceito kantiano de esclarecimento e uso público da razão no contexto contemporâneo da digitalização da esfera pública. Partindo do ensaio *"Resposta à pergunta: O que é esclarecimento?"* (1784), explora-se a concepção kantiana de emancipação pela autonomia racional e sua distinção fundamental entre uso público e privado da razão. A análise avança por meio da confrontação desse arcabouço teórico com os desafios impostos pelas plataformas digitais, que simultaneamente expandem possibilidades comunicativas e instauram novas formas de heteronomia. A crítica arendtiana à esfera pública como espaço de pluralidade e aparência, bem como a teoria habermasiana da ação comunicativa e sua ênfase na deliberação racional, são mobilizadas como instrumental teórico para diagnosticar as transformações contemporâneas do espaço público. O conceito de *"antiesfera pública"* emerge como categoria analítica para compreender fenômenos como a desinformação sistêmica, a fragmentação deliberativa e a polarização cognitiva. Na contemporaneidade, a contribuição de Byung-Chul Han *em "Infocracia"* (2022) revela-se fundamental para a compreensão dos mecanismos pelos quais o regime informacional algorítmico subverte pressupostos fundamentais da racionalidade pública kantiana. O filósofo sul-coreano demonstra como as técnicas de manipulação baseadas em *big data* e inteligência artificial transformam o debate democrático em guerra informacional, comprometendo a autonomia reflexiva dos sujeitos e instrumentalizando afetos em detrimento da deliberação racional. A pesquisa conclui pela necessidade de reconfiguração normativa da esfera pública digital, articulando os ideais iluministas de esclarecimento com novos mecanismos institucionais de mediação e regulação informacional. Propõe-se, assim, um diálogo fecundo entre tradição filosófica e teoria crítica contemporânea, visando salvaguardar as condições de possibilidade para o exercício autônomo da razão pública em contextos sociotécnicos algoritmicamente mediados.

Palavras-chave: Esclarecimento. Razão pública. Redes sociais. Desinformação. Infocracia.

A PAZ DURADOURA EM KANT E A VISADA ÉTICA EM PAUL RICOEUR

Maria Luciene Barbosa Carvalho
Mestranda em Filosofia – UFMA
luciene.socialwork@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Francisco Valdério Pereira da Silva Junior
Doutor em Filosofia – PUC-SP
fderio@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: [**Introdução**] O presente trabalho tem como objetivo abordar a paz duradoura em Kant como uma teleologia que pode se conectar com as teses de Ricoeur em sua pequena ética, baseada na solicitude e no respeito. A ética ricoeuriana também se apresenta como uma teleologia que prioriza reconhecimento mútuo, juízo em situação, como fundamento basilar de construção de estados de paz. Para tanto, será feita uma reflexão sobre a visão kantiana desenvolvida em a *Paz perpétua,* através do direito e da razão, seguida da apresentação da ética ricoeuriana, baseada na estima de si e do outro. Desse modo, essa abordagem dialogada em Immanuel Kant e Paul Ricoeur, reflete a implementação da justiça, do respeito aos seres humanos e do reconhecimento mútuo como elementos fundamentais na construção de estados de paz. [**Objetivos**] Após essa introdução, serão abordados os objetivos deste trabalho. 1) apresentar a paz duradoura em Kant; 2) identificar na solitude um elemento indispensável à justiça e a paz; 3) relacionar a vida boa em Ricoeur e a paz duradoura em Kant. Por fim, pretendemos colaborar com o debate cerca da cultura de paz e a necessidade de exercício da alteridade nas relações pessoais, institucionais e na resolução de conflitos.[**Metodologia**] Nesse primeiro momento, buscaremos conceituar a paz diante do conflito em Kant, além da solicitude em Ricoeur e sua importância na construção de paz. Para Ricoeur, a ética deve passar pelo crivo da lei e da norma. Dessa forma, será feita uma reflexão acerca da moral kantiana em a *Paz perpétua* e seus enlaces e desenlaces com a filosofia de Ricoeur em sua "pequena ética", que deve ser alcançada por meio da justiça, da alteridade e do reconhecimento mútuo. [**Conclusão**] A paz duradoura em Kant, tem como fundamentação histórica as transformações ocorridas na Europa no período pós-Revolução Francesa e trouxeram mudanças substanciais para a filosofia. Kant buscou uma interação entre o uso da razão como estrutura inata e a experiência empírica. Para ele, a felicidade e o bem-estar não são objetivos finalísticos de sua moral, mas se constituem como meios para o exercício do dever e cumprimento dos imperativos. Como contribuição para essa reflexão acerca da paz, abordaremos o conceito de solicitude em Paul Ricoeur os estados de paz como elementos necessários para sua visada ética. Esta se pauta no ideal de vida boa para si e para o outro em instituições justas, no reconhecimento recíproco de si e do outro de autonomia da vontade e na forma como esses elementos podem estar presentes na construção de estados de paz.

Palavras-chave: Paz perpétua; Moral; Solicitude; Ética.

DO DESINTERESSE AO TRÁGICO: O BELO E A ARTE EM KANT E NIETZSCHE

Erica Costa Sousa
Mestre em Filosofia – UFC
Doutoranda em Filosofia – UFBA
sousaericacosta@gmail.com
Universidade Federal da Bahia

RESUMO: A filosofia da arte encontra em Immanuel Kant e Friedrich Nietzsche dois marcos teóricos fundamentais, cujas concepções estéticas refletem projetos filosóficos profundamente distintos. Enquanto Kant, na *Crítica da Faculdade do Juízo*, entende a experiência estética como um juízo de gosto desinteressado, universal e fundado na harmonia entre imaginação e entendimento, Nietzsche, especialmente em *O Nascimento da Tragédia*, vê a arte como expressão vital, trágica e afirmativa da existência. Para Kant, o belo é aquilo que agrada universalmente sem conceito, ou seja, uma experiência que não depende de interesses práticos, morais ou sensoriais. A arte, nesse contexto, é autônoma e valoriza a forma, produzindo prazer estético puro. O gênio artístico é aquele que, mesmo sem seguir regras fixas, cria obras que exemplificam a beleza e podem servir de modelo. O juízo estético kantiano valoriza a contemplação e a distância entre o sujeito e o objeto artístico. Nietzsche rompe com essa tradição racionalista ao inserir a arte no domínio da vida e do corpo. Em sua visão, a arte nasce do conflito entre as forças apolíneas, ligadas à ordem e à forma, e as forças dionisíacas, ligadas ao caos, ao êxtase e à embriaguez. O belo, para Nietzsche, não é contemplativo nem desinteressado, mas sim profundamente trágico, pois emerge do sofrimento e da necessidade de dar sentido à dor da existência. A arte não consola, mas confronta, intensifica e transfigura a vida. Assim, do desinteresse kantiano ao trágico nietzschiano, a arte transita de uma experiência universal e formal para uma expressão singular e vital. O belo deixa de ser apenas objeto de contemplação e se torna força criadora e existencial. Essa tensão entre razão e vida, forma e caos, permanece como um dos eixos centrais da reflexão estética moderna.

Palavras-chave: Desinteresse; Trágico; Estética; Kant; Nietzsche.

FILOSOFIA PRÁTICA E O CETICISMO MORAL EM DISCUSSÃO ENTRE KANT E HUME

Paulo Roberto Martins Cunha
Bacharel em Direito e Mestrando em Filosofia – UFPA
cunha.paulo@gmail.com
Universidade Federal do Pará

RESUMO: O presente texto tem por objetivo realizar uma análise filosófica acerca da controvérsia entre as concepções epistemológicas e morais dos filósofos David Hume e Immanuel Kant. A investigação sistematiza o modo pelo qual o ceticismo humiano, assentado na crítica à noção de causalidade necessária e na centralidade atribuída aos sentimentos como base da moralidade, ensejou a resposta kantiana por meio de uma profunda transformação filosófica e crítica aos argumentos presentes na obra de Hume. Kant, ao confrontar diretamente o empirismo cético de Hume, defende a possibilidade de fundamentos universais e necessários para o conhecimento e para a moral, elaborando uma estrutura filosófica que articula a razão prática às categorias transcendentais. Por intermédio de um diálogo rigoroso com as principais obras dos dois autores neste campo filosófico, este estudo visa examinar as respostas fornecidas por Kant aos desafios formulados por Hume, ressaltando sua importância para debates contemporâneos, como aqueles relacionados ao ceticismo moral e à fundamentação dos direitos humanos. Além disso, a discussão promove uma reflexão abrangente e crítica sobre os limites e as possibilidades do conhecimento e da ação moral segundo ambos os filósofos, destacando a relevância de princípios éticos universais diante dos desafios que caracterizam os contextos contemporâneos, claramente marcados por relativismo ético, intolerância de toda ordem, violência individual e grupal, conflitos e fragmentação social além da degradação dos sistemas democráticos de governo e sua faceta liberal de respeito aos direitos individuais e de grupos minoritários.

Palavras-chave: Kant; Hume; Filosofia Moral; Ceticismo.

KANT E O CONFLITO DAS FACULDADES NO CONTEXTO DA RELAÇÃO ORGÂNICA ESTADO E CAPITAL

Alberico Francisco do Nascimento
Doutor em Políticas Públicas – IFMA
alberico@ifma.edu.br
Instituto Federal do Maranhão

Sandy Ellen Sousa dos Reis
Mestranda em Cultura e Sociedade – UFMA
sandyellen0209@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Zilmara de Jesus Viana de Carvalho
Doutora em Filosofia – USP
zilmara.jvc@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A obra *Conflito das Faculdades* escrita por Immanuel Kant (1724-1804) publicada em 1794 até hoje nos convida a refletir sobre a universidade moderna, a elitização de cursos superiores e a intervenção do Estado e do capital na educação. Na obra citada, Kant elabora uma reflexão crítica sobre a estrutura e a função das instituições universitárias, discutindo as tensões entre as diferentes faculdades — em especial entre a Faculdade Superior (Teologia, Direito e Medicina) e a Faculdade Inferior (Filosofia), tal divisão traz como proposta demonstrar e defender o papel da filosofia, sendo esta inferior porque é possuidora de um papel negativo, a saber, a critica. Kant argumenta que as faculdades superiores são tradicionalmente subordinadas ao poder do Estado e da Igreja, pois lidam diretamente com interesses práticos e normativos da sociedade, enquanto a faculdade de Filosofia deve manter-se independente, guiada apenas pela razão. Esta investigação parte do pressuposto de que na contemporaneidade o Estado e o capital, organicamente alinhados, através da elaboração de Diretrizes Curriculares Nacionais e da regulação do ensino superior tem ido além da hierarquização dos cursos, interferindo no próprio currículo desses cursos e no formato das instituições de ensino superior. A hipótese levantada é que a influência e o controle do Estado e do capital no ensino superior evidenciam a construção de um plano de educação alinhado a um projeto político e econômico de sociedade. O objetivo do trabalho é analisar a partir da obra *Conflito das Faculdades,* escrita por Immanuel Kant e das contribuições de autores da área da educação, como o Estado e o capital continuam usando o ensino superior como projeto político e econômico de controle da sociedade. Este trabalho inicialmente abordará a obra *Conflito das Faculdades* no contexto de sua produção, tomando como eixo condutor da análise o papel do Estado na hierarquização das faculdades citadas por Kant. Na sequência, serão usados produções da área da educação, que tratam do alinhamento do Estado com o capital através da elaboração de Diretrizes Curriculares Nacionais e da regulação do ensino superior. As fontes de materiais explorados na fundamentação das ideias serão de caráter bibliográfico. A pesquisa bibliográfica se valerá da obra de Kant (1993) e de diversificado referencial teórico de autores que discutem educação e ensino superior como: Frigotto (2005), Mészáros (2002) e Oliveira e Lima (2019). Em síntese, na ótica do Estado e do capital o ensino superior é visto como um setor estratégico para o desenvolvimento econômico e social. Desempenha papel extremamente relevante na formação do capital humano e na (re)produção do sistema societário. Com efeito, o Estado e o capital não podem prescindir da influência na organização, financiamento e conteúdo do ensino superior, regulando-o para atender seus interesses e a manutenção da ordem social.

Palavras-chave: Estado; Capital; Regulação; Educação; Faculdades.

MORALIDADE E RESPONSABILIDADE: A ÉTICA DE IMMANUEL KANT E HANS JONAS

Patricio Sândalo de Rezende
Graduando em Filosofia Licenciatura – UFMA
psderezende@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Zilmara de Jesus Viana de Carvalho
Doutora em Filosofia – USP
zilmara.jvc@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A filosofia moral tem se desenvolvido ao longo dos séculos, abordando questões fundamentais sobre a ética e a responsabilidade humana. Neste contexto, o imperativo categórico de Immanuel Kant e o princípio da responsabilidade de Hans Jonas oferecem perspectivas distintas, mas inter-relacionadas. Enquanto Kant propõe um modelo universalista baseado na razão, Jonas amplia essa ética para considerar os impactos das ações humanas no futuro e no meio ambiente. O presente estudo busca comparar o princípio da responsabilidade de Hans Jonas e o imperativo categórico de Kant, destacando suas semelhanças, diferenças e implicações éticas. A investigação visa compreender como essas abordagens contribuem para a reflexão sobre dever moral, responsabilidade e sustentabilidade. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e teórica, baseada em estudo bibliográfico das obras de Kant e Jonas. A análise comparativa permite evidenciar como cada teoria aborda a moralidade, a responsabilidade e os desafios éticos da sociedade moderna. O imperativo categórico de Kant enfatiza a universalidade das ações e a autonomia da razão como base da moralidade. Jonas, por sua vez, amplia essa visão ao incluir a responsabilidade intergeracional e os impactos ambientais como elementos essenciais da ética. Embora distintos em escopo, ambos os princípios reforçam a necessidade de agir de maneira ética, considerando as consequências das ações humanas. Logo, a máxima da ética kantiana é o fio condutor que sustenta a filosofia de Jonas que responde aos desafios impostos pelo avanço tecnológico e pela degradação ambiental.

Palavras-chave: Moralidade; Responsabilidade; Universalidade; Autonomia; Intergeracional.

O JULGAR COMO AÇÃO POLÍTICA: DE KANT A ARENDT

Thomáz Matheus Aragão Fonseca
Graduando em Filosofia Licenciatura
thomazmaaf@outlook.com
Universidade Estadual do Maranhão

Lincoln Sales Serejo
Doutor em Filosofia - Unisinos
lincolnserejo13@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

RESUMO: A ação política, em Hannah Arendt, não é apenas resultado de decisões estratégicas, mas emerge da capacidade de julgar reflexivamente, capacidade que se funda na filosofia crítica kantiana. Este trabalho propõe examinar a transposição do juízo reflexivo de Kant — elaborado ao longo da *Crítica da Razão Pura* (1781), *Crítica da Razão Prática* (1788), *Crítica da Faculdade de Julgar* (1790) e *A Metafísica dos Costumes* (1797) — para a esfera pública, conforme interpretado e transformado por Arendt em *Entre o Passado e o Futuro*, *A Vida do Espírito* e *Responsabilidade e Julgamento*. Kant articula a autonomia da razão teórica, da vontade prática e do juízo estético, preparando o campo para a constituição de uma cidadania ativa e responsável. Arendt amplia esse horizonte: para ela, julgar não é apenas refletir — é agir politicamente, sustentando a pluralidade e impedindo a fossilização autoritária da experiência. A ausência de juízo crítico conduz, como exemplifica em *Eichmann em Jerusalém*, à banalização da violência. A hipótese é que o julgar é o núcleo oculto da ação política, constituindo a práxis que mantém viva a liberdade humana em meio à crise da tradição. A pesquisa se desenvolverá através da análise crítica comparativa dos conceitos de juízo em Kant e da ação em Arendt, mostrando que julgar é, essencialmente, agir.

Palavras-chave: Juízo Reflexivo; Ação Política; Liberdade Pública; Pluralidade; Arendt e Kant.

O KANT DE DELEUZE: O PROBLEMA DO TEMPO E A TEORIA DAS FACULDADES

Pedro Estevam Gemaque Chacon
Mestrando em Filosofia – UFMA
pedro.egc@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Yasmim Fernanda Silva Lobato
Graduanda em Filosofia – UFMA
yasmim.fernanda@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Maria Olilia Serra
Doutora em Filosofia – USP
mo.serra@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Este trabalho propõe investigar as reverberações críticas e criativas do encontro entre Gilles Deleuze e a filosofia crítica de Immanuel Kant, tendo como referência as obras e os cursos de Deleuze dedicados à leitura de Kant. Embora a influência de Bergson, Nietzsche e Spinoza em Deleuze seja amplamente reconhecida, como destacou Michael Hardt (1993), defende-se aqui a necessidade de reavaliar a importância de Kant em seu sistema filosófico, como faz Roberto Machado (2009). Nesse contexto, procura-se responder uma questão fundamental: "por que Kant?". Argumenta-se que a relação entre Deleuze e Kant longe de ser reduzida a uma mera oposição, se configura por uma colisão paradoxal, na qual Kant é simultaneamente criticado, desconstruído e reinventado como um intercessor indispensável. Trata-se de uma exploração que reflete a própria natureza do método deleuziano: uma experimentação conceitual que opera por deslocamentos e diferenciações, onde Kant não é simplesmente reproduzido, mas atualizado. A hipótese do estudo, sustenta que a leitura de Deleuze sobre Kant é orientada em dois eixos problemáticos centrais: (1) a ideia de tempo em Kant e a determinação do sujeito transcendental; (2) a análise de Deleuze sobre a teoria das faculdades e sua ruptura com o caráter hierárquico/harmonioso dessa doutrina. Examina-se que, nesse novo regime de disjunção e discordância, a teoria kantiana das faculdades é revitalizada em sua natureza intempestiva, onde o pensamento é violentamente explorado em seus limites. Ao fim, se propõe que a tensão entre os dois filósofos deve ser vista como uma colisão produtiva, que desterritorializa e reinscreve Kant como um intercessor paradoxal de uma filosofia da diferença, evidenciando a sua atualidade subterrânea.

Palavras-chave: Deleuze; Kant; Faculdade; Tempo.

O MAL RADICAL E A DIALÉTICA DA LIBERDADE: UMA BREVE ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE KANT E SCHELLING

Pedro Allan Portácio de Queiroz
Mestre em Filosofia – UFC
pedrofilosofiaufc@gmail.com

RESUMO: Immanuel Kant e Friedrich Wilhelm Joseph Schelling apresentam abordagens distintas, porém interligadas, sobre o problema do mal. Para Kant, o mal é um desvio moral que se origina da liberdade humana. Ele descreve o mal como um "mal radical" (*radicale Böse*), um conceito central em sua filosofia moral, especialmente em *A Religião nos Limites da Simples Razão*. Kant argumenta que o mal surge quando a vontade humana, dotada de liberdade, subordina a lei moral à inclinação egoísta e aos interesses pessoais. O sujeito moral, em sua liberdade, escolhe agir contra o dever moral, priorizando sua satisfação pessoal em detrimento do imperativo categórico, que impõe a obediência a leis da razão prática. Para Kant, o mal não é uma substância ou força metafísica, mas um problema ético ligado à autodeterminação da vontade humana. O homem, ao fazer escolhas, é responsável por suas ações, e a presença reflete a dificuldade da natureza humana em seguir a lei moral. Para isso Kant desenvolve os conceitos de ‘‘propensão ao mal’ e ‘‘disposição originária ao bem’’, enfatizando que, por mais que haja essa tendência o ao mal, ainda há na natureza humana um germe de disposição ao bem, e que o ser humano é absolutamente responsável por suas escolhas. Por outro lado, Schelling oferece uma visão mais complexa e metafísica do mal. Em sua obra *Investigações Filosóficas sobre a Essência da Liberdade Humana* (1809), ele introduz a ideia de que o mal não é meramente uma falha moral, mas uma característica ontológica intrínseca à própria estrutura do ser. Para Schelling, a liberdade não é apenas um atributo moral, mas um princípio metafísico fundamental. Ele concebe a realidade como um jogo dinâmico entre dois princípios: a luz, que representa o princípio da razão, da harmonia e da manifestação do divino, e a escuridão, que simboliza o princípio da liberdade absoluta, do caos e da potencialidade do mal. O mal, portanto, não é algo extrínseco ou acidental à realidade, mas uma parte necessária da dialética do desenvolvimento do Absoluto. Esse mal surge da liberdade, mas é somente por meio da liberdade que o Absoluto se realiza e se torna autoconsciente. Sem o mal, a liberdade seria inerte e incapaz de se manifestar plenamente. Assim, Schelling vê a presença do mal como uma condição necessária para a liberdade humana e para o desdobramento do Absoluto no processo histórico. Ambos os filósofos reconhecem a liberdade como central para a questão do mal, mas suas concepções divergem profundamente. Kant limita a liberdade à esfera moral, entendendo-a como a capacidade do indivíduo de fazer escolhas éticas de acordo com a razão. Em contraste, Schelling expande a liberdade para o campo ontológico e metafísico, vendo-a não apenas como uma capacidade moral, mas como uma força criadora que molda a própria realidade

Palavras-chaves: mal; liberdade; Kant, dialética, Schelling;

QUEM SOMOS NÓS HOJE? — ENTRE A CRÍTICA E A GENEALOGIA

David Alla Mota Serra
Mestrando em Filosofia – UFMA
davidallan.menezes@hotmail.com
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Foucault e Kant possuem aproximações que muitos até deixam escapar numa primeira leitura. Existe até mesmo quem diga que Foucault teria construído um modo de pensamento transcendental em a arqueologia do saber, mas será se a premissa é de fato verdadeira? Bom, meu objetivo com este trabalho não é contestar tal alegação, mas elaborar de forma mais aprofundada esta relação entre um método foucaultiano que pretende esboçar além da história do conhecimento, a sua operacionalidade no ser homem enquanto elemento formalizador de seu tornar-se, e a crítica kantiana como atitude herdada por Foucault. A metodologia aplicada a este estudo são a leitura bibliográfica e interpretação hermenêutica das obras *Antropologia de um ponto de vista pragmático* e As palavras e as coisas, dos autores supracitados, estabelecendo sempre uma relação de proximidade e distanciamento entre ambos. Portanto, este trabalho busca visualizar Kant pelas lentes que Foucault o via quando escreve sobre o pequeno opúsculo kantiano à pergunta sobre o esclarecimento, "*was ist Aufklärung?*". A conclusão a que quero chegar é a de que Foucault, servindo-se da filosofia kantiana e de sua descoberta do transcendental, chega ao limite de um novo entendimento do homem; o homem teria exaurido suas capacidades, mas ao mesmo tempo permanece em vias de mudança pois o que morre é apenas o conceito, Foucault investe agora na questão sobre "como é possível o conhecimento?" em busca do ser do homem no presente.

Palavras-chave: crítica, atualidade, homem, Kant, Foucault.

RENÚNCIA, EXCESSO E VONTADE DE GOZO: A ÉTICA KANTIANA E SADIANA SOB O VIÉS DA PSICANÁLISE

Joselle Maria Couto e Lima
Mestre em Cultura e Sociedade-UFMA
joselle.mcl@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Luciano da Silva Façanha
Pós-doutor em Filosofia-PUC SP
luciano.facanha@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Discutir a partir da psicanálise lacaniana, tendo como base o texto Kant com Sade, do livro *Escritos (1966)* de Jacques Lacan, a relação existente entre a filosofia sadiana, nomeada como *Filosofia de alcova*, e a filosofia kantiana, referindo-se a obra *Crítica da razão prática*. A máxima Kantiana que se sustenta pelo imperativo categórico, como uma lei incondicional, e a máxima sadeana que tem como ponto de origem o direito ao gozo sem limites, serão analisadas a partir da perspectiva lacaniana como filosofias complementares, evidenciando o ponto de convergência entre ambas. Tal aproximação tem o propósito de evidenciar que, embora as duas filosofias estejam aparentemente diametralmente opostas, a primeira como aquela que nega qualquer motor sentimental para a execução da ação moral; e a outra que tem como máxima "tenho direito de gozar do teu corpo..." sem limites, possuem um ponto de aproximação no que Lacan denomina como vontade de gozo. O conceito de gozo, como um mais além do prazer, como é abordado na perspectiva freudiana como pulsão de morte, será discutido nas duas filosofias, evidenciado de que forma há uma aproximação entre as duas propostas éticas, com a evidenciação de um modo de gozo que está presente tanto na máxima kantiana, expressada com uma voz interna, da lei da consciência, pela lei, quanto na máxima sadiana que assume com a própria voz, o direito ao gozo sem limites, demonstrando que em ambas está contido um modo de gozo sádico, o primeiro pela via da crueldade como modo de gozo que impõe a restrição ao prazer imposto pela "Lei", e o segundo como um mais além do prazer, com o direito de gozar do corpo do outro sem limites. Também será utilizado como recurso de investigação o texto de Miller, Kant com Sade, do livro Lacan elucidado.

Palavras-chave: Ética, Lei, Vontade, Gozo, Prazer.

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE KANT E RICOEUR SOBRE O MAL E O PROJETO DE SOCIEDADE RICOEURIANO QUE VISA UMA VIDA BOA EM INSTITUIÇÕES JUSTAS

Vanessa Oliveira de Souza
Mestranda em Filosofia – UFMA
vanessaoliveiradesouzaadv32@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Antonio Augusto de Souza Oliveira
Mestrando em Filosofia – UFMA
augustoolvadv@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Rita de Cássia Oliveira
Doutora em Filosofia – PUC-SP
rc.oliveira@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O mau para Kant deriva de um mau uso da liberdade moral. O que o ser humano, em sentido moral, é ou deve vir a ser, bom ou mau, depende de suas próprias ações e escolhas. Essa condição está intrinsecamente ligada ao livre arbítrio, de modo que, embora a propensão ao mal seja universal, a classificação moral do indivíduo como bom ou mau é possível e necessária, com base nas máximas que orientam suas ações. Se para Kant, não há como atribuir à natureza, a culpa ou o mérito de ser o homem mau ou bom respectivamente, visto que a condição para o mau é o homem está no mundo. Para Ricoeur, o homem capaz também é um homem falível. Nesse sentido, pode o homem sucumbir ao mau, mas possui em si a natureza para a bondade. Pois bem, Ricoeur tem uma visão criacionista, na qual tudo que Deus cria é bom, portanto, não pode o homem ser naturalmente mau. No entanto, a bondade originária é despertada pela simbologia religiosa. A religião para Ricoeur é também um modo de corrigir a falibilidade do homem, levando-o a alcançar o bem a que se destina. Nesse sentido, Ricoeur ancora sua teoria na obra Kantiana Religião no Simples Limite da Razão, que para ele é um ensaio filosófico sobre esperança. Para Ricoeur, a análise Kantiana da religião na citada obra revela implicitamente a lógica da esperança como inerente à razão prática. A busca pela moralidade e pelo sumo bem, que exige postular Deus e a imortalidade, abre a esperança como resposta racional ao desejo por sentido e justiça. Essa esperança, articulada pela religião dentro dos limites da razão, é crucial para a própria viabilidade da moralidade e a busca por um mundo justo, sendo uma consequência inevitável da análise da obra Kantiana, mas que não era sua intenção primária. A pesquisa tem como título: *Uma análise comparativa de Kant e Ricoeur sobre o mal e o projeto de sociedade Ricoeuriano que visa uma vida boa em instituições justas.* Trabalha com o método de revisão bibliográfica, de interpretação filosófica, hermenêutica de natureza básica e forma qualitativa. Para tanto, utilizamos como obras principais *O Si mesmo como Outro* de Paul Ricoeur e a *Religião nos Limites da Simples Razão* de Immanuel Kant. De fato, o problema que norteia esta pesquisa divide-se em dois questionamentos, quais sejam: o mundo progride do bem para o mal ou do mal para o bem? e há no homem uma disposição inata para o bem ou para mal? Tem como objetivo geral: Analisar a relação entre o conceito de mal e a lógica da esperança nas obras de Immanuel Kant e Paul Ricoeur, buscando compreender como esses filósofos abordam a natureza humana e a possibilidade de progresso moral. E como objetivos específicos: Investigar a concepção de mal em Kant; Analisar a perspectiva de Ricoeur sobre a natureza humana e o mal; Examinar a interpretação de Ricoeur sobre "*A Religião nos*

Limites da Simples Razão" como ensaio sobre a esperança. Observar como a lógica da esperança contribui para o projeto de sociedade Ricoeuriano.

Palavras-chave: Esperança; Kant; Ricoeur; Moral; Mau.

MESA-REDONDA

EIXO 1 – Rousseau – Apenas apresentações sobre o filósofo Jean-Jacques Rousseau

"AS MULHERES DE ROUSSEAU"

Maria das Graças Souza
Doutora em Filosofia – USP
Professora do Departamento de Filosofia
mgsouza@usp.br
Universidade de São Paulo

RESUMO: Interessadas em contribuir para a ampliação tanto do cânon das obras filosóficas quanto dos temas da história da filosofia, as pesquisadoras que compõem a mesa "As mulheres de Rousseau" pretendem examinar a representação da mulher no pensamento de Rousseau, assim como analisar algumas das principais figuras femininas, reais ou fictícias em sua obra, a fim de evidenciar interlocuções, confrontos e repercussões No século XVIII muitas mulheres intelectuais participaram da cena pública, seja em salões de discussão, na literatura, nas ciências, nas artes e mesmo em espaços revolucionários, marcando uma posição própria ao interagir com as ideias e a cultura masculina dominante. Muitas delas foram escritoras e filósofas. Algumas chegaram a publicar suas reflexões, outras nunca as publicaram, e outras ainda desistiram no meio do caminho. São mulheres que, permanecendo em uma posição de subalternidade, atuam muito discretamente de modo decisivo em suas comunidades. Assim, considerando que os textos de Rousseau alcançam um largo público feminino, cabe perguntar ainda se a profunda emoção que despertaram na época contribuiu para o engajamento das mulheres no sentido de uma mudança de atitude.

Palavras-chave: Mulher; Escritoras; Filósofas; Cultura masculina; Personagens de ficção.

A "REVOLUÇÃO COPERNICANA" EM ROUSSEAU, O CASO DA EDUCAÇÃO NEGATIVA

Maria do Socorro Gonçalves da Costa
Doutora em Filosofia – UFBA
maria.sgc@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: É praxe a revolução operacionalizada por Rousseau na educação moderna, mais especificamente na educação da criança. Tal revolução ficou conhecida como "revolução copernicana", por referência a Nicolau Copérnico, que no século XVI mudou a teoria geocêntrica para teoria heliocêntrica, com o sol figurando como o centro do universo e os planetas girando ao seu redor. Análogo a isto em Rousseau, na educação, a criança passou a ser o centro de atenção no processo de ensino-aprendizagem e não o conteúdo. Com isso, o filósofo de Genebra radicalizou a maneira de se pensar a criança, o quê e como deveria aprender. Assim, o objetivo desse trabalho é explorar a educação negativa como sendo um dos aspectos da "revolução copernicana ". O projeto educativo de Rousseau, calçado nessa educação como sendo o pilar do livro *Emílio ou Da Educação*. Descrever que a educação adota princípios e tende à finalidade de formar um ser humano humanizado pela educação da natureza, também caracterizada por educação negativa, forjada principalmente entre os dois e doze anos de idade. A metodologia adotada na elaboração dessa pesquisa é bibliográfica, onde serão consultados a obra supracitada e outros autores que tratem da educação e da educação negativa em Rousseau. Concluindo-se que a educação negativa como um preceito da educação para a criança empreendida desde o nascimento do Emílio pretende-se a um grau mais elevado que é favorecer o florescimento da criança ao invés de se exigir que responda por questões morais, sociais e culturais antes da idade da razão.

Palavras-chave: Rousseau, educação negativa, revolução, criança.

A QUESTÃO DA NATUREZA NA *JÚLIA OU A NOVA HELOÍSA*

Manoel Dionizio Neto
Pós-Doutor em Educação – UFSCar
manoel.dionizio@professor.ufcg.edu.br
Universidade Federal de Campina Grande

RESUMO: Cumpre-se pensar a questão da natureza em Jean-Jacques Rousseau tendo a *Júlia ou a Nova Heloísa,* sua obra epistolar, como referência. Para isso, busca-se, de forma descritiva, refletir sobre as possibilidades mais diversas do pensar sobre o que seja *natural*, ou seja, trata-se de refletir, a partir de uma descrição fenomenológica, sobre os possíveis conceitos de natureza que faz de Rousseau o Iluminista que insere no *Iluminismo* a questão da Natureza, como um dos focos principais para o qual se deveria voltar o ser humano em sua busca do conhecer-se a si mesmo. Parte-se, então, do exposto como prefácio, estendendo-se, passo a passo, a diferentes *Cartas*, onde se encontram referências à *Natureza.* A que são remetidas quando a questão da natureza, quando vem à tona essas referências? Esta é a questão que se coloca ao se debruçar sobre as mensagens e narrativas das epistolas de Júlia e Saint-Preux, bem como de outros personagens dessa obra de Rousseau, como são o caso de Clara e Wolmar. Casada com Wolmar, para que se cumprisse a convenção social, que dizia ser a afirmação do casamento segundo a vontade do pai, Júlia continua enamorada de Saint-Preux, contrariando-se assim a natureza que se identifica-se com a essência humana, enquanto natureza que se diferencia no homem e na mulher, acenando-se para o que, posteriormente, fora desenvolvido ao tratar da relação entre Emílio e Sofia, guardando-se as diferenças entre Sofia e Júlia. Vê-se, pois, que, na Carta X, Saint-Preux se dirige a Milorde Eduardo para lhe dizer das conclusões a que chegou Júlia a respeito da relação entre os cônjuges, considerando as diferenças naturais entre os sexos. Por isso afirma que, na França, faz-se o contrário do que é proposto pela própria natureza: a separação dos sexos por meio de suas ocupações distintas, evitando-se as relações cotidianas entre homens e mulheres. Deste modo, é possível constatar o distanciamento dos costumes franceses de sua época com o que era proposto pela natureza, o que muito bem se fez notável na separação do próprio Saint-Preux e Júlia, para que se fizesse a vontade do pai dessa última que, por sua vez, impôs as determinações da tradição como expressão das convenções contrárias à *natureza*.

Palavras-chave: Natureza; Convenção Social; Júlia; Saint-Preux; Wolmar

A VONTADE GERAL NOS *TEXTOS DE INTERVENÇÃO POLÍTICA* DE ROUSSEAU

Manoel Jarbas Vasconcelos Carvalho
Pós-doutor em Filosofia – UFRN
Doutor em Educação – UFC
jarbasvc@gmail.com
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

RESUMO: Os textos de intervenção política foram escritos entre 1765 e 1771 em contextos específicos. Apesar das diferenças dos cenários, os problemas e os interesses que atingiam a Córsega e a Polônia eram os mesmos, isto é, a dominação estrangeira e o desejo de emancipação destes povos. A intenção de Rousseau com o *Projeto de constituição para a Córsega* e com as *Considerações sobre o governo da Polônia* não era dar uma constituição para ambas as nações, mas partindo dos princípios políticos do *Contrato social* orientá-las para a sua autodeterminação. Este trabalho é uma tentativa de interseção entre as obras mencionadas, através deste esforço o organizamos da seguinte forma: 1. a ligação entre a vontade geral e o nacionalismo; 2. a economia e o debate entre a riqueza e a prosperidade; 3. a *volonté générale* e a sua dimensão prática.

Palavras-chaves: Vontade geral, Córsega, Polônia, Intervenção política, Jean-Jacques Rousseau.

COMPAIXÃO E VONTADE GERAL EM ROUSSEAU

Ronzelene Nazaré Souza de Lima
Doutoranda em Educação - UFPA
ronzelenel@gmail.com
Universidade Federal do Pará

RESUMO: Apesar de Rousseau ser um pensador político e afirmar com muita clareza e convicção que a vida em sociedade organizada foi o que fez o homem deixar a condição de um animal estúpido, a relação entre natureza e humanidade sempre foi um tema que o filósofo nunca evitou. Um exemplo da postura do genebrino diante de questões que apontam tanto para a cultura humana como para a vida selvagem é a afirmação de que a família, em sua origem, nos dá a base natural para toda sociedade. Mas como o que ele quer é mostrar que a família é uma instituição social, Rousseau tem que reconhecer a necessidade dos dois momentos, o daquela "família" que forma uma sociedade natural e a que se funda na vontade e na liberdade de escolha, só se mantendo "por convenção". Rousseau não pode passar da natureza à sociedade organizada por meio de um salto, deixando um vácuo que possa ser preenchido por todo tipo de superstição. E para não recorrer a nenhum artifício místico e religioso, o autor do *Contrato* buscou na natureza um elo de ligação entre o bom selvagem e a sociedade política. Pois nos parece que há entre o sentimento de compaixão e a ideia de vontade geral uma correlação parecida com aquela que permite a família moral. Por isso, nossa intenção é desenvolver brevemente a tese de que o que possibilita a concepção de uma unidade moral da humanidade por meio da vontade geral (só representável por meio da razão de quem vive em sociedade), é o sentimento natural da compaixão, comum aos indivíduos de nossa espécie. E por meio disso é possível justificar, antes de qualquer artifício institucional, a ideia de um sentimento comum que há de servir de base à ideia de uma vontade unânime. Afinal, se o homem não tivesse nenhuma propensão a se reconhecer no outro, inclusive em razão de seus sofrimentos e privações, um acordo racional entre os seus semelhantes seria improvável e ilusório.

Palavras-chave: Compaixão; Vontade, Sociedade, Natureza

ÉTICA E ESTÉTICA DA ALMA NA FILOSOFIA DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU

Marisa Vento
Doutora em Filosofia – UNICAMP
ventomarisa@gmail.com
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

RESUMO: Paul Audi, em sua obra *Rousseau: une philosophie de l'âme*, explora a ideia de que o pensamento de Rousseau envolve uma relação intrínseca entre a ética e a estética da alma – duas dimensões essenciais para compreender a experiência humana em sua sinceridade e autenticidade mais profundas. A partir dessa perspectiva, buscamos refletir sobre uma problemática central no pensamento do filósofo genebrino. Compreendida como a busca pelo bem autêntico, que emerge de uma natureza não corrompida pelas instituições sociais, a ética rousseauniana repousa no sentimento interior, ou seja, na capacidade da alma de se perceber em sua essência mais pura. Nesse sentido, abre-se a possibilidade de o ser humano encontrar sua verdade moral não na conformidade com regras externas, mas na sinceridade de seu próprio sentimento interior. Considerando, portanto, a ideia de estética da alma como uma forma de expressão da natureza interior do homem – ou, melhor dizendo, uma maneira pela qual a alma pode se manifestar e se realizar – podemos entender que, longe de se restringir a uma estética superficial, o belo seria a manifestação da harmonia interior da alma, um reflexo de sua autenticidade. Tal conceito se realiza, de fato, em diversos personagens da obra rousseauniana, como procuramos demonstrar. A análise de Paul Audi, entretanto, revela elementos instigantes que nos convidam a revisitar textos autobiográficos, como *Confissões*, nos quais podemos observar as lutas e contradições íntimas do filósofo nos últimos anos de sua vida. Rousseau se expõe de maneira crua, desejando mostrar aos seus semelhantes "um homem em toda a verdade da natureza", não mais um personagem ficcional, mas ele próprio. Dessa forma, surge a indagação: Rousseau teria concebido um "projeto" que buscava conectar teoria e prática, no movimento de uma vida dedicada a esse fim, ou seja, à própria busca pela sinceridade e autenticidade? Seriam os relatos de suas vivências uma tentativa de legar aos leitores, por meio de sua vida exemplar, uma possibilidade concreta de transformação ou modulação do *amour de soi* e do *amour propre*?

Palavras-chave: Ética, Estética, Sentimento interior, Sinceridade, Autenticidade.

LIRICIDADE NA LINGUAGEM D'OS DEVANEIOS DO CAMINHANTE SOLITÁRIO, DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU

Maria de Lourdes Dionizio Santos
Doutorado em Letras – UERN
maria.dionizio@professor.ufcg.edu.br
Universidade Federal de Campina Grande

RESUMO: Trata-se de uma leitura sobre a liricidade presente n'*Os devaneios do caminhante solitário*, de Jean-Jacques Rousseau, partindo do pressuposto de que a poesia é inerente à linguagem da referida obra. À maneira do que observamos no comportamento do indivíduo representado no Movimento Literário do Romantismo, percebemos, na atitude do sujeito poético - o caminhante solitário, uma fuga da sociedade, bem como seu isolamento na natureza, numa demonstração do conflito estabelecido entre o sujeito e o mundo. Nessa perspectiva, voltado para o seu interior, no desejo de autodescoberta, o indivíduo enfrenta o desconhecido e suplanta os obstáculos que impedem sua formação. Temos, dessa forma, uma imersão do eu em sua vida interior, e sua recusa em aceitar a realidade, visto que o narrador-personagem confessa que suas caminhadas são o único instante em que ele se encontra consigo mesmo – espaço-tempo privilegiado cuja solidão lhe propicia ser ele mesmo, através de suas meditações, quando se convence de que a felicidade não depende de homens. Com base nisso, em cada caminhada constatamos a liricidade da obra, conferida no entusiasmo do caminhante solitário, do mesmo modo que é possível acompanhar os devaneios deste, na contemplação da paisagem, à medida que percorre o espaço. Assim sendo, a descrição detalhada da natureza potencializa o alto teor imagético que configura a poética existente na prosa rousseauniana. À procura da poesia que abriga a essência e a verdade, o espaço torna-se o lugar da descoberta, escavada no caminho trilhado pelo personagem.

Palavras-chave: Os devaneios do caminhante solitário; Jean-Jacques Rousseau; Liricidade; Prosa poética.

NECESSIDADES BÁSICAS E JUSTIÇA: UMA LEITURA À PARTIR DO *EMÍLIO* DE ROUSSEAU

Ciro Lourenço
Doutorando em Filosofia – USP
cirolourenco@gmail.com
Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO: Já desde o *Discurso sobre a desigualdade*, Rousseau manifesta uma preocupação essencial com a ideia de necessidades, isto é, com esse limite que a própria natureza imprimiu nos seres humanos e que, no caso do homem natural, constitui sua liberdade e independência, afinal, ele não carece de nada para além de suas necessidades físicas. No *Emílio*, a necessidade é igualmente recuperada para mostrar ao aluno que ele deve, tanto quanto possível, encerrar sua existência em si mesmo, submeter-se apenas à dependência das coisas, isto é, da própria natureza que, em última instância, determina suas "necessidades reais". Assim como no segundo *Discurso*, o *Emílio* também nos mostra que todos as misérias e contradições do "sistema social" são decorrentes do momento em que foi necessário o auxílio de outrem para satisfazer nossas necessidades, ou seja, quando foi introduzida a divisão do trabalho e a "dependência dos homens". O amor de si, sentimento natural que fundamenta o dever de conservar-se a si mesmo, dá então lugar ao amor-próprio e, por fim, à proliferação das necessidades supérfluas. Contudo, queremos com essa comunicação explorar outra consequência desse princípio da necessidade: como se vê pela condição dos supranumerários na sociedade nascente do segundo *Discurso*, Emílio também se vê diante da terra tomada por propriedades e, pelo episódio com o jardineiro Roberto, aprende que não há mais terra não cultivada. Se o pupilo não tem um jardim, como poderá seu trabalho prover suas necessidades? Eis aqui o primeiro sentimento de injustiça que o jovem Emílio experimentou e, com isso, a possibilidade de correlacionarmos a "lei da necessidade" com a justiça. Qual a resposta teórica e, mais especificamente, política que Rousseau nos oferece a essa injustiça ligada às necessidades e, sobretudo, à propriedade privada? A resposta, em suma, encontra-se no *Contrato social*: "o estado social só é vantajoso aos homens na medida em que todos eles têm alguma coisa e nenhum tem demais".

Palavras-chave: Rousseau; necessidades básicas; justiça; Emílio

O CARÁTER FEMININO DA ALMA COMUNITÁRIA EM ROUSSEAU

Jacira de Freitas
Doutora em Filosofia – USP
jacira.freitas@unifesp.br
Universidade Federal de São Paulo

RESUMO: O texto a ser apresentado propõe discutir, a partir de passagens da obra de Rousseau, a possibilidade de se compreender a atuação da mulher como uma força determinante de aglutinação no interior do corpo social, que não apenas mantém a coesão, mas ainda os valores próprios de uma dada comunidade, impedindo a interferência externa na cultura local. Ao mesmo tempo, esta força feminina parece atuar discretamente à margem das instituições sociais, sem o reconhecimento do seu potencial. No ideal de autarquia apresentado, por exemplo, na obra literária de Rousseau (A Nova Heloísa), esse adquire a forma de uma sociedade perfeitamente integrada, voltada sobre si mesma e capaz de prover suas próprias necessidades materiais: a comunidade de Clarens, que traz uma mulher como elemento central na sua constituição. Rousseau se esforça para mostrar que a estabilidade de sua economia e a abundância de sua produção agrícola resultam na autonomia moral de seus habitantes e que o papel desempenhado por Julie é central na condução das relações humanas ali estabelecidas. Outras passagens da obra rousseauniana trazem também a interferência feminina seja na condução de ações pedagógicas essenciais para a formação do cidadão, como no Emílio, seja na atuação social mais abrangente, como nas passagens sobre o mundo da música e as análises sobre a Carta a d'Alembert sobre os espetáculos.

Palavras-chave: Rousseau. A Nova Heloísa. Julie. Carta a d'Alembert.

O DESENVOLVIMENTO DA MEMÓRIA NO PROCESSO PEDAGÓGICO DA CONSCIENTIZAÇÃO SEGUNDO JEAN-JACQUES ROUSSEAU

Geraldo Márcio da Silva
Doutorando em Educação – UFG
geraldo.silva@seduc.go.gov.br
Secretaria do Estado da Educação de Goiás

RESUMO: Este trabalho trata do desenvolvimento da memória no processo pedagógico da conscientização segundo Jean-Jacques Rousseau. Além das aquisições de memórias fisiológicas com o tempo cronológico da vida humana, investiga-se a ação delas no processo ensino-aprendizado do artista enquanto ser capaz de emprestar seu corpo para as personagens teatrais. Ele adquire a capacidade de aprender utilizar o corpo, seu instrumento de trabalho, para acessar diretamente as memórias na projeção temporal das personagens que figuram a cena teatral. Dadas as lembranças advindas do desenvolvimento sensorial, o corpo apreende no ato cênico o movimento para a transmutação da persona humana para a própria obra de arte teatral. Para que a ação cênica seja fiel à composição teatral cabe a memória tornar, no corpo do ator, expressões significativas da imitação com vistas à aparência. Neste intento investiga-se no *Emílio* o desenvolvimento pedagógico pensado por Rousseau afim de estabelecer o movimento físico e intelectual até o ápice cênico, seja ele dado no teatro ou na sociedade. Além do romance pedagógico utilizar-se-á a *Carta a D'Alembert sobre os Espetáculos Teatrais*; o *Ensaio Sobre a Origem das Línguas*; o *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*; *Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político*. No íntimo das caracterizações das personagens utilizar-se-á a tríade que dá vida a personagem do compositor que é o próprio Rousseau em seus escritos: *Os Devaneios do Caminhante Solitário*; as *Confissões*; os *Diálogos: Rousseau Juiz de Jean-Jacques* e por fim o conceito das palavras teatrais no *Dicionário de Música*. Assim, ver-se-á nestas obras uma abrangência de personagens que compõem a trama teatral rousseauista, que configura o pedagógico, o político e o estético. Como o teatro é limitado a um espaço temporal, textual e figurado, dada as circunstâncias prescritas para a sua existência, cabe entender o papel da consciência diante da educação estética.

Palavras-chave: Educação; Memória; Processo Pedagógico; Conscientização; Rousseau.

O POBRE E A POBREZA NO SÉCULO XVIII E EM JEAN-JACQUES ROUSSEAU

Rafael de Araújo e Viana Leite
Doutor em Filosofia – UFPR
rafael_vianaleite@hotmail.com
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

RESUMO: A passagem do século XVII para o XVIII marca, entre outras coisas, a aparição de múltiplos discursos que tentam dar conta do estatuto pobreza, de suas causas, meios de aplacá-la, mas também de sua utilidade. Em linhas gerais, a figura do pobre e o estatuto da pobreza eram vistos como pontos pacificados e que, portanto, não apresentavam problemas importantes. No século XVIII, eles passam a ser considerados como parte de um uma questão incontornável e responsável por motivar vários debates. Um dos motivos que colocou a figura do pobre e a condição da pobreza na ordem do dia foi o crescimento do número de pessoas que flutuavam entre as fronteiras de uma vida materialmente deficitária e a indigência. Houve um aumento importante da população socialmente vulnerável, resultado de um contexto no qual as melhores condições de vida levaram a condições mais precárias de existência (HUFTON, 1974, p. 14 e p, 48). O século XVII foi particularmente mortífero para a base da pirâmide social por causa da miséria, pragas e epidemias responsáveis por muitas mortes por inanição ou contaminação por doenças como febre tifoide, varíola, pneumonia ou a peste, ainda disseminada de forma endêmica na Europa (HUFTON, 1974, p. 62; DUPARQUIER, 1968, p. 65). O século XVIII não foi muito melhor. Embora a diferença em termos de mortalidade tenha sido grande, as condições de vida não eram menos severas. O que se passou é que os indivíduos se livraram da morte iminente para subsistirem no limite social da pobreza e da indigência (GUTTON, 1974, p. 15). Elementos como pressão demográfica, desemprego, flutuação do preço dos cereais tornava o quadro ainda mais difícil (2016, p. 307). Em 1789, conforme Hufton pode-se especular que cerca de um terço da população francesa era indigente ou pobre (1974, p. 24 e p. 126). Esse panorama indica algo importante, o alargamento da base da pirâmide social no século XVIII. Uma pessoa desnutrida não reproduz, mas uma pessoa malnutrida, sim. A frieza da constatação não altera o quadro social analisado. Para o que mais nos importa, a pobreza, na passagem da primeira para a segunda metade do século XVIII foi uma questão incontornável em razão da mendicidade crescente, além de ser um tema problematizado por moralistas, políticos e religiosos. Na leitura de textos literários e filosóficos do período, nota-se como a figura do pobre é multifacetada, pois se trata de uma classificação que pode identificar tanto o trabalhador sem especialização quanto o artesão, o mendigo, o indigente, o indivíduo errante ou mesmo o vagabundo. Para compreender os discursos sobre a pobreza é preciso fazer o esforço de ordem histórica e sociológica para entender quem era o pobre e qual era sua condição de vida. Livros como o *L'État et la mendicité dans la première moitié du XVIII siècle*, de 1973, e *La société et les pauvres en Europe (XVI-XVIII siècles)*, de 1974, ambos escritos por Jean-Pierre Gutton, e também *The poor of eighteenth-century France: 1750-1789* (1974), de Olwen Hufton desvelaram os traços essenciais da figura do pobre no recorte histórico que nos interessa. Importa dizer que a tarefa de explicitar quem era o pobre no Século XVIII é consideravelmente complicada porque estamos falando de um grupo que permanece geralmente mudo. Como boa parte dessa camada social era iletrada e não pagava impostos, os documentos fiscais não são muito reveladores. Do mesmo modo, os pobres geralmente não possuíam bens próprios, portanto, não restam muitos documentos que ofereçam um quadro de suas vidas, bens e ambições. Nesse sentido, eles não aparecem como

agentes da história. As fontes são sobretudo indiretas: relatos de juízes, oficiais, curas e autores literários, de modo que as descrições revelam mais uma mentalidade de época do que a realidade do pobre (GUTTON, 1974, p. 52; ROCHE, 1987, p. 831). Os mendigos, por exemplo, não entravam nas estatísticas por não deixarem documentos próprios (1971, p. 22) sendo sintomaticamente chamados de "gente de nada" (*gens de néant*). Os documentos acessados para traçar seu perfil são os registros de tribunais, a correspondência entre curas e bispos na qual temos acesso a pedidos de ajuda com a descrição de números de pobres e de suas necessidades. Acrescente-se a isso, listas de crianças abandonadas e relatórios policiais que testemunham a magnitude do problema. Muito desse material, contudo, é "fragmentário, parcial e quase que invariavelmente subjetivo" (HUFTON, 1974, p. 1). Além disso, esse material se ocupa de situações que não eram exatamente habituais para o indivíduo pobre (GUTTON, 1974, p. 21). Quando tomamos os documentos da época, logo se pode perceber que o termo "pobre" era empregado de maneira vaga sem que houvesse exatamente uma distinção clara entre mendigo, pobre e indigente (GUTTON, 1974, p. 6). Ao mesmo tempo, chama a atenção do leitor o vocabulário nuançado e repleto de precisões. O critério para classificar a pobreza é fundamentalmente financeiro, mas nesse universo semântico encontramos sutilezas capazes de distinguir o pobre vergonhoso (*honteux*), isto é, quem teve um nascimento privilegiado, mas se tornou pobre e não pode trabalhar sob o preço de perder seu título de nobreza; o pobre glorioso, indivíduo que solicita esmola de forma secreta sem que haja realmente motivos para esconder sua condição; o pobre verdadeiro, aquele sem recursos, mas que desejava adquirir a sua própria subsistência pelo trabalho; o pobre falso, pobre válido, mendigo de profissão ou mau pobre era aquele que insistia sistematicamente na mendicância. Ele era acusado de vender as roupas que ganhava, de deixar moléstias à mostra para aumentar a comiseração dos passantes ou de fingir ter alguma doença para aumentar as chances de receber ajuda. O que podemos chamar de léxico da necessidade ainda conta com o miserável, mendigo de boa-fé ou voluntário que escolheu a mendicidade. Caso ele tivesse deixado sua casa, passava a ser classificado como errante ou pobre passante (GUTTON, 1974, p. 119). Já o vagabundo é diferenciado do pobre na medida em que era considerado um indivíduo errante, sem profissão e geralmente suspeito de ter se unido a outros com intenções maliciosas, caracterizado fundamentalmente pela falta de "ligações sociais" (HUFTON, 1973, p. 21). Sem ofício, profissão nem domicílio fixo ele representaria a forma mais degradada de pobreza no fim do século XVIII (CHOPELIN-BLANC e CLÉMENT, 2008, p. 56). A reflexão de Jean-Jacques Rousseau sobre a pobreza contempla perspectivas distintas, como a política, a autobiográfica, a moral e a econômica. Embora ele não tenha dedicado uma obra a esse tema, é possível estabelecer conexões com conceitos fundamentais, tais quais a desigualdade, o desejo e a necessidade. Para Bronislaw Baczko (1978), a pobreza é um conceito-chave responsável por assumir funções múltiplas e, de fato, Rousseau apresenta perspectivas tanto positivas quanto negativas da pobreza. O objetivo desta apresentação é identificar algumas dessas funções e, para isso, será traçado um panorama inicial para desvelar as características gerais do tema. Buscarei, portanto, explicitar parte da evolução do conceito de pobreza na reflexão de Rousseau. Isso será feito a partir da análise de três imagens de pobreza extraídas dos textos do filósofo genebrino. Mostrarei que, para além da aparente ambiguidade no emprego do termo "pobreza", tem-se em Rousseau um jogo semântico com múltiplas funções, o que comprova a importância desse tema. Por fim, será proposto como o estatuto da pobreza pode ser visto enquanto relativo, o que evidencia como a acepção do termo avança para novos sentidos. A atitude de Rousseau é de identificação com a pobreza, porém, isso é feito não apenas de maneira positiva, mas também negativa. Nas *Confissões*, Rousseau (1959a, p. 103) afirma que poucos teriam sofrido como ele, "[...] poucos verteram tantas lágrimas

[...], mas jamais a pobreza nem o receio de cair nela excitaram em mim um suspiro ou fizeram com que derramasse uma lágrima". A pobreza está ligada ao sofrimento, à privação, e, apesar de ser enfrentada altivamente, é uma condição em que caímos, indicando uma degradação. A pobreza também é, inversamente, tomada como símbolo de liberdade, como quando Rousseau (1959a, p. 362) assevera estar "[d]eterminado a passar na independência e na pobreza o pouco de tempo que [lhe] restava de vida [...]" Os suíços, por sua vez, são mencionados no Projeto de Constituição para a Córsega, como um "[...] povo pobre, mas sem necessidades, na mais perfeita independência [...]" (Rousseau, 1964i, p. 914). Essas duas passagens se inserem em um registro argumentativo problemático, pois o vínculo com a independência contradiz a concepção que se tem do pobre. Ele não estaria, pelo contrário, exposto à privação, não é aquele cujas mãos suplicantes pedem ajuda, por não conseguir alcançar sua sobrevivência por si mesmo? Do ponto de vista político, a pobreza é sinal de uma sociedade corrompida. No Contrato social, de 1762, cujo registro aborda os princípios do direito político, vemos como, em um governo ruim, a igualdade entre os cidadãos é ilusória, servindo apenas para manter o pobre na miséria e o rico na usurpação (1964a, p. 367, Nota)4. O Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, de 17555, descreve os mecanismos a partir dos quais uma sociedade desigual surge e como ela funciona. O encerramento do texto constata enfaticamente que "[...] é manifestamente contra a lei da natureza [...] que um imbecil conduza um sábio ou que um punhado de pessoas nade no supérfluo enquanto à multidão faminta falta o necessário" (Rousseau, 1964f, p. 194). A riqueza pode servir como um instrumento de dominação e, por isso, um dos interesses do governo deve ser "[...] prevenir a extrema desigualdade de fortunas [...]" (Rousseau, 1964d, p. 258). Nas Cartas escritas da montanha, de 1764, que se vinculam ao contexto político-social genebrino, deparamo-nos com uma perspectiva que mostra a degradação moral à qual a pobreza pode levar, fazendo com que já não se tenha nada a perder (1964h, p. 889). Os indivíduos degradados por ela podem se colocar à venda, porque "[...] o pobre prefere pão à liberdade" (Rousseau, 1964h, p. 890). Diante desses tratamentos discordantes, os quais parecem fazer com que o conceito flutue em meio a sentidos contraditórios, buscaremos identificar o estatuto da pobreza na obra de Rousseau. O que se tem, afinal de contas, é um emprego ambíguo do termo ou uma espécie de jogo semântico complexo, que empurra as fronteiras do conceito rumo a novas acepções? Traçar as ideias associadas ao conceito de pobreza torna possível localizar os seus registros argumentativos. A cada degrau que se desce, na escala do pauperismo, a depender do contexto – seja urbano, seja do campo, seja monárquico ou republicano –, em função do tipo de necessidade em questão, os atributos políticos, morais e econômicos da pobreza mudam sensivelmente. A pobreza sem igualdade, como exemplificado no Contrato social, ou sem liberdade, como mencionado nas Cartas escritas da montanha, será criticada. Em contraste, no contexto suíço, onde pobreza se associa à independência e à igualdade, temos um estatuto positivo. O uso de abordagens discordantes não revela falta de rigor, mas um procedimento filosófico pelo qual um mesmo tema é tratado a partir de diferentes contextos argumentativos e registros textuais, estratégia de um pensamento cuja coerência, conforme Bruno Bernardi (2014, p. 18), se dá pela via dinâmica.

Palavras-chave: Rousseau; Pobreza; Necessidade; Desejo; Desigualdade.

O SANTO LAICO, O EDUCADOR DESNATURADO, O DEMOCRATA AUTORITÁRIO

Genildo Ferreira da Silva
Doutor em Filosofia – UNICAMP
genildof@hotmail.com
Universidade Federal da Bahia

RESUMO: Esta mesa-redonda propõe um retorno inquieto à figura de Jean-Jacques Rousseau, recusando o conforto das leituras estabilizadas que o consagram como o pensador coeso da modernidade — um pensador talvez provocador de revoltas, talvez um Rousseau de quem fugimos, talvez um filósofo que a razão não explica. Ele não cabe em nenhuma fórmula racional — e talvez seja justamente por isso que tenha se tornado um dos mais fascinantes pensadores da modernidade. Sua obra é um espelho quebrado, em que cada fragmento reflete uma face de nossa própria contradição. O genebrino foi, sem dúvida, o mais sublime dos contraditórios: um filósofo que criticava os filósofos; um homem que pregava a piedade natural enquanto esculpia uma teologia sem dogmas; ora se apresentava como um devoto místico, em comunhão direta com Deus, ora como o iconoclasta que ridicularizava a religião instituída. Em um momento, exaltava a vontade geral e o pacto social; em outro, legitimava a coerção estatal em nome da liberdade. Sentimentalista radical, fez da razão sua aliada e algoz; condenou a ciência como alienação da sensibilidade, mas construiu com rigor uma ciência moral da natureza humana. O mesmo homem que escreveu uma das mais belas defesas da infância e da educação — o *Emílio* — abandonou os próprios filhos num orfanato; clamava pela verdade em tom profético, mas viveu cercado de dissimulações, paranoias e episódios de fraude afetiva. Denunciava os vícios da burguesia enquanto se beneficiava de seus favores, e ousou ensinar às mulheres seu "dever natural" de submissão, ao mesmo tempo em que forjava a heroína destemida e intelectualmente superior de *A Nova Heloísa*. Rousseau não é apenas um enigma — é uma constelação de paradoxos em carne e tinta, um homem que, ao tentar moldar o cidadão ideal, revelou — com ironia trágica — o quanto estava dilacerado entre o que dizia e o que vivia. Afinal, quem mais poderia ser, ao mesmo tempo, iluminista e mártir do sentimento, pai da liberdade e arauto do controle social, amante de uma “mãe” e profeta da educação?

Palavras-chave: Rousseau; Iluminismo; Contradição; Sentimento; Razão.

ROUSSEAU E A ÉPICA DAS *CONFISSÕES*, DE SUSANNE BERNARD À PENÉLOPE: MITO HEROICO DA HERANÇA DE UM CORAÇÃO SENSÍVEL

Luciano da Silva Façanha
Doutor em Filosofia
Lider do Gepi Rousseau UFMA/FAPEMA/CNPq
luciano.facanha@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Há nas *Confissões*, muitos elementos que corroboram com traços da epopeia, inclusive a marcante presença da figura feminina da virtuosa Penélope em sua autobiografia e em seu romance. Claro, com outros elementos, apresentando o modelo de contar sobre si mesmo. Colocando alguns conflitos do mundo homérico com seu próprio estilo de vida, sendo evidenciado nos traços semelhantes que Rousseau traz para suas memórias. Mesmo não utilizando de argumentos, mas percebemos uma narrativa com enredo, ação, personagens e sentimentos, pois há uma tentativa de alinhar seu romance pessoal com a doutrina clássica, mas sem apoio de um paralelo literário existente, portanto, uma tentativa moderna e original de apresentar um novo estilo. Dessa forma, pretende-se apresentar alguns momentos importantes das *Confissões* em que o autor remete à epopeia de Homero, por meio de Penélope, principalmente, ao remontar a gênese e a estrutura de seu romance filosófico, *Júlia ou A Nova Heloísa*, mas também, alguns momentos em que o autor se reporta a *Odisseia* na própria *Nova Heloísa*, ao contar sobre a virtuosidade de Júlia em comparação a ilustres personagens femininas da tradição ocidental, como Penélope, e no *Emílio*, ao se reportar ao canto das Sereias. Embora sejam somente sugestões, pois em nenhum momento Jean-Jacques informa essa intenção e nem esboça uma teoria sobre isso, nem aplica diretamente a fórmula da epopeia. É bem verdade que as diferenças aparecem mais do que as semelhanças, no entanto, o autor se utiliza de momentos clássicos dos acontecimentos da *Odisseia*, adaptando e rememorando esses acontecimentos a seu propósito a partir de alguns aspectos de sua "trama épica", utilizando o estilo e cenas da epopeia numa fórmula moderna como a de uma autobiografia, em que percebe como um grande filão da modernidade. Talvez, apenas um escritor que pretendia utilizar algumas características épicas como uma base real para um novo gênero que estava sendo criado, revelando o quão longe estava do mundo épico que tanto admirava. E, como no século XVIII o romance era um gênero malvisto, provavelmente Rousseau observou na autobiografia uma possibilidade e resolveu evocar, em alguns momentos o prestígio da epopeia, pois isso ajudaria a conquistar leitores para sua primeira tentativa confessional desse gênero, um interesse menos preconceituoso por parte dos homens de letras. Uma tentativa de colocar esse tipo de obra sob o disfarce de um membro antigo e venerado, como a epopeia.

Palavras-chave: Rousseau. Homero. Epopeia. Confissões. Penélope. Odisseia

ROUSSEAU E O POPULISMO

Claudio Araujo Reis
Doutor em Filosofia – Unicamp
reis@unb.br
Universidade de Brasília

RESUMO: O conceito de "populismo" tornou-se corrente nos debates recentes que tentam fazer sentido das mutações pelas quais vêm passando o ideal e as práticas associadas com o regime democrático nas últimas décadas. Conceito multiforme e plástico, embora não seja novo, o conceito de "populismo" mostrou-se adequado para evocar diversos aspectos que caracterizam a experiência democrática, seja positiva ou negativamente, em sua fase atual. Nesta comunicação, sem pretender definir o conceito de "populismo" (ou discutir as diversas concepções que se apresentam no debate contemporâneo), tentaremos desenvolver algumas relações entre o pensamento de Rousseau, como um dos primeiros e maiores teóricos modernos da democracia, e alguns tópicos em geral presentes no debate contemporâneo em torno do populismo. Três eixos serão explorados, sempre à luz da teoria democrática do Genebrino: Inicialmente, evocaremos três temas frequentemente associados com o "populismo": o contraste entre "povo" e "elite"; a questão do estatuto da representação política; e a interpretação do procedimento do voto, em sua relação com as decisões coletivas. Uma segunda discussão envolve os sentidos "positivos" e "negativos" do conceito de populismo. Em geral, nos debates contemporâneos, "populismo" carrega uma conotação negativa, sendo apresentado como uma patologia ou um caso-limite da democracia, mas não está ausente também um sentido mais positivo, que busca, convocando o conceito de "populismo", colocar uma questão sobre a necessidade de entendermos melhor a natureza da democracia e aprofundar a experiência democrática. Por fim, procuraremos explorar as relações entre "populismo" e "iliberalismo" (ou antiliberalismo), tal como isso transparece em conceitos como o de "democracia iliberal".

Palavras-chave: Democracia; Populismo; J.-J. Rousseau

TRANSFORMAÇÃO E ACEITAÇÃO: A JORNADA INTERIOR NA TERCEIRA CAMINHADA DE ROUSSEAU

Cacilda Bonfim
Doutora em Literatura e Práticas Sociais - UnB
cacilda.bonfim@ifma.edu.br
Instituto Federal do Maranhão

RESUMO: Nos últimos anos de sua vida, Rousseau dedicou-se a redigir meditações que seriam reunidas, após sua morte, na obra *Os Devaneios do Caminhante Solitário*. Nesses textos, surgidos em meio ao distanciamento social e à necessidade de encontrar um refúgio interior, o filósofo realiza uma reflexão sobre sua existência, suas transformações e suas relações com o tempo e a natureza. A Terceira Caminhada ocupa lugar central nesse percurso ao examinar as mudanças físicas e morais percebidas a partir dos quarenta anos, destacando a consciência do envelhecimento e a necessidade de reconexão consigo mesmo. No desenvolvimento dessas meditações, observa-se como a experiência da transformação e da passagem do tempo conduz à valorização da consciência da própria existência. A solidão, longe de ser apenas um afastamento dos outros, torna-se um espaço de autoconhecimento e de resistência interior, especialmente diante da hostilidade, das calúnias e do isolamento a que o filósofo foi submetido nos últimos anos de sua vida. Nesse fragmento, o genebrino enfrenta as limitações impostas pela vida, ao mesmo tempo em que busca, na memória e na percepção da natureza, meios de reafirmar a si mesmo. Assim, a Terceira Caminhada se insere na obra como um marco da maturidade espiritual de Rousseau, representando um momento de ruptura com a hostilidade social que enfrentou e de reconstrução do eu a partir da própria experiência sensível A linguagem imagética, os ritmos da prosa e a fusão entre natureza e subjetividade que atravessam esse fragmento fazem dele uma antecipação de temas que se tornariam centrais no Romantismo e nas reflexões existenciais que ganhariam força a partir do século XIX, tornando visível, também, sua atualidade na sociedade contemporânea, marcada pela fragmentação das relações humanas, pela aceleração do tempo e pela necessidade de valorização da experiência interior, da memória e da transformação, fundamentais para a preservação do sentido da existência humana.

Palavras-chave: Rousseau; Terceira Caminhada; Transformação; Autoconhecimento.

UMA PROTAGONISTA NAS SOMBRAS DO PENSAMENTO DE ROUSSEAU

Helena Esser dos Reis
Doutora em Filosofia – USP
helenaesser@ufg.br
Universidade Federal de Goiás

RESUMO: O presente artigo integra as discussões da mesa-redonda "As mulheres de Rousseau" e pretende discutir o possível impacto do protagonismo *disfarçado* de algumas figuras femininas próprias ao pensamento de Rousseau. Tomando como ponto de partida a relação entre a igualdade natural e a desigualdade social, se quer problematizar a transformação da mulher capaz enfrentar as circunstâncias adversas do estado de natureza protegendo a si e a sua prole, portanto uma pessoa forte, inteligente e perspicaz em uma pessoa sem iniciativa nem força, subordinada a uma sociedade patriarcal. A partir deste cenário se quer investigar, nos textos de Rousseau, a ação de mulheres que, sem afrontar os costumes sociais, tornam-se protagonistas para suas comunidades. Essas mulheres alcançaram um largo público e emocionaram suas leitoras e leitores, o que nos leva a perguntar, finalmente, sobre a relação entre a profunda emoção que despertaram e as ideias que contribuíram para o vir-a-ser da revolução.

Palavras-chave: Igualdade natural; Desigualdade social; Protagonismo de mulheres; Revolução

EIXO 2 – Kant – Apenas apresentações sobre o filósofo Imanuel Kant

A REVOLUÇÃO COPERNICANA DE KANT: DO SUJEITO EPISTÊMICO AO SUJEITO ESTÉTICO

Maria Olilia Serra
Doutora em Filosofia – USP
mo.serra@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Pedro Estevam Gemaque Chacon
Mestrando em Filosofia – UFMA
pedro.egc@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A presente comunicação textualiza a revolução copernicana de Kant no plano epistemológico, ético e estético. Inicia-se com a *Crítica da Razão Pura*. Nesta, a revolução do autor exprime seu contorno de natureza epistemológica, pois substitui uma hipótese realista vigente por uma hipótese idealista. Nela, o sujeito intervém ativamente na elaboração do conhecimento e o real é o resultado de uma construção por parte do sujeito. Na *Crítica da Razão Prática*, o autor leva adiante a inversão operada pela revolução copernicana, pois é no domínio da moral que o homem se afirma como dignidade humana, como pessoa. O sujeito passa a ser o centro da problemática ética assumindo uma função legisladora. Na *Crítica do Juízo*, Kant mostra que o homem não é apenas um ser cognoscente de moral, mas é também sentimento. Há uma faculdade de sentir que instaura a unidade do sujeito. O sentimento é comunicável, discursivo, e Kant o aponta no juízo estético ou de gosto, que exprime uma experiência que não é cognitiva e nem moral, e que não se confunde com o juízo determinante de conhecimento, pois não produz qualquer representação objetiva, mas é algo que se passa no sujeito, sentido por ele. Por fim, faz-se uma digressão com Hannah Arendt para destacar que a autora identifica uma filosofia política no juízo de gosto kantiano.

Palavras-chave: Kant; Sujeito; Transcendental; Juízo de Gosto.

KANT E O FANATISMO EM SEU PROJETO ANTROPOLÓGICO

Geraldo Freire de Lima
Doutor em Filosofia – UFS
geraldo.freire@ifrn.edu.br
Instituto Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO: O século XVIII, denominado da crítica e do esclarecimento, foi sobretudo o período em que a natureza humana, em todas as suas dimensões inteligíveis, estava em questão. A razão, em sua busca por bases e determinações seguras sobre suas produções também ensejou, inevitavelmente, indagações concernentes às consequências de seu adoecimento (morbidez), enfraquecimento ou escape de si mesma. O interesse do filósofo Immanuel Kant por assuntos antropológicos, dentre estes as questões relativas aos distúrbios mentais (da cabeça), aparece de modo expressivo em diferentes textos das suas fases pré-crítica e crítica. Para ele, o ideal de um homem civilizado e esclarecido também passava por um exame sobre os critérios filosóficos (antropológicos) que poderiam considerar, ou determinar, a sanidade mental do sujeito e as consequências em seus comportamentos na sociedade, por este motivo, o tema das perturbações mentais (da cabeça), em especial as formas da loucura, é tratado por ele principalmente através de algumas obras de caráter antropológico. Dentre tais perturbações, o tema do fanatismo se fez bastante presente em sua obra, em especial em seus trabalhos antropológicos. Entretanto, este assunto, sustentamos, aparece em tais textos de forma fragmentária, sendo mais bem conceitualizado em sua trabalhos sobre a moral e sobre a religião, pois, em seu contexto histórico, esse comportamento era observável principalmente em conjunturas doutrinárias, religiosas e místicas. Em seus textos antropológicos Kant não dispensou muitas linhas para particularizar um "tipo fanático", nem o qualificou, de forma explícita, como uma perturbação mental propriamente dita, ainda assim, neste trabalho pretendemos explicitar porque Kant, em sua onomástico das patologias mentais segue o modelo do fanatismo, considerando-o a doença mental por excelência. Para tanto, empregaremos suas descrições e análises aproximando o seu pensamento aos dias atuais a partir do uso prescritivo da sua dietética da mente contra este fenômeno que, como em qualquer época, é um mal a ser evitado e rechaçado, mas não antes de ser bem compreendido sob a ótica intelectual de matriz filosófica.

Palavras-chave: Kant; Fanatismo; Doenças mentais; Projeto antropológico; Religião.

O GOSTO COMO UMA ESPÉCIE DE *SENSUS COMMUNIS* NA *CRÍTICA DA FACULDADE DE JULGAR*

Carolina Miranda Sena
Doutora em Filosofia – UFMG
Realiza estágio pós-doutoral na Universidade Federal do ABC
carolmsena@gmail.com
Instituto Doctum de Ensino
Centro Universitário de Caratinga

RESUMO: Nosso objetivo é mostrar como a ideia de *sensus communis*, que aparece no §40 da *Crítica da faculdade de julgar*, obra publicada por Immanuel Kant em 1790, pretende funcionar como uma transição de um sentimento individual para a constituição de uma comunidade, e a consequente importância dessa passagem para a universalidade do juízo de gosto, bem como para o projeto crítico-transcendental. Posteriormente, pretende-se uma análise crítica dessa argumentação, discutindo seus limites. A tentativa argumentativa no §40 é associar um sentido de comunidade, denominado *sensus communis*, com a faculdade de julgar reflexiva, isto é, legitimar a universalidade do juízo de gosto através da ideia de *sensus communis*. O sentido de comunidade é, primeiramente, pensado segundo um *sensus communis logicus* e as suas máximas, quais sejam: pensar por si mesmo, pensar no lugar dos demais e pensar em concordância consigo próprio. Não se trata da faculdade de conhecer, mas, de um modo de pensar para além das condições subjetivas individuais, chegando a um "ponto de vista universal (que ele só pode estabelecer colocando-se no ponto de vista dos outros)" (*KU*, AA 05: 295). Tais máximas do entendimento humano estão associadas ao sistema kantiano, a saber, ao projeto crítico-transcendental e a sua primazia de moralidade. A primeira máxima, pensar por si mesmo, é o resultado da atitude corajosa de fazer uso de seu próprio entendimento. A segunda, pensar no lugar de todos os demais, é a ampliação de pensar por si mesmo a uma comunicabilidade com todos os demais. A segunda máxima mostra uma afinidade do *sensus communis logicus* com o estético, pois, pensar no lugar de todos os demais também significa pensar segundo uma comunicabilidade universal, a partir de uma subjetividade, característica do juízo de gosto, que julga subjetivamente e, ao mesmo tempo, de forma universal, segundo um sentimento estético, tendo como ponto de referência um *sensus communis*. O *sensus communis aestheticus*, segundo um sentido de comunidade do gosto, aparece na terceira *Crítica* como uma tentativa de fundamentação da universalidade e necessidade do juízo de gosto, construindo, assim, uma comunidade de comunicabilidade universal. A universalidade do juízo de gosto, por sua vez, busca resolver o problema do abismo intransponível entre natureza e liberdade, exposto por Kant nas Introduções do livro. Entre a natureza e a liberdade não há passagem possível, "como se se tratasse de outros tantos mundos diferentes, em que o primeiro não pode ter qualquer influência no segundo" (*KU*, AA 05: 176). No entanto, a argumentação que tenta legitimar uma comunidade de seres humanos sensíveis e racionais através de um *sensus communis* esbarra nos limites anteriormente traçados pelo projeto-crítico transcendental, pois a fundamentação de um senso comum intersubjetivo não pode ser metafísica, empírica ou psicológica.

Palavras-chave: *Sensus communis*; Juízo de gosto; Comunidade; Senso comum estético; Faculdade de julgar.

SOBERANIA, CRÍTICA AO EXPANSIONISMO E PAZ EM KANT

Zilmara de Jesus Viana de Carvalho
Professora Doutora – UFMA
zilmara.jcv@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Objetiva-se abordar o conceito Estado e de soberania kantiano e suas implicações quer no que concerne às críticas ao expansionismo dos Estados, quer na sua defesa da paz, enquanto imperativo jurídico, argumentando, para tanto, que Kant pauta sua exposição em princípios jusfilosóficos, isto é, princípios da razão, tanto nos artigos provisórios e definitivos apresentados em *À Paz perpétua* (1795) quanto nos parágrafos relativos ao Direito político, das gentes e cosmopolita na *Metafísica dos costumes* (1797). Nessa perspectiva, concebe o Estado e sua soberania, com base no contrato originário, a saber, não como uma coisa, que pode ser disposta desta ou daquela maneira, mas como uma sociedade de seres humanos, ou seja como pessoa moral. O que também fundamenta a recusa às guerras de extermínio e as de subjugação, pois implicariam em aniquilação moral, visto acarretarem na fusão do povo vencido com o vencedor ou em sua escravidão. Procura-se, ademais, deixar claro neste projeto de pesquisa a contraposição dessa visão do filósofo prussiano aos Tratados de paz que, de um ponto de vista prático, eram frequentemente estabelecidos dadas as exigências das circustâncias e dos interesses em jogo, contudo sem eficácia para promoção de uma paz duradoura, a exemplo disso, o Tratado de Basiléia (1795), realizado entre a França e a Prússia, sendo que no mesmo ano a Prússia, juntamente com a Rússia e a Áustria invadiram e dividiram o que restava da Polônia, ocorrido, por vezes, identificado como uma das motivações para a escrita do opúsculo *À paz perpétua*, cuja estrutura, talvez de forma irônica, imite a de um Tratado. Essa crítica, cumpre demonstrar, que se articula com a postura reformista de Kant, que, por sua vez, acha-se relacionada a sua defesa de um progresso humano em curso, que precisa ser incentivado, visto sua importância para um melhoramento interno e externo do Estado. Tratando-se de uma investigação essencialmente teórica, será pautada no método de pesquisa bibliográfica exploratória de caráter qualitativo, a partir do qual se pretende fazer um exame exegético-argumentativo de textos de Kant e cmentadores, que tratam do tema do direito, da política e da paz.

Palavras-chave: Soberania; Expansionismo; Paz; Direito; Kant.

EIXO 3 – Rousseau x Kant – Diálogos entre os dois filósofos

O LUGAR DO SENTIMENTO EM ROUSSEAU, KANT E SCHILLER

Ariane Santos Ribeiro Melonio
Mestra em Cultura e Sociedade – UFMA
arianesanrib@gmail.com
Tree - Treinamento e Consultoria

Danielton Campos Melonio
Doutor em Filosofia – UERJ
danielton.melonio@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Nertan Dias Silva Maia
Doutor em Filosofia – UERJ
nertan.dias@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O objetivo desta mesa é explicitar as perspectivas de Rousseau, Kant e Schiller sobre o lugar do sentimento em suas respectivas filosofias, partindo da leitura do *Discurso sobre as ciências e as artes* e do *Discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade entre os homens*, do pensador genebrino, da *Crítica da faculdade de julgar*, do filósofo de Königsberg, das obras *Educação estética do homem: numa série de cartas* e *Cartas ao Príncipe de Augustenburg* do poeta e filósofo de Marbach. A mesa terá o seguinte roteiro: 1) serão apresentadas as ideias de Rousseau acerca do lugar do sentimento perante a razão esclarecida; 2) mostrar-se-á como Kant trata sobre o sentimento de prazer ou desprazer na experiência estética; 3) serão discutidas as teses de Schiller sobre o papel do sentimento na elaboração de um Estado estético-moral, deixando ver as afinidades e dissonâncias de seu pensamento em relação às posições de Rousseau e Kant sobre o tema em debate. Rousseau, em seu primeiro *Discurso*, argumenta que as ciências e as artes não contribuem para aprimorar os costumes. No "Segundo Discurso", ele apresenta dois princípios inatos que precedem a razão: amor de si e piedade. Segundo Rousseau, esses sentimentos devem guiar o homem para evitar a desordem, recomendando, assim, "consultar a voz da natureza", pois é ela que aproxima o homem do que é bom. Embora o *sentimento* tenha um papel central em sua argumentação nos dois *Discursos*, há uma relação ambígua entre razão e sentimento, que será mais desenvolvida em suas obras posteriores. No entanto, a reflexão que será abordada nesta mesa se concentra especificamente no papel do sentimento nesses dois escritos. Kant, em sua terceira *Crítica*, sustenta que a plenitude de seu sistema filosófico só será alcançada por meio da inclusão da faculdade de julgar na estrutura do sujeito transcendental. Essa nova faculdade, descoberta por Kant após a publicação das duas críticas anteriores, possibilita, segundo ele, a construção de uma ponte entre a filosofia teórica e a filosofia prática, entre as leis da natureza e a lei da liberdade. Ao discutir a arquitetônica de seu sistema filosófico naquela obra, Kant também introduz reflexões que evidenciam a relação necessária entre os sentimentos de prazer e desprazer e as experiências estéticas do belo e do sublime. É a partir dessa reflexão que esta mesa se interessa pela abordagem kantiana sobre o papel do sentimento em sua filosofia. Schiller, por sua vez, defende a tese segundo a qual a beleza é o único meio para o homem, como ser genérico, chegar à liberdade e, assim, criar um Estado estético-moral mediante um processo de educação estética. Para ele, isso só é possível com o pleno equilíbrio entre sentimentos e razão, algo realizável apenas pelos efeitos da beleza sobre a natureza humana. Assim, pretendemos não só atualizar o debate em torno destas teses, mas colocá-las em perspectiva a partir de enlaces e tensões.

Palavras-chave: Sentimento; Esclarecimento; Rousseau; Kant; Schiller.

ROUSSEAU E A ARQUITETÔNICA DA SEGUNDA SECÇÃO DA *FUNDAMENTAÇÃO DA METAFÍSICA DOS COSTUMES*, DE KANT

Pedro Paulo da Costa Corôa
Doutor em Filosofia – USP
pcoroa@ufpa.br
Universidade Federal do Pará

RESUMO: Um dos momentos argumentativos mais importante da Segunda Secção da *Fundamentação da metafísica dos costumes* é aquele em que Kant trata da "ideia da *vontade de todo ser racional concebida como vontade legisladora universal*". Encaminhando-se à conclusão de que o princípio de determinação do comportamento moralmente considerado é a ideia de Autonomia da vontade, Kant nos diz que a única forma de evitar que um homem trate outro homem com meio para a realização de seus desejos pessoais é unificar as máximas que orientam nossas deliberações numa legislação universalmente válida. Para que isso ocorra, temos que conceber uma vontade não apenas determinada, mas determinada de tal forma que ela mesma possa ser a causa da regra a que deverá se submeter, ponderando, por assim dizer, a distinção entre soberano e súdito. Gostaríamos de cotejar essa ideia de um ser racional e o conceito de Vontade Geral, em Rousseau, bem como as tensões que por meio dela se impõem entre a "pessoa pública" e a "pessoa particular". A justiça social universalizada que decorre da nossa capacidade de agir racionalmente exige o estabelecimento de uma reciprocidade entre os agentes unificados por meio da lei, sendo isso que dá aos nossos direitos e deveres uma forma objetiva. Para além disso não há como justificar e legitimar nenhuma associação civil. Esses pontos e outros mais encontráveis em *Contrato social* são perceptíveis na secção da *Fundamentação* em que Kant se propõe determinar o princípio da liberdade humana. E para que esse princípio se viabilize devem ser "rejeitadas todas as máximas", ou seja, todas as regras da "pessoa particular", "que não possam subsistir juntamente com a própria legislação universal da vontade", quer dizer, da "pessoa pública".

Palavras-chave: Vontade; Soberania; Legislador; Ente Racional

EIXO 4 – Diálogos de outros autores com Rousseau

A CARTA DE ROUSSEAU A VOLTAIRE SOBRE O MAL (PARTE II): PROFISSÃO DE FÉ E DEFESA DO OTIMISMO FILOSÓFICO

Rodrigo Brandão
Doutor em Filosofia – USP
rodribran@hotmail.com
Universidade Federal do Paraná

RESUMO: O objetivo da presente comunicação é continuar a analisar a estratégia argumentativa de Rousseau em sua *Carta sobre a Providência,* de 1756, e como ela retoma aspectos de suas obras anteriores, sobretudo o *Discurso sobre a origem da desigualdade*, e antecipa outros de obras posteriores, como o *Emílio*. Após ter trabalhado em outras ocasiões a crítica inicial do genebrino sobre a distância que o separa de Voltaire, distância material e intelectual, o que faz com que tenham *páthos* distintos diante das misérias do mundo - um Voltaire rico e "pessimista" contrasta com o sentimento de vida de um autor pobre –, pretendo analisar como Rousseau empreende uma defesa do otimismo filosófico, aquele de Leibniz e Alexander Pope, enfrentando vários pontos que Voltaire considerava frágeis nesta perspectiva metafísica: o princípio de continuidade, a existência do vácuo, enfim, as consequências morais dessa doutrina metafísica. Exploraremos o significado da afirmação de Rousseau segundo a qual não se prova a existência de Deus pelas filosofias de Leibniz e Pope, mas as filosofias desses autores pela existência de Deus. Isso significa que, uma vez aceita a existência de Deus (crença que o autor partilhava com Voltaire, mesmo que alcançada por via distinta e com estatuto diferente), as teses dos autores do otimismo filosófico estariam garantidas. Como veremos, esse percurso antecipará momentos importantes da *Profissão de fé do vigário de Savóia* e complementará a perspectiva social por assim dizer da análise de Rousseau do problema do mal, sua verdadeira contribuição original para o longo e tradicional problema sobre a origem do mal.

Palavras-chave: Terremoto de Lisboa; mal; providência; otimismo filosófico; crença;

À SOMBRA DA LETRA: MADAME DUPIN, ROUSSEAU E A INVISIBILIDADE DAS VOZES FEMININAS NO SÉCULO XVIII

Barbara Rodrigues Barbosa
Doutora em Filosofia – UNIFESP
brodriguesbarbosa@gmail.com

RESUMO: Esta comunicação propõe uma reflexão sobre os manuscritos de Madame Dupin, com base no inventário realizado por Anicet Sénéchal (1963), a fim de investigar como a colaboração de Jean-Jacques Rousseau nesses documentos revela tensões fundamentais entre autoria, mediação e apagamento das mulheres no campo filosófico. Louise-Marie-Madeleine Dupin, intelectual atuante nos círculos iluministas franceses, concebeu um tratado inacabado sobre a condição feminina no qual Rousseau atuou como secretário. Contudo, a fortuna crítica desses manuscritos revela um viés persistente: como observou Sénéchal, "certamente, nos apegamos primordialmente às páginas em que a caligrafia de Rousseau se manifestava" (Sénéchal, 1963), o que escancara o protagonismo conferido aos homens mesmo em obras idealizadas por mulheres. O objetivo deste trabalho é compreender de que maneira esse apagamento opera tanto nos registros históricos quanto nos critérios editoriais e críticos, dificultando o reconhecimento da contribuição das mulheres no pensamento das Luzes. A metodologia adotada é de cunho histórico-hermenêutico, com base na análise documental dos manuscritos de Dupin e na revisão bibliográfica de autores que investigam a relação entre Rousseau, o gênero e o Iluminismo. A partir desse material, argumento que a participação de Rousseau, embora relevante, não deve obscurecer o projeto intelectual de Madame Dupin, cujos escritos permanecem fragmentados, pouco acessíveis e ainda marcados por uma recepção desigual. A análise propõe, portanto, uma releitura crítica do Iluminismo, que leve em consideração não apenas as obras consagradas do cânone filosófico, mas também as vozes marginais que dele participaram, ainda que relegadas à sombra.

Palavras-chave: Madame Dupin; Rousseau; Iluminismo; Autoria Feminina; História Da Filosofia.

CIÊNCIA, MORAL E BEM PÚBLICO: REFLEXÕES SOBRE O CONHECIMENTO A SERVIÇO DA SOCIEDADE EM ROUSSEAU E MERCIER

Renato Moscateli
Doutor em Filosofia – UNICAMP
rmoscateli@hotmail.com
Universidade Federal de Goiás

RESUMO: Rousseau tornou-se famoso por suas fortes críticas aos males advindos das relações sociais, entre eles os que teriam sido causados pelos progressos das ciências e das artes ao longo dos séculos, os quais não foram seguidos, na exposição feita pelo filósofo em seu *Primeiro Discurso*, por avanços nos campos da moral e da política. Assim, as formas de civilidade dos povos modernos lhe pareciam eivadas de corrupção em diversos modos, algo que as ciências e as artes não apenas ajudavam a agravar, mais igualmente a ocultar com "guirlandas de flores" sobre as correntes da servidão, como na célebre imagem do *Discurso*. Porém, se esse diagnóstico negativo parece prevalecer na obra do genebrino, ele não deixa de ser tensionado pelo autor com uma perspectiva instigante que, próxima à conclusão do texto, destaca as academias como uma maneira de combater os prejuízos que as ciências e as artes geravam, extraindo o remédio a partir da própria origem do mal a ser combatido. Caso essas instituições fossem apoiadas pelos governantes e dirigidas por sábios verdadeiramente imbuídos do desejo de contribuir para a felicidade dos povos, as ciências e as artes por elas difundidas se uniriam à virtude e seriam fontes de "luzes agradáveis" e de "instruções salutares" para o gênero humano, segundo o pensador. Mesmo que fossem paliativos no contexto mais amplo de um cenário histórico muito distante dos valores políticos e morais nutridos por Rousseau, o destaque dado a essas iniciativas nos estimula a discutir a complexidade das ideias do filósofo acerca do papel social das ciências e das artes, indo além do mero discurso condenatório e abarcando novos elementos em outros de seus textos. E nesse sentido, também nos permite fazer algumas pontes com o estudo da obra de um outro autor cuja escrita foi, em vários aspectos, inspirada em Rousseau, o francês Louis-Sébastien Mercier. Em sua ficção futurista *O Ano 2440*, ele delineou o cenário de uma sociedade aperfeiçoada pela concretização de ideais da filosofia das Luzes, o que teria conduzido a um regime republicano na França, assim como a consideráveis melhoramentos nas condições de vida da população, sobretudo por uma organização mais racional dos recursos e espaços disponíveis. Na utopia sonhada por Mercier, os saberes científicos avançaram muito e foram aliados à formação moral dos cidadãos, como no caso das crianças cuja educação era feita tendo a *Enciclopédia* de Diderot e d'Alembert como cartilha elementar, ou dos adolescentes que eram ensinados a perspectivar o lugar do ser humano na ordem do universo ao contemplarem, com o telescópio e o microscópio, os "dois infinitos" da natureza. Então, analisando esses e outros usos da ciência e da tecnologia a serviço da sociedade, tais como retratados por Mercier, podemos refletir junto com ele e com Rousseau sobre a importância desses conhecimentos e instrumentos para o bem público, especialmente em nossa época marcada por práticas de negacionismo científico e desinformação.

Palavras-chave: Rousseau; Mercier; ciência; moral; sociedade.

CONCEPÇÕES MUSICAIS DE ROUSSEAU EM *NOÇÕES DE MÚSICA* DE ANTONIO RAYOL (1902)

Kathia Salomão
Doutora em Educação – UFPA
salomaokathia@gmail.com
Escola de Música do Estado do Maranhão

RESUMO: Este trabalho trata das concepções musicais de Rousseau presentes no conteúdo do livro escolar *Noções de musica* do maranhense Antonio Rayol (1863-1904), uma obra publicada em 1902, para uso de seus alunos da Escola de Música e da Escola Normal em São Luís. Rayol comentou haver elaborado as suas noções de música embasado em diversos autores, priorizando, dentre eles, obras dos músicos Raphael Machado (*Diccionario musical*-1842), Nicolao Cattaneo (*Grammatica da musica*-1861) e Jean Jacques Rousseau (*Dictionnaire de musique*-1781). Esses autores ajudaram-no a compor o conteúdo de *Noções de musica*, indicando assim, com quem ou com o que ele mais se identificava em meio a uma diversidade de conhecimentos, de pensamentos e de intelectuais existentes no seu período histórico. Tanto Machado quanto Cattaneo, nas obras acima citadas, também se embasaram em Rousseau, evidenciando assim a relevância desse autor na literatura musical. Dessa forma, lançamos o seguinte questionamento: de que forma os conceitos de Rousseau sobre a música são encontrados no livro de Rayol? Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar *Noções de musica* a fim de identificarmos como Rayol apropriou-se das concepções musicais de Rousseau. Como procedimento metodológico foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os autores citados e suas obras publicadas. O embasamento teórico deu-se com Chartier (1990), considerando os conceitos de apropriação, e com o próprio Rousseau (2021, 2008), entendendo suas concepções musicais. Na análise realizada encontramos referências à Rousseau nos conteúdos textuais de *Noções de musica*, mas identificamos um diálogo mais extenso, com o filósofo genebrino, no texto prefacial desse livro, intitulado “Aos Leitores”. Constatamos que esse texto de Rayol é um discurso com reflexões estéticas sobre a música, em que o autor apresenta diversos conceitos comuns a Rousseau, evidenciando a sensibilidade, o gênio, e a música como linguagem dos sentimentos. A música teria poder mágico para representar os sentimentos da alma, elevar os sentimentos, excitar as paixões humanas, despertar afetos e a imaginação. Enfim, Rayol gostaria que lessem e colocassem em prática “as suas noções”, nas quais a música despertaria sentimentos estimulados pela sensibilidade, O aluno não somente faria música, mas sentiria a música.

Palavras-chave: Livro escolar; Ensino de música; Música no Maranhão; Intelectuais; Obras musicais.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS PARA UMA LEITURA CONSTELAR DA LIBERDADE EM ROUSSEAU

Antonio Basilio Novaes Thomaz de Menezes
Doutor em Educação – UFRN
antonio.basilio@ufrn.br
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO: Este ensaio constitui um experimento mental de aproximação entre a leitura de Rousseau, em específico da ideia de liberdade, e a noção de constelação, a partir dos aportes de Walter Benjamin na "Origem do Drama Barroco Alemão" em torno da discussão do estatuto do conhecimento naquilo que diz respeito as ideias formarem "uma multiplicidade irredutível" (Benjamin, 1984; p. 65). Elaborado no contexto da natureza das ideias e da exposição dos conceitos, o ensaio tem por objeto o caráter polissêmico da ideia de liberdade em Rousseau e suas variações nas obras: Discours sur l'origine et les fondements de l'inegalité parmi les hommmes (Rousseau, 1964a), Du Contrat Social (Rousseau, 1964b) e Émile (Rousseau, 1969); bem como sua explicitação numa interpretação alternativa das diferentes acepções no quadro de entendimento dos seus epitomes. A proposta de uma leitura constelar se configura no experimento mental de análise da concepção de liberdade no conjunto restrito das obras, o qual circunscreve na literatura especializada aquilo que Grosrichard (1967, p. 43) denomina "obra de reação". Esta última caracterizada como uma provocação em si mesma, que se encontra na ordem do próprio pensamento; ou ainda, na compreensão limite do autor como "um homem de paradoxos" (Rousseau, 1964e, p.230-236; 1969, p.323) assinalada em dois contextos diferentes. Assim, é no quadro geral da compreensão dos aspectos relevantes da tradição ensaística de Rousseau como "homem de letras" (Bouvier, 1912), que pode ser encontrada uma compreensão espectral para sua literatura na condição própria da linguagem e do limite inultrapassável da língua pelo pensamento. O que se faz presente em diferentes escritos, a exemplo da sua preocupação com o método em Idée de la méthode dans la composition d'um livre (Rousseau,1964c), no qual descreve a si mesmo o fazer do escritor limitado a condição das palavras, num diálogo permanente com o leitor, não apenas em torno da forma de argumentação, mas principalmente como um esforço de explicitação das ideias que se encontram na ordem das ambiguidades da linguagem e do pensamento, no caráter paradoxal da sua obra.

Palavras-chave: Experimento; Leitura; Constelar; Liberdade; Rousseau.

DA *PHILÍA* AO *AMOR PRÓPRIO*: PLATÃO E ROUSSEAU, A EDUCAÇÃO DAS PAIXÕES HUMANAS

José Assunção Fernandes Leite
Doutor em Filosofia – PUC-SP
jose.fernandes@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Como se sabe, Platão em sua obra *A República* trata sobre uma cidade justa para os homens. Para tanto, precisa pensar qual das paixões seria a mais adequada para evitar, dentro de certa medida, a injustiça entre os cidadãos. Logo no primeiro livro, ao manter o diálogo com o ancião, Céfalo, lembrando que com a idade algumas paixões cessam de nos repuxar como déspotas furiosos. A falta delas deixa certa melancolia na velhice, pois alguns homens sentem falta. Essas paixões em um modelo de governo transformam os homens em zangões furiosos, provocando a decadência nas formas políticas. Assim como Platão, o genebrino Rousseau em seu *Discurso sobre a origem e fundamento da desigualdade* e O *Emílio*, vai se preocupar com as paixões para formar o homem em condição de viver em uma sociedade agregadora e não injusta ou desagregadora. A questão aqui a ser investigada é: como esses dois filósofos vão pensar influência das paixões na formação do homem para viverem em uma sociedade agregadora?

Palavras-chave: Platão. Rousseau. Paixões. Formação humana.

DIÁLOGO ENTRE ROUSSEAU E OLYMPE DE GOUGES

Maria Constança Peres Pissarra
Doutorado em Filosofia – USP
mcpp@pucsp.br
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RESUMO: A sugestão de Jean-Jacques Rousseau ao final da *Lettre à d´Alembert* de reviver os festivais cívicos da sua juventude, inspirou a instituição de algumas festividades republicanas nos primeiros anos da Revolução Francesa. A leitura de alguns textos da obra dramática de Olympe de Gouges nos auxiliam na compreensão dessa relação.

Palavras-chave: Olympe de Gouges. Rousseau. Mulheres. Festa pública. Teatro.

GUERRAS DE DEFESA, DE CONQUISTA E OUTRAS VIOLÊNCIAS ESTATAIS: ROUSSEAU LEITOR DE MAQUIAVEL

Evaldo Becker
Doutor em Filosofia – USP
evaldobecker@gmail.com
Universidade Federal de Sergipe

RESUMO:

"Quem deseja ser livre, não deve querer ser conquistador"
(ROUSSEAU, CGP, 1962, p. 315)

A epígrafe acima, que consta nas *Considerações sobre o Governo da Polônia* evidencia o profundo respeito pela liberdade, que demonstra o pensador genebrino, não apenas nesta, mas em praticamente todas as suas obras. Evidencia ainda que o respeito pela própria liberdade está vinculado ao respeito pela liberdade do outro, do estrangeiro, do desconhecido. Nesta e em outras obras Rousseau deixará claro que a tentativa e os preparativos para conquistar o inimigo, servem amiúde para submeter os próprios concidadãos. Tais atitudes devem sempre levar em conta o papel do Estado na emergência das guerras e na opressão ou no respeito pelos seus cidadãos; estes outros "eus" que contribuem para minha própria identificação coletiva. Parece-nos que a emergência do Estado no início na Modernidade, que teria surgido como forma de reduzir a violência e estabelecer a paz entre os homens, foi a invenção mais mortífera e violenta que poderíamos ter imaginado. Longe de aplacar a ira dos homens uns contra os outros, este ser moral, criado pela vontade ou pela necessidade humana, gerou, gera e gerará ainda incontáveis assassinatos, violências, torturas e espoliações. Seja contra seus concidadãos, no nível interno; chamados comumente de insurgentes ou rebeldes; seja contra o "inteiramente outro", as potências estrangeiras, designadas por ele como inimigos, terroristas, "eixo do mal" etc... e que são atacadas em nome da "Razão de Estado". Nesse sentido, pretendemos analisar, através das leituras feitas por Rousseau, da obra de Maquiavel, quais os limites do que veio a ser chamado "Razão de Estado", ou seja: qual o limite das violências que se poderiam legitimamente cometer em nome da liberdade e do bem-estar dos Estados.

Palavras-chave: Rousseau, Maquiavel, Razão de Estado, Liberdade.

HARRINGTON E ROUSSEAU: PROJETOS CONSTITUCIONAIS REPUBLICANOS

Vital Alves
Pós-doutorando em Filosofia – USP
vitalalves1@gmail.com

RESUMO: James Harrington e Jean-Jacques Rousseau, pensadores republicanos modernos vinculados respectivamente as matrizes inglesa e francesa, apesar de terem produzidos seus pensamentos em conjunturas distintas, possuem um notório ponto de convergência: elaboraram projetos constitucionais de intervenção política. Por um lado, Harrington elaborou o projeto Oceana presente em sua obra *The Commonwealth of Oceana* (1656) direcionado a Inglaterra sob o Protetorado de Oliver Cromwell, e, Rousseau, por outro lado, atendendo à solicitação de Pasquale Paoli, concebeu um *Projeto de constituição para a Córsega (1765)*. Considerando os vínculos de Harrington e Rousseau com o Republicanismo e o ponto de convergência destacado, nessa comunicação, pretendo analisar alguns aspectos republicanos presentes nos referidos projetos políticos e correlacioná-los. Ambiciono, dessa forma, suscitar uma discussão e provavelmente promover uma reflexão em torno do tema proposto.

Palavras-chave: Harrington, Rousseau, Projetos Republicanos.

JEAN-PHILIPPE RAMEAU: A TEORIA DOS CORPOS SONOROS E A FORÇA DA HARMONIA

Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva Sahd
Doutor em Filosofia – UNICAMP
felipesahd@yahoo.com.br
Universidade Federal do Ceará

RESUMO: A questão central colocada pela dúvida racionalista e cartesiana de Rameau é a seguinte: por que razão haveria a música de escapar às leis que regem os (outros) fenômenos da natureza? De uma resposta positiva a esta questão emerge uma segunda: a harmonia parece ser uma decorrência natural do caráter físico do som como fenômeno acústico. Mas, por outro lado, ela é também a racionalização dos recursos acústicos que a natureza coloca à disposição dos compositores: os sons musicais. Por esse motivo, talvez se pudesse falar de duas harmonias: uma, a natural, que existiria em estado puro no fenômeno físico da ressonância dos corpos e que potencia a outra, a digamos "artificial", que resulta do estudo da primeira e da sua conversão em tratados e num severo conjunto de regulações que conduziram historicamente a uma música que passa a dever ser composta de uma certa forma, segundo esses cânones, isto é, segundo os princípios abstratos que regem as relações naturais entre os sons. Com efeito, e seguindo esta lógica, estaríamos perante um quadro que pensa uma música certa e outra incerta: uma, que respeita o caráter natural e físico dos sons e das suas relações, e que retira a música ao arbítrio da razão e aos desígnios do sujeito criador; outra, que foge à naturalidade e à ideia de uma comunicabilidade pré-determinada pela natureza. A origem de um pensamento sobre a música (ou se quiserem: de uma filosofia da música), corresponde em grande medida ao início da consciência do funcionamento da música, ao momento em que a música se torna objeto. À vista disso, a apresentação visa abordar a teoria dos *corps sonore*, experiência primeira que funda a teoria harmônica definitiva de Rameau.

Palavras-chave: Música, Corpos sonoros, Harmonia, Melodia

O TEATRO DAS LUZES DE ROUSSEAU E MANUEL DE FIGUEIREDO, UM DIÁLOGO COM AS SUAS PROPOSTAS TEATRAIS

Helderson Mariani Pires
Pós-doutorando FFLCH, USP
heldermariani@usp.br
Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação

RESUMO: Esta comunicação faz uma análise da presença de ideias iluministas na obra do dramaturgo português do século XVIII Manuel de Figueiredo (1725-1801), tendo como referências as obras teatrais escritas por Jean-Jacques Rousseau (1712-1778); é uma busca dos desdobramentos teatrais do movimento das Luzes na cultura de Portugal setecentista. As dramaturgias e os escritos teatrais de Rousseau, podem bem ilustrar as discussões teatrais dos *philosophes* do XVIII que apontavam para um novo teatro, com novas propostas para a dramaturgia e para a própria cena. A vasta obra de Manuel de Figueiredo, consagrada ao teatro – mas tão pouco representada e conhecida - traz elementos de um Portugal que, depois do terremoto lisboeta, se abre para o Movimento das Luzes. Os palcos do teatro foram o espaço público privilegiado para as discussões mais acirradas e os mais famosos embates de ideias acerca dos vários temas que tanto mobilizavam os pensamentos inquietos e curiosos do Iluminismo. O interesse apaixonado pelo teatro francês tem raízes antigas e expressava-se tanto nas praças públicas quanto nos salões dos palácios e ainda nas ricas residências da burguesia ascendente do século XVIII. Não só a França, mas toda a Europa vivia as transformações gerais que as Luzes reivindicavam. Portugal, na primeira metade do século das Luzes, não tinha respirado ainda aqueles novos ares, mas a partir da segunda metade do século XVIII, também viveu a força de todo aquele movimento, exemplificada aqui nesta comunicação, na obra de Manuel de Figueiredo Já desde a citação, extraída do poeta romano Horácio, que abre o primeiro de treze volumes dedicados ao teatro na extensa obra de Manuel de Figueiredo ("*O imitatores sevum pecus*" – imitadores, rebanho de servos), é perceptível a preocupação do dramaturgo com temas estéticos discutidos no Iluminismo, como a imitação, a verossimilhança e suas implicações. Mesmo sendo um texto curto, o *Prólogo* do autor português faz como que uma síntese das questões discutidas por Rousseau na sua *Carta a d'Alembert sobre os espetáculos*.

Palavras-chave: Teatro, Iluminismo, Dramaturgia, Rousseau, Manuel de Figueiredo.

ROUSSEAU & ROUSSEAU NA EDUCAÇÃO: DO *EMÍLIO* À OBRA *A AIA VIGILANTE*, DE JOANNA ROUSSEAU DE VILLENEUVE

Wilson Alves de Paiva
Doutor em Filosofia da Educação – USP
scriswap@ufg.br
Universidade Federal de Goiás

RESUMO: O sobrenome *Rousseau* não era tão incomum no século XVIII, mas é invariavelmente ligado ao filósofo genebrino Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), cuja produção em vários campos, como na música, na política, na literatura e na educação, suscitou polêmicas por seu posicionamento inovador e, em muitos aspectos, distinto de seus colegas iluministas e demais intelectuais de seu tempo. Seu tratado educacional *Emílio ou da Educação*, publicado pela primeira vez em 1762, fez sucesso, mas foi condenado pelas autoridades por apresentar uma nova perspectiva para a formação humana. Inegavelmente, seu romance pedagógico fez história e influenciou uma corrente de pedagogos que desenvolveram o que foi chamado de Escola Ativa ou Escola Nova. Entretanto, a assinatura Rousseau também pertenceu a outra importante figura do século XVIII que, igualmente, provocou polêmica ao apresentar um tratado de educação com o título: *A Aia Vigilante*, publicado em 1767. Trata-se da francesa Joanna Rousseau de Villeneuve, da qual não se tem muitas informações, mas que residiu em Portugal e atuou como aia dos filhos do Conde de Oeiras, o qual se tornou depois o Marquês de Pombal. Nesse aspecto, algumas questões foram levantadas: qual a relação entre os dois autores? Qual a influência que teve Jean-Jacques Rousseau sobre o pensamento e a obra de Joana Rousseau de Villeneuve? Quais as proximidades e diferenças entre os dois tratados? E qual a importância de *A Aia Vigilante* para a educação moderna? Para tentar responder a essas questões, a presente apresentação oral resume o processo de investigação, vinculado ao projeto de pesquisa "Os filhos de Rousseau (os não abandonados): A influência de Jean-Jacques Rousseau na Educação Nova", do PPGE/FE/UFG. A pesquisa se desenvolve de modo comparativo entre as duas obras, utilizando-se do método hermenêutico, reforçado pela pesquisa bibliográfica de textos dos comentadores e intérpretes de ambos. Sinalizam-se algumas conclusões, como a de que, mesmo influenciada pelo genebrino, a educadora francesa não inovou tanto, embora tenha causado polêmica em seu tempo, mas mais por sua condição de mulher que por suas afirmações.

Palavras-chave: Jean-Jacques Rousseau; Joanna Rousseau de Villeneuve; Educação; Filosofia da Educação; Emílio.

ROUSSEAU E O MITO DA IMPREVIDÊNCIA DA ALMA SELVAGEM

Mauro Dela Bandera
Doutor em Filosofia – USP
maurodelabandera@yahoo.com.br
Universidade Federal do Paraná

Rodrigo Brandão
Doutor em Filosofia – USP
rodribran@hotmail.com
Universidade Federal do Paraná

RESUMO: Na obra *O despertar de tudo*, Graeber e Wengrow (2022, p. 90) consideram que Rousseau tem alguma responsabilidade na construção do mito da estupidez da alma selvagem, já que pinta em seu *Discurso sobre a desigualdade* um quadro em que reina a incapacidade dos "selvagens" reais ou imaginários de projetar o futuro sob qualquer aspecto que seja, retratando os indígenas como desprovidos de previdência e maiores desenvolvimentos intelectuais, destituindo-os de filosofia, imaginação e agência políticas. Nesses termos, os "selvagens" seriam seres humanos "grosseiros" e "fáceis de seduzir". Ponto de vista semelhante é expresso por Maldonado-Torres no texto "Rousseau and Fanon on Inequality and the Human Sciences" (*in* Gordon e Roberts, 2015, pp. 121-141). Segundo o autor, os indígenas são apresentados por Rousseau como mais próximos do estado de natureza, carentes das dimensões da capacidade humana que, embora corrompessem e degenerassem seus homólogos europeus, permitiam a estes agir com agência e consciência política. Os "selvagens" são diferentes dos civilizados não apenas por estarem supostamente mais próximos do estado de natureza, mas também por, presumivelmente, responderem primariamente ao instinto, não possuírem desejos ou necessidades além das exigidas pelas demandas imediatas e não terem uma visão do futuro. O efeito desse quadro é bastante deletério, pois supõe a infantilização, a inocência e o atraso intelectual dos indígenas. Propomo-nos, com esta comunicação, desfazer essa imagem atribuída a Rousseau.

Palavras-chave: Rousseau; Antropologia; Povos indígenas.

ROUSSEAU E O MITO DE GLAUCO: UMA REFLEXÃO EM TORNO DA ÉTICA DA INFORMAÇÃO

Israel Alexandria Costa
Doutor em Filosofia – UFBA
isralexandria@gmail.com
Universidade Federal de Alagoas

RESUMO: O escopo deste texto é pensar a ética e a responsabilidade na disseminação de dados informacionais à luz do pensamento de Jean-Jacques Rousseau com base em uma hermenêutica sobre a passagem da alegoria platônica da estátua de Glauco tal como aparece no *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*. No exame dessa passagem, que remonta ao mito do Glauco marinho referido nos diálogos *A República* e *As Leis*, de Platão, além de textos extraídos do livro *Metamorfoses*, de Ovídio, delineia-se um conceito de ética da informação que reafirma a inseparabilidade — sugerida pela máxima heraclitiana *ethos anthropou daimon* — entre a *forma ética* e a ação política, destacando a existência de uma ponte que liga, de um lado, a noção de *daimon* enquanto ação identificada a uma *finalidade eudaimônica*, tal como a concebe Aristóteles na *Ética a Nicômaco* e, de outro, a noção de *ethos* enquanto noção identificada ao *caráter deontológico*, tal como o concebe Kant na *Crítica da Razão Prática*. Trata-se de uma perspectiva na qual o maravilhamento que se faz acompanhar das nuances da magia metamorfoseante operadas pela feiticeira Circe no interior da narrativa mítica representa o passo filosófico do *thaumadzein* em direção à realização da utopia ética do reconhecimento de que o indivíduo humano, mesmo no seio da mais corrupta sociedade, permanece essencialmente bom e livre para ativar o poder mágico da transformação que o torna aparentado ao divino. A relevância prática e contemporânea dessa reflexão se mostra em face do fenômeno da desinformação viabilizada pela disseminação antiética dos dados informacionais, em que o conceito de *sociedade da informação*, enquanto harmonia entre a *forma* do *ethos* da contemplação filosófica e a *ação* do *daimon* político, permanece sendo um desafio à inteligência voltada ao problema da responsabilidade ética na atualidade.

Palavras-chave: Ética; Filosofia; Informação; Política.

CONFERÊNCIAS

"KANT Y ROUSSEAU: IMÁGENES Y SEMEJANZAS SOBRE EL FIN DE LA EDUCACIÓN"

Luis Antonio Velasco Guzmán
Doutor em Filosofia – UNAM
seisabril68@gmail.com
Faculdade de Estudos Superiores

RESUMEN: En esta conferencia se reflexionará sobre el problema de la educación moderna, entendida ésta desde los fundamentos rousseaunianos sin los cuales la comprensión contemporánea del tema resulta impensable, a la vez que desde la apropiación que, como el primer gran lector del problema en el Ginebrino, Kant hizo de él, llegando a nosotros a través de disímbolas apropiaciones que más que aclarar el problema nos han arrojado al mar de las confusiones. Esta contribución pretende arrojar ciertas luces sobre el problema de la educación desde los presupuestos de Kant y Rousseau; se trata de arriesgar un poco las imágenes y semejanzas existentes en ambas propuestas, pero con la intención de aclarar la importancia de las bases kantianas-rousseaunianas del fin de la educación para la humanidad. Se presupone una comprensión general del sistema kantiano, en especial, de lo que se refiere a la antropología y a la filosofía de la historia, y una apertura a las aproximaciones de las imágenes que sobre este tema aparecen a lo largo de la obra de Rousseau.

Palabras-clave: Educación, Antropología filosófica, Naturaleza humana, Providencia, el Fin de todas las cosas.

MEDITACIONES ANTICARTESIANAS. OBSERVACIONES SOBRE EL "QUINTO PASEO" DE LAS ENSOÑACIONES DEL PASEANTE SOLITARIO DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU

Carlos Emel Rendón
Doutor em Filosofia – UdeA
crendona@unal.edu.co
Universidad Nacional de Colombia Sede Medellín

RESUMO: En Las *Ensoñaciones del paseante solitario* Rousseau lleva a cabo, y de una manera más radical que en las *Confesiones*, el proceso de "autocomprensión ética" (Habermas) que caracteriza su obra autobiográfica. En esta obra Rousseau se propone consumar a su manera el ideal socrático del conocimiento de sí que, desde sus primeros escritos críticos, consideró como esencia de la actividad filosófica. En las "Ensoñaciones", tal conocimiento se cumple a partir de experiencias y vivencias subjetivas cuya comprensión sólo es posible a partir de la "ensoñación", es decir, a partir de un tipo de meditación no orientada por la reflexión lógico-discursiva, sino por la fantasía, la imaginación y, sobre todo, la sensibilidad creativa, no simplemente receptiva, del "yo". De todos los "paseos" que componen las "ensoñaciones", es el "Quinto" aquel que expresa en toda su originalidad el significado de la ensoñación, tanto por el contenido de lo narrado -las emociones liberadoras surgidas de la contemplación libre de la naturaleza-, como por el hecho de que la ensoñación misma se hace objeto de una serie de "meditaciones" en las que el autor encuentra la ocasión anhelada para obtener aquel conocimiento de sí en la forma singular del "sentimiento de la existencia". Este significado devela, en el fondo, la repulsa rousseauniana al paradigma de meditación consagrado por la tradición cartesiana. Por ello, explorar tal significado en el contexto referido es el objeto de este trabajo.

Palabras clave: Ensoñación, reflexión, meditación, existencia, felicidad, naturaleza, razón, sensibilidad

O LOUVOR DA NATUREZA: ROUSSEAU E A QUESTÃO ANTROPOCÉNICA

Custódia Alexandra Almeida Martins
Doutora em Educação – UMinho
custodiam@ie.uminho.pt
Investigadora do Centro de Investigação em Educação
Instituto de Educação da Universidade do Minho

RESUMO: Na sua obra de reflexões e de observações sobre a educação, Jean-Jacques-Rousseau afirma que tudo está bem quando resulta da ação criadora do autor das coisas e que tudo degenera entre as mãos do homem. Este posicionamento parece já indiciar de forma distinta a preocupação relativa ao tipo de relação existente entre o homem e a natureza. A inquietação com a manipulação da terra é algo que, para Rousseau, está intrinsecamente relacionada com a condição da própria natureza humana. Tal inquietação já está instalada no seu pensamento filosófico-educacional. É na figura metafórica do jardim e do jardineiro que a sua obra faz transparecer aquele que será o melhor caminho a percorrer pelo educador, pois, se o homem força uma terra a alimentar as produções de outra, levando uma árvore a carregar os frutos de outra, a misturar e confundir os climas, os elementos e as estações, então é preciso apará-lo como se faz com a árvore de um jardim. Pensar a atualidade da condição antropocénica é um desafio que permanece, à luz do século XVIII, na pertinência da questão: será que o homem natural alguma vez existiu?

Palavras-chave: Natureza, Antropoceno, Educação, Homem, Auto-Conhecimento.

Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TÍTULO CADERNO DE RESUMOS XI COLÓQUIO INTERNACIONAL ROUSSEAU, III CON-GRESSO INTERNACIONAL ROUSSEAU X KANT – UFMA, V CONGRESSO NACIONAL JEAN-JACQUES ROUSSEAU – UFMA E III CONGRESSO NACIONAL KANT – UFMA: Discursos e Críticas

ORGANIZAÇÃO Luciano da Silva Façanha e Zilmara de Jesus Viana de Carvalho

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO Sansão Hortegal

CAPA E ILUSTRAÇÃO A ilustração de capa foi criada, produzida e desenhada por Yvan Viana, sem nenhuma utilização da IA para elaboração da arte.

SUPORTE Digital

PÁGINAS 155

TIPOGRAFIA Times New Roman

ROUSSEAUKANT.SHCOMUNICACAO.COM

REALIZAÇÃO:

NEPI Núcleo de Estudos do Pensamento Iluminista
GEPI Rousseau
GEPI Kant

ANPOF

GT Rousseau e o Iluminismo

Grupo Interdisciplinar de Pesquisa ROUSSEAU

FINANCIAMENTO:

FAPEMA
Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

paep

CAPES

APOIO:

SEMPRE+ QUALIDADE INOVAÇÃO INCLUSÃO

UFMA Universidade Federal do Maranhão

cch
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PG Cult

defil
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

ageufma
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

proec
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ABES XVIII

PINDORAMA

Centro de Estudos Rousseau

Evento gerenciado por
SHCOMUNICAÇÃO
produção • marketing
eventos acadêmicos
shcomunicacao.com.br
(98) 99210-0405

EDUFMA